



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V – MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANA GABRIELA COSTA REIS

OS MOVIMENTOS DE MULHERES E O FEMINISMO DE ESTADO NO
EGITO NOS SÉCULOS XX E XXI

JOÃO PESSOA, PB

2023

ANA GABRIELA COSTA REIS

OS MOVIMENTOS DE MULHERES E O FEMINISMO DE ESTADO NO
EGITO NOS SÉCULOS XX E XXI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de concentração: Política Internacional

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Silvia Garcia Nogueira

JOÃO PESSOA, PB

2023

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

R375m Reis, Ana Gabriela Costa.
Os movimentos de mulheres e o feminismo de estado no Egito nos séculos XX e XXI [manuscrito] / Ana Gabriela Costa Reis. - 2023.
114 p. : il. colorido.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2024.

"Orientação : Profa. Dra. Silvia Garcia Nogueira, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA. "

1. Egito. 2. Movimentos de mulheres. 3. Feminismo de Estado. 4. Direito das mulheres. I. Título

21. ed. CDD 323.34

ANA GABRIELA COSTA REIS

**OS MOVIMENTOS DE MULHERES E O FEMINISMO DE
ESTADO NO EGITO NOS SÉCULOS XX E XXI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de concentração: Política Internacional

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Silvia Garcia Nogueira

Aprovada em: 13/12/2023


BANCA EXAMINADORA



Prof^ª. Dra. Silvia Garcia Nogueira (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof^ª. Dra. Giuliana Dias Vieira (Avaliadora interna)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Documento assinado digitalmente
 XAMAN KORAI PINHEIRO MINILLO
Data: 02/03/2024 09:58:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dra. Xaman Korai Pinheiro Minillo (Avaliadora externa)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

AGRADECIMENTOS

Aqui, expresso minha genuína gratidão a todas as pessoas que estiveram ao meu lado durante esta trajetória. Pelo apoio, encorajamento, presença, por cada palavra de incentivo e por me permitirem compartilhar os desafios que se apresentaram ao longo do mestrado.

À minha orientadora, Silvia Nogueira, que entrou nesta jornada comigo. Agradeço por acreditar em mim, no meu trabalho, pela presença e pelos aconselhamentos em momentos de dúvida. Sua leitura cuidadosa, observações e empatia foram fundamentais. À Ana Paula, quem me orientou nos primeiros oito meses, por sua valiosa contribuição neste processo. Às duas, por terem humanizado o processo do mestrado, pelo acolhimento e cuidado.

Às professoras e professores do Programa da Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI/UEPB) pelo conhecimento compartilhado. Encarar o mestrado em meio à pandemia foi um desafio duplo. Assim, agradeço pelos esforços para tornarem instigantes as aulas remotas, mesmo diante das limitações do ambiente virtual. À Secretaria do Programa, pela presteza e auxílio durante todo o processo. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que me propiciou um período de dedicação exclusiva à pesquisa por meio da bolsa de mestrado.

À Banca de Defesa, nomeadamente Profa. Dra. Giuliana Dias Vieira (UEPB, membra interna) e Xaman Korai Pinheiro Minillo (UFPB, membra externa) pela leitura atenta, pelas ricas sugestões e por identificarem aspectos que poderiam ter passado despercebidos. Agradeço, também, à Banca de Qualificação pelas observações feitas.

Aos colegas do PPGRI/UEPB, em especial minhas amigas Luisa e Letícia, pela amizade que ultrapassou os limites físicos. Agradeço pelas trocas, pelo apoio, conforto nos momentos de insegurança, por nossas videochamadas, por terem trazido leveza.

À Deus, pela força. À minha incrível família, Adriana, Aurélio e João, pela base e suporte que me deram, por terem sido (e serem) minha fortaleza e ponto de paz.

Ao Mateus, agradeço por ouvir meus monólogos, por ter me acompanhado, incentivado minhas ideias e por todo seu apoio. Sua parceria e companheirismo foram essenciais, trazendo alívio nos momentos mais duros.

Ao Lucas e Rafaela, por terem sido elo facilitador na realização da entrevista e mostrarem que a essência da diplomacia reside nos pequenos detalhes do cotidiano e nas conexões humanas.

À Fatma, por ter gentilmente concordado em conversar comigo. Por sua abertura e disposição em compartilhar seu ponto de vista, representando uma voz local importante para agregar uma perspectiva plural a este trabalho.

À professora Lara Selis, pela gentileza de abrir as portas de suas aulas sobre Feminismos, Gênero e Política Internacional, as quais me permitiram acessar discussões e bibliografias que enriqueceram minha visão sobre o assunto. À professora Silvia Feraboli, que por meio de suas aulas sobre Relações Internacionais do Oriente Médio e Ásia Central também ampliou minha compreensão sobre as regiões. Às professoras Lucia Sorbera e Mounira Charrad, por terem compartilhado seus conhecimentos, pelas sugestões de leitura e terem dialogado comigo sobre minha pesquisa.

Ao Centro de Estudos em Política, Relações Internacionais e Religião (CEPRIR) e ao Grupo de Pesquisa sobre Oriente Médio e Magreb (GEOMM), pelas reuniões, discussões e pesquisas que agregaram à minha trajetória acadêmica e desenvolvimento enquanto pesquisadora.

Aos meus queridos amigos, especialmente Amanda, Caio e Júlia, por terem me ouvido, pelas conversas que me distraíram e por sempre torcerem por mim.

A todas e todos, meu mais profundo agradecimento.

*Eu não sou livre enquanto uma mulher não o for,
mesmo que as suas correntes sejam muito
diferentes das minhas.*

Audre Lorde (1981)

RESUMO

Os governos egípcios construíram um discurso progressista sobre os direitos das mulheres desde a década de 1950, mas todos acabaram por ser guiados por práticas políticas que se enquadram no feminismo de Estado. As mulheres, por outro lado, destacaram-se pela articulação de seus movimentos e construção de agendas em busca da ampliação de seus direitos, especialmente a partir do século XX. A pergunta que norteou a presente dissertação foi: Como coexistiram os movimentos de mulheres e o feminismo de Estado no Egito, a partir do século XX? O objetivo principal é avaliar os fatores que impulsionam os movimentos de mulheres e os governos no Egito de Nasser a Sisi, em paralelo, ao longo do período mencionado. Assim, investigaremos a emergência do feminismo e dos movimentos de mulheres no Egito; exploraremos o surgimento e consolidação do feminismo de Estado nos governos de Gamal Abdel Nasser (1956-1970), Anwar El Sadat (1970-1981), Hosni Mubarak (1981-2011) e Abdel Fattah El-Sisi (2014-2019); e analisaremos os fatores que nos permitem averiguar a forma como coexistem as reivindicações das mulheres e as políticas dos governos egípcios. A pesquisa é descritiva e exploratória. Foi realizada uma coleta e análise das produções bibliográficas das intelectuais envolvidas com a temática de mulheres no Egito, bem como entrevista em profundidade com uma egípcia. Utilizaremos o Feminismo Pós-colonial, por nos apresentar uma visão antiessencialista de gênero que o compreende a partir de critérios como contextos, discursos e/ou produções acadêmicas fora do eixo anglo-saxônico. Justificamos esta pesquisa pela necessidade de visibilizar as pautas, agendas e organização das mulheres no Egito. Além disso, estudos de gênero e feminismos nas Relações Internacionais, com especial atenção para o Oriente Médio e Norte da África, ainda se encontram investigados a partir de uma ótica limitada no Brasil, e aqui, pretende-se contribuir com as discussões. A partir da nossa interpretação, concluímos que os movimentos de mulheres e o feminismo de Estado no Egito coexistem a partir da interdependência um do outro, oscilando entre harmonia e conflito, uma vez que ora os governos garantiam os direitos requisitados pelas mulheres, e ora suas articulações eram por eles reprimidas.

Palavras-chave: Egito; Movimentos de mulheres; Feminismo de Estado.

ABSTRACT

Egyptian governments have built a progressive discourse on women's rights since the 1950s, but they all have ended up being guided by political practices that fall under state feminism. Women, on the other hand, stood out for articulating their movements and building agendas in search of expanding their rights, especially from the 20th century onwards. The question that guided this dissertation was: How did women's movements and state feminism coexist in Egypt, from the 20th century onwards? The main objective is to evaluate the factors that drive women's movements and governments in Egypt from Nasser to Sisi, in parallel, throughout the mentioned period. Thus, we will investigate the emergence of feminism and women's movements in Egypt; we will explore the emergence and consolidation of State feminism in the governments of Gamal Abdel Nasser (1956-1970), Anwar El Sadat (1970-1981), Hosni Mubarak (1981-2011) and Abdel Fattah El-Sisi (2014-2019); and we will analyze the factors that allow us to investigate how women's demands and Egyptian government policies coexist. The research is descriptive and exploratory. A collection and analysis of the bibliographical productions of intellectuals involved with the topic of women in Egypt was carried out, as well as an in-depth interview with an Egyptian woman. We will use Postcolonial Feminism, as it presents us with an anti-essentialist view of gender that understands it based on criteria such as contexts, discourses and/or academic productions outside the Anglo-Saxon axis. We justify this research by the need to make visible the agendas and organization of women in Egypt. Furthermore, gender and feminist studies in International Relations, with special attention to the Middle East and North Africa, are still investigated from a limited perspective in Brazil, and here, we intend to contribute to the discussions. From our interpretation, we conclude that women's movements and State feminism in Egypt coexist based on each other's interdependence, oscillating between harmony and conflict, since governments alternated between guaranteeing the rights requested by women, and repressing their articulations.

Keywords: Egypt; Women's movements; State Feminism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Canal de Suez	20
Figura 2 - Cronologia Histórica do Egito (1517 - 1975)	23

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Pautas, ações e entraves dos movimentos de mulheres no Egito (1860-2019)74

Quadro 2 - Governos no Egito de Nasser a Sisi e a agenda das mulheres (1956-2019)... 83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AWSA – Associação de Solidariedade das Mulheres Árabes;
- CEDAW – Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres;
- CEWLA – Centro de Assistência Jurídica à Mulher Egípcia;
- CIPD – Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas;
- ECWR – Centro Egípcio Para os Direitos das Mulheres;
- EFU – União Feminista Egípcia;
- FJP – Partido da Justiça e Liberdade;
- FMI – Fundo Monetário Internacional;
- MENA – Oriente Médio e Norte da África;
- MGF – Mutilação Genital Feminina;
- MWS – Sociedade das Mulheres Muçulmanas;
- NCW – Conselho Nacional para Mulheres;
- ONGs – Organizações Não-governamentais;
- ONU – Organização das Nações Unidas;
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento;
- SCAF – Conselho Supremo das Forças Armadas;
- SDS – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2030;
- UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância;
- UNIFEM – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher;
- USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional;
- URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas;
- WWCC – Comitê Central de Mulheres Wafdistas

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
1. MULHERES DO EGITO E ATIVISMO PELOS DIREITOS NOS SÉCULOS XIX A XXI.....	16
1.1. O Feminismo Pós-colonial e as Mulheres no/do Oriente Médio e Magreb	17
1.2. Breve Contextualização Histórica do Egito Moderno	19
1.3. A Emergência da Consciência Feminista Egípcia, do Século XIX ao XX	24
1.4. Por Liberdade e Dignidade: Mobilizações no Egito de 2011 a 2019	35
2. MULHERES E O PODER DO ESTADO NO EGITO: OS GOVERNOS MILITARES À LUZ DO FEMINISMO DE ESTADO (1956-2019)	46
2.1. Feminismo de Estado: Uma Necessária Conceituação	47
2.2. Gamal Abdel Nasser e o Início do Feminismo de Estado (1956-1970).....	49
2.3. Anwar El Sadat e a Política da <i>Infitah</i> (1970-1981).....	53
2.4. Hosni Mubarak entre Conservadorismo e Ocidentalismo (1981-2011).....	58
2.5. Abdel Fattah El-Sisi entre a Estabilidade Política e as Políticas para Mulheres (2014-2019)	64
3. INTERAÇÃO ENTRE MOVIMENTOS DE MULHERES E FEMINISMO DE ESTADO NO EGITO.....	73
3.1. A Agenda das Mulheres Egípcias em Perspectiva	73
3.2. As Políticas para Mulheres de Nasser a El-Sisi.....	83
3.3. Movimentos de Mulheres e Feminismo de Estado entre (R)Existência e Coexistência	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
REFERÊNCIAS	106

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As mulheres do Egito têm tido suas pautas criadas e implementadas a partir de políticas estatais. Isso desde pelo menos os anos de 1950, quando o governo de Gamal Abdel Nasser (1956-1970) implantou o que denominaremos aqui por feminismo de Estado. Assim, seus direitos têm sido instrumentalizados nos diferentes governos egípcios desde Nasser, passando por Anwar El Sadat (1970-1981), Hosni Mubarak (1981-2011), e atualmente, Abdel Fattah El-Sisi (2014 –). Consideramos aqui como feminismo de Estado a política cujo objetivo é reformar os direitos produtivos e reprodutivos das mulheres, promovendo alterações em seus papéis (Al-Ali, 2004; Hatem, 1992, 1994).

As mulheres egípcias, em contrapartida, tem sido ativas no país especialmente a partir da década de 1910, com o início de uma busca autônoma por seus direitos políticos, sociais e no âmbito familiar. Participaram ativamente na Revolução de 1919, em busca da independência do país em relação à Grã-Bretanha. Anos depois, em 1923, surgiu a União Feminista Egípcia (EFU), com maior articulação entre as mulheres e que possibilitou que anos mais tarde, mais organizações e movimentos independentes de mulheres irrompessem no país. A Sociedade de Mulheres Muçulmanas (MWS), que surgiu em 1936 a partir de visões de mundo distintas da EFU, possuía um objetivo mais religioso em sua atuação. No século XXI, citamos a atuação expressiva de mulheres na denominada Revolução Egípcia de 2011, a qual buscou, entre outras demandas, justiça social e a saída de Hosni Mubarak do poder. Ao trazermos esses momentos históricos, entendemos que as mulheres têm sido ativas no ambiente sociopolítico egípcio, em busca de seus próprios direitos a partir de suas visões de mundo – sejam ideológicas, religiosas, etc.

Dito isso, o argumento central que pauta essa pesquisa é o fato de que os movimentos de mulheres, desde o século XX, e os governos egípcios construíram (e dão sequência a isso, agora com El-Sisi) uma relação de co-constituição, em que os governos cooptam e assimilam as pautas reivindicadas pelos movimentos de mulheres. Essa dinâmica evidencia uma relação na qual as demandas das mulheres foram e são absorvidas pelo Estado, mais do que um processo colaborativo de formulação de políticas e implementadas de cima para baixo.

Diante disso, a pergunta que propomos, é: Como coexistiram os movimentos de mulheres e o feminismo de Estado no Egito, a partir do século XX? Com base nesse cenário, o objetivo central da pesquisa é avaliar os fatores que impulsionam tanto os movimentos de mulheres quanto os governos no Egito, em paralelo.

Os objetivos específicos, por sua vez, são investigar a emergência do feminismo e movimentos de mulheres no Egito; explorar o surgimento e consolidação do feminismo de Estado nos governos de Gamal Abdel Nasser (1956-1970), Anwar El Sadat (1970-1981), Hosni Mubarak (1981-2011) e Abdel Fattah El-Sisi (2014-2019). Aqui, salientamos que entendemos que Abdel Fattah El-Sisi mantenha, atualmente, a posição de presidente no Egito, no entanto, em virtude das restrições de disponibilidade de fontes bibliográficas atuais, foi estabelecido esse período (até o ano de 2019) como referência para o escopo e a análise desta pesquisa. Por fim, nosso último objetivo específico é o de analisar os fatores que nos permitem verificar a forma como coexistem as reivindicações das mulheres e os governos egípcios.

Nesse sentido, a abordagem da nossa pesquisa é feminista, uma vez que ela busca superar o desequilíbrio de poder entre a pesquisa e as mulheres – no caso, egípcias –, e por utilizar o ponto de vista dessas mulheres para enveredar a investigação (Brayton, et al, s.d.).

Em termos metodológicos, o tipo de pesquisa é descritiva, exploratória e explicativa. Reconhecendo a pluralidade de mulheres existentes na sociedade egípcia, optou-se por delinear que utilizaremos a ótica das mulheres intelectuais que possuem um compromisso com produções bibliográficas sobre o assunto. Posto isso, para não cair na armadilha do reducionismo de que “as mulheres egípcias” são um grupo homogêneo, e partindo do pressuposto de que agrupá-las dessa maneira as colocamos em um conjunto homogêneo que reivindica igualdade de gênero nos mesmos parâmetros¹, entendemos a importância de restringir a pesquisa às mulheres intelectuais, já que cada grupo de mulheres possui agendas, valores e expectativas distintas entre si.

Ademais, reconhecemos as limitações linguísticas quanto ao idioma árabe-egípcio, e por isso, as mulheres acadêmicas que se expressam no idioma inglês/francês/espanhol/português viabilizam nosso acesso às bibliografias, como Nadjé Al-Ali, Mervat Hatem e Nicola Pratt. Reconhecemos que estes são idiomas do opressor², mas é por meio deles que nos é cognoscível e possível a comunicação (Rich *apud* Hooks, 2008). Ademais, entendemos que muito se perca em processos de tradução árabe-outro idioma, e que tais idiomas são sexistas (Oyěwùmí, 2021), mas eles são o recurso viável que temos à disposição para realizar este trabalho. Isso também se aplica à conversa que foi realizada com

¹ Temos, por exemplo, o movimento de mulheres de mesquitas que possuem outras visões, assim como as feministas islâmicas, o que nos sugere a existência de diferentes abordagens e perspectivas de agendas.

² Aqui, fazemos referência ao trecho do poema citado por Bell Hooks: “Esta é a língua do opressor, no entanto eu preciso dela para falar com você” (Rich *apud* Hooks, 2008, p. 857).

a egípcia Fatma³, em 24 de junho de 2023, no idioma espanhol/português, por meio da plataforma de videoconferência Google Meet.

Quanto aos métodos de pesquisa, foi feita uma coleta e análise de informações das produções bibliográficas das intelectuais envolvidas na causa de gênero no país, e que possuem proximidade tanto com o campo acadêmico, quanto fora dele. Ainda, foram aqui analisados os relatórios de organizações que tratam sobre os direitos das mulheres no Egito, como os da Human Rights Watch (2012; 2013) e do Centro Egípcio para os Direitos das Mulheres (2012). Ademais, os conteúdos de documentos oficiais do país, como as suas constituições de 1956, 1963, 1971 e 2014, foram utilizados.

Foi realizada, também, uma entrevista em profundidade com uma egípcia, de modo que ela se sentisse mais à vontade para falar sobre o que ela considerava de maior pertinência, mas sem fugir do assunto que permeia a pesquisa. Isto tonificará o tom que se pretende dar à pesquisa a partir dos locais de fala dessa mulher. A entrevista em profundidade não possui uma ordem de perguntas pré-estabelecida e nem uma estrutura pré-determinada, ela abrange, por sua vez, um dos pontos para se iniciar a conversa, e perguntas adicionais que podem ser feitas são baseadas no que a pessoa entrevistada disser. Assim, é um tipo de entrevista que consiste na busca de detalhes (Britten, 2006). Desse modo, após o acesso às bibliografias, relatórios e documentos, somados à entrevista, será verificada a coexistência entre movimentos de mulheres e feminismo de Estado.

O referencial teórico da pesquisa serão os estudos do Feminismo Pós-colonial por serem aqueles em que muitos dos argumentos feministas de países árabes se erigem (Souza; Moreira, 2021). As principais autoras utilizadas são Lila Abu-Lughod (2001; 2013), Deepika Bahri (2013), Mounira Charrad (2011), Saba Mahmood (2006), Chandra Mohanty (1988; 1991), Gayatri Spivak (2010) e Nadjé Al-Ali (2003). As feministas pós-coloniais observam a ligação entre opressão a mulheres com imperialismo, colonialismo, capitalismo e racismo, e que estruturas de dominação estão imbuídas nesses níveis que afetam explicitamente as mulheres do dito Terceiro Mundo⁴. O sujeito feminino, portanto, não é percebido como universal, monolítico e estável, que segue aquilo que fora pré-definido a partir de sua biologização, negando a sobreposição do Ocidente sobre esse Terceiro Mundo (Bahri, 2013; Mohanty, 1988; Mahmood, 2006; Oyèwúmi, 2021).

³ O nome “Fatma” utilizado nesta pesquisa é um pseudônimo adotado para preservar a identidade da mulher, garantindo a ela sua confidencialidade.

⁴ Entende-se a problemática envolvendo o termo “Terceiro Mundo”, que aglutina países de culturas, realidades, contextos e história distintas entre si. Contudo, ele será aqui utilizado para que o entendimento deste trabalho esteja em consonância com as ideias desenvolvidas pelas/os autoras/es aqui utilizadas/os.

Justificamos esta pesquisa, portanto, em vistas de visibilizar as pautas, agendas e organização das mulheres no Egito. Além disso, estudos de gênero, feminismos e ativismo de mulheres nas Relações Internacionais, com especial atenção para o Oriente Médio e Norte da África, ainda se encontram pouco investigados, ou a partir de uma ótica limitada no Brasil (Silva et al, 2017). Assim, buscaremos explorar autoras e contexto geográfico pouco discutidos e investigados na academia brasileira a partir de perspectivas feministas, uma vez que a atenção dada a esta área (o Egito/ Oriente Médio e Norte da África/ países árabes) é, em sua maioria, pelos estudos de Segurança Internacional (Souza; Moreira, 2021).

À vista disso, esta dissertação se dividirá em três capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “Mulheres do Egito e Ativismo pelos Direitos nos Séculos XIX a XXI” está segmentado em quatro seções, em que na seção um trataremos as noções do Feminismo Pós-colonial. Na segunda, uma breve contextualização histórica do Egito moderno, partindo desde quando o país era parte do Império Otomano até a Revolução de 1952, que culminou na independência total em relação à Grã-Bretanha. Na terceira seção, exploramos a emergência da consciência feminista no Egito e as primeiras organizações de mulheres, compreendendo o período entre o século XIX e meados do século XX. Na quarta seção, finalizamos com a insurgência popular iniciada de 2011 que resultou na renúncia de Hosni Mubarak - a Revolução Egípcia, o processo de transição política do país, bem como as mobilizações (ou a falta delas) a partir do início do novo governo de El-Sisi.

No capítulo dois, “Mulheres e o Poder do Estado no Egito: Os Governos Militares à Luz do Feminismo de Estado (1956-2019)”, temos cinco seções. Na primeira, conceituamos o feminismo de Estado. Na segunda, exploramos o governo de Gamal Abdel Nasser e o início da prática do feminismo de Estado no Egito. Na terceira, abordamos a administração de Anwar El Sadat e a inauguração do que por ele foi denominado como *infitah*. Na quarta, discutimos quanto à gestão de Hosni Mubarak, que ora buscou agradar islamistas, ora buscou alinhar-se ao Ocidente, e isso teve impacto sobre as mulheres. Já na quinta seção discorreremos sobre o governo de Abdel Fattah El-Sisi que, ao buscar manter-se no poder, possui forte pauta discursiva voltada às mulheres.

Por fim, o capítulo três, o qual intitulamos “Interação entre Movimentos de Mulheres e Feminismo de Estado no Egito”, está dividido em três seções. Na primeira, analisamos as informações apresentadas no capítulo um e nos debruçamos sobre os movimentos de mulheres no Egito. Na segunda, abordamos os quatro governos militares do Egito, e tendo esses governos como pano de fundo, observaremos as pautas e direitos das mulheres em interação com o Estado. Na terceira, então, trazemos uma discussão política do tema junto à

ótica feminista pós-colonial, apresentando nosso ponto de vista analítico quanto à coexistência entre movimentos de mulheres e governos no Egito.

1. MULHERES DO EGITO E ATIVISMO PELOS DIREITOS NOS SÉCULOS XIX A XXI

O Egito, país localizado no Norte da África, abrange tanto elementos africanos quanto do Oriente Médio. Com sua rica herança histórica e cultural, possui uma posição única, ligando continentes e culturas. O país é predominantemente muçulmano, tendo o Islã desempenhando papel central em sua identidade religiosa, e possui raízes árabes que se manifestam em sua língua e cultura. A população total, no ano de 2019, era de 98.101.011 de habitantes, sendo 47.553.716 mulheres e 50.547.295 homens (Arab Development Portal, 2019).

As mulheres egípcias têm desempenhado papéis significativos ao longo da história. Desde a Rainha Cleópatra VII do Egito Antigo, que se destacou por suas habilidades políticas em uma era dominada por homens (Burstein, 2004), até às mulheres do Egito moderno, como Malak Hifni Nasif, Huda Sha'rawi, Safiyya Zaghlul e Nawal El-Saadawi, importantes ativistas pelos direitos das mulheres (Al-Ali, 2004; Ahmed, 1982; Philips, 1926). Elas nos permitem ilustrar o poder das egípcias, no decorrer do tempo, em moldar a história de seu país, as quais deixaram contribuições notórias para não somente as mulheres e a emergência de sua consciência feminista, mas para a sociedade do Egito como um todo.

Nesse sentido, neste primeiro capítulo apresentamos a formação e consolidação dos movimentos de mulheres no Egito, sendo ele dividido em quatro seções. Na primeira, apresentamos as ideias em torno do Feminismo Pós-colonial. Na segunda, discorreremos brevemente sobre a história do Egito moderno. Em seguida, é explorada a emergência da consciência feminista no país datada a partir de 1860, bem como as primeiras organizações criadas e voltadas para as próprias mulheres, como a União Feminista Egípcia, fundada por Huda Sha'rawi. Tudo isto no recorte temporal que compreende o século XIX até meados do século XX, quando o país conquista sua independência. Finalmente, exploramos a articulação das mulheres no século XXI, que se sucedeu a partir das insatisfações com o governo de Hosni Mubarak (1981-2011), a chamada Revolução Egípcia de 2011. O período pós-Mubarak, este que foi turbulento e contou com sucessivas movimentações, protestos e luta das mulheres para serem ouvidas por acesso a melhores condições e maiores direitos, quando, então, Abdel Fattah El-Sisi é eleito em 2014. Deste modo, as nuances do que se envolve o período de 2011 a 2019 são aqui abordadas.

1.1. O Feminismo Pós-colonial e as Mulheres no/do Oriente Médio e Magreb

Ao partirmos do pressuposto de que grande parte dos argumentos feministas árabes são construídos a partir das noções do Feminismo Pós-Colonial (Souza; Moreira, 2021), debruçamo-nos, então, sobre o trabalho de Chandra Mohanty, referência nos estudos feministas pós-coloniais, que nos chama a atenção em sua obra *Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses* (1988) para a forma que o feminismo ocidental⁵ enxerga os feminismos de Terceiro Mundo. Eles são tratados e analisados como marginais e distantes dos discursos feministas hegemônicos ocidentais, em que a mulher desse Terceiro Mundo é vista como monolítica e apenas por seu gênero feminino.

Mohanty (1988) argumenta que esse gênero feminino ao qual elas se referem é definido por ser dominado, ignorante, pobre, sem acesso à educação, devoto à religião, vitimizado, e assim por diante; enquanto as mulheres ocidentais se autorrepresentam como o contrário disso. Há que se salientar, ainda, que aqui “gênero” não é uma categoria de análise como se é comumente visto em trabalhos feministas ocidentais. Colocar “gênero” enquanto categoria de análise significa expressar que as mulheres de qualquer classe ou cultura são constituídas como grupo homogêneo e que tem opressão compartilhada, sendo constituídas como impotentes, exploradas e sexualmente assediadas por parte do feminismo ocidental (Mohanty, 1988).

Em *Pode o subalterno falar?* (2010), Gayatri Spivak afirma que junto ao imperialismo colonial veio o que ela denomina por violência epistêmica. Essa violência ocupa os pensamentos e constitui sujeitos; ou seja, ele precede a própria subjetivação. Spivak argumenta, portanto, que existem limites do conhecimento eurocêntrico e que, por essa razão, não pode ser universalizado⁶ (Maciel, 2021; Spivak, 2010).

Uma das principais premissas do Feminismo Pós-colonial é compreender gênero a partir de determinados critérios como contexto, discursos, e/ou produções acadêmicas (Bahri,

⁵ Aqui, não se pretende instituir um termo generalista e monolítico que aglutina todos os feminismos do Ocidente, já que cada um possui seus objetivos e interesses. Contudo, esse termo surge quando Mohanty (1988, pp. 61) coloca que as mulheres ocidentais “codificam ‘outros’ como não-ocidentais, e isso, por si só, as torna ocidentais”. Sara Salem (2013, pp. 2) acrescenta que “o que distingue o ‘feminismo ocidental’ inclui: a teorização de ‘mulheres’ como categoria de análise não-problemática, com experiências e necessidades homogêneas ou semelhantes, e serve para construir feminilidade ‘universal’ que apaga relações de poder entre mulheres”.

⁶ Ver, também: Maciel, Lucas. (2021). Spivak, pós-colonialismo e antropologia: pensar o pensamento e o colonialismo-em-branco dos nossos conceitos. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/186659/174797#info>>. Acesso em: 01 de jul. 2021.

2013). Além disso, se propõe a questionar as caracterizações estereotipadas da mulher do Sul Global, a atuar na construção de lutas mais representativas e inclusivas, e dentre seus principais atributos estão o debate, diálogo e diversidade (Ballestrin, 2017).

Por conseguinte, a partir desta lente teórica que busca se opor ao viés do colonialismo acadêmico, busca-se desconstruir nesta pesquisa o estereótipo de que a mulher árabe é passiva, subordinada, vitimizada e sem poder de ação. Por conseguinte, passa a ser proposto por elas próprias suas contribuições acerca das concepções de gênero no Oriente Médio e Norte da África (MENA, sigla em inglês); como se dá o ativismo dos movimentos de mulheres; e as contribuições acadêmicas acerca deste assunto.

Al-Ali (2003) argumenta que existe uma certa compreensão compartilhada que situa gênero como uma categoria social, e que as discussões que se sucederam no início do século XXI sobre as mulheres no Oriente Médio persistem em colocar o Islã como guia para entendimento de gênero na região, assim como seus movimentos. Destarte, é argumentado por ela que, além da religião, também devem ser consideradas para se avaliar as ideologias e relações de gênero as configurações políticas, culturas locais e condições econômicas.

Outrossim, o foco também deve estar no Estado, o qual tem papel fundamental na garantia, implementação e promulgação de políticas voltadas às mulheres. Esta argumentação de Charrad (2011) promove a ideia de que Estados são responsáveis por moldar e proporcionar as experiências de gênero, assim como sua condição social na região. A exemplo, a autora cita que as mulheres, ao longo do Oriente Médio, conquistaram o direito ao voto, e no que diz respeito a reformas do direito da família, pode-se destacar a Tunísia e a Turquia com as medidas mais significativas.

Assim, é defendido por Charrad (2011) que ao contrário do que é difundido no Ocidente, as mulheres possuem forte ação e resistência na região. Desde ações manifestadas na própria vida cotidiana aos movimentos sociais, sendo notado que ao longo do século XX as ativistas⁷ lutaram em diversas frentes: contra restrições legais e barreiras políticas, ocupação colonial e imperialismo⁸, e valores patriarcais e conservadores (Al-Ali, 2003). No bojo desta discussão importa destacar, todavia, que os movimentos de mulheres no MENA são diversos

⁷ O termo “ativismo”, dentro do Oriente Médio, ultrapassa as noções ocidentais. Na região, se aplicado o mesmo conceito ocidental, será ocultada dimensões importantes, uma vez que não se atém apenas ao ativismo político (como caridade, *lobby* e desenvolvimento), mas abrange, também, atividades como pesquisa. Assim, varia de acordo com os objetivos e prioridades (Al-Ali, 2003).

⁸ Destaca-se que a maioria das lutas de libertação nacional no Oriente Médio foram pouco frutíferas no que diz respeito em abarcar todas as mulheres dentro da sociedade. Isto caracteriza, por sua vez, que as lutas eram tidas como elitistas e excludentes, as quais não preenchiam as lacunas existentes nas condições de vida dessas mulheres - como a esfera econômica (Abdo, 1993).

se consideradas suas trajetórias - que são específicas, assim como as ideologias e formas de atuação.

Posto isto, nota-se que ao contrário do que o Ocidente pressupõe, os movimentos de mulheres não são homogêneos, uniformes e rogam pelas mesmas pautas. Elas possuem preocupações comuns em alguns casos (como a busca por direitos civis ou ampliação destes), mas que a posição geográfica, as condições econômicas de um país, os grupos étnicos, classes sociais, afiliações religiosas e nacionalidades são fatores que moldam as experiências de gênero, e, por conseguinte, a construção de sua agenda (Al-Ali, 2002).

O surgimento dos movimentos de mulheres na região dispõe de um compartilhamento de fatores históricos e políticos, em que é possível perceber a relação entre suas insurgências com, por exemplo, os movimentos nacionalistas, os processos de modernização e desenvolvimento nacional, assim como tensões entre tendências seculares e religiosas. As organizações foram incorporadas, portanto, à luta coletiva pela modernização e desenvolvimento em diversos países da região. Os discursos de desenvolvimento e modernização estão atrelados, assim, à atenuação da pobreza; acesso à educação; educação e participação política; acesso ao mercado de trabalho; e saúde, e desde o início do século XXI, tem existido uma tendência de se buscar aumentar a “consciência feminista”, os direitos reprodutivos e o fim da violência contra as mulheres (Al-Ali, 2003).

1.2. Breve Contextualização Histórica do Egito Moderno

A história egípcia remonta há mais de cinco mil anos, sendo esse país considerado o primeiro Estado moderno do mundo árabe (Islami, 2016), tendo sido parte do Império Otomano por três séculos, de 1517 a 1805; sendo 1805 o ano em que Mehmet Ali Pasha se torna o *wali* – ou líder – do país (Goldschmidt, 2004; Islami, 2016).

O Egito moderno (século XVIII – século XX) tem seu início em 1798, quando Napoleão Bonaparte chegou ao país em função das Guerras Revolucionárias Francesas (1792-1902), mas foi obrigado a se retirar das terras egípcias em 1901, quando a Grã-Bretanha e Império Otomano intervieram (Islami, 2016).

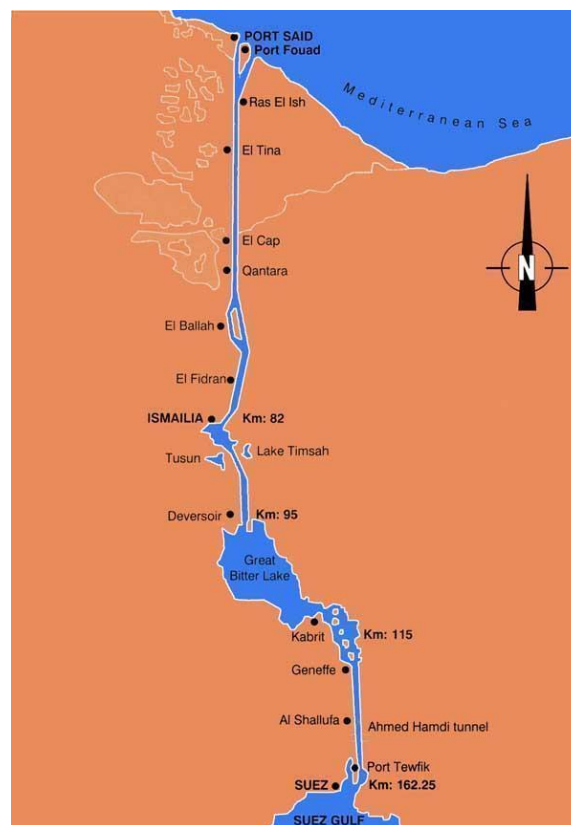
Uma figura emblemática para sua história nesse período foi Mehmet Ali Pasha, *wali* quem transformou o Egito em um Estado independente do Império Otomano, e seu reinado perdurou de 1805 a 1848 (Genell, 2013; Goldschmidt, 2004; Islami, 2016; Peri, 2006; Reimer, 2011). Ali Pasha não era árabe, e foi um estadista responsável por dar início a uma das primeiras noções de nacionalismo no mundo árabe. Com ele, surgiram novas instituições

burocráticas e militares no Egito, sem vínculo com o Império Otomano, em que tais instituições estavam comprometidas com a autonomia egípcia (Goldschmidt, 2004; Islami, 2016).

A ocupação militar da Grã-Bretanha no país se deu início no ano de 1882, e o Canal de Suez foi um dos principais motivos para esta presença, porque ele facilitaria a conexão Europa-Índia (Goldschmidt, 2004). O Canal de Suez conecta o Mar Vermelho e o Mar Mediterrâneo, e as obras envolvendo sua construção iniciaram em 25 de abril de 1859, na cidade que, atualmente, é Porto Said (anteriormente, chamava-se Al-Faram), sendo inaugurado em 17 de novembro de 1869. Ele foi nacionalizado em 1956 - até então, seu controle estava com os ingleses -, pelo então presidente Gamal Abdel Nasser. Em 1967 foi, então, fechado após a Guerra dos Seis Dias (conflito árabe-israelense) em que os israelenses passaram a controlar a margem oriental do Canal, sendo reaberto oito anos depois, em junho de 1975 (Obieta, 1970; Suez Canal, online).

Abaixo, é possível nos situarmos quanto às dimensões e importância do Canal de Suez por meio do mapa que o ilustra na Figura 1.

Figura 1 - Canal de Suez



Fonte: Seapace, s.d.

Nesse seguimento, o Egito foi formalmente colocado na posição de protetorado britânico apenas em 1914, logo depois que o Império Otomano, este que reivindicava a soberania sobre o Egito, entrar na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) como aliado da Alemanha e da Áustria-Hungria (Genell, 2013; Goldschmidt, 2004; Peri, 2006; Reimer, 2011).

O Egito iniciou, no ano de 1919, sua luta anticolonial contra a ocupação da Grã-Bretanha, a denominada Revolução de 1919 (Philips, 1926). O contexto internacional que o influenciou foi o da Primeira Grande Guerra e a fundação da Liga das Nações em 1919 - cujo surgimento tem forte relação com o discurso d'Os Quatorze Pontos⁹ proferido pelo então presidente dos Estados Unidos da América, Woodrow Wilson (1913-1921) (Cravinho, 2006; Dias, 2004; Maclaren, 2019) que tratou sobre liberdade.

Como consequência, no ano de 1922 o governo britânico emitiu a Declaração Unilateral de Independência do Egito, colocando fim ao seu protetorado e declarando a independência do país. A forma de governo adotada foi a monarquia constitucional, com o Rei Fuad I (1869-1936) como chefe de estado entre 1922 e 1936 (Goldschmidt, 2004; Mooney, 1998; Poljarevic, 2009).

No entanto, embora a Grã-Bretanha tenha emitido tal Declaração, ela continuou a ter controle sobre o país, especialmente sobre o Canal de Suez, o exército, ferrovias e comunicação. O controle britânico se dava principalmente por meio de sua relação amistosa com o Rei Fuad I, o qual buscou manter o equilíbrio entre os interesses egípcios e as exigências britânicas. Quando de sua morte em 1936, seu filho Farouk I (1920-1965) assumiu o trono em abril daquele ano. O governo de seu filho, por outro lado, foi caracterizado pelo aumento das tensões com a Grã-Bretanha, uma vez que ele possuía fortes desejos de independência (Goldschmidt, 2004; Islami, 2016; Poljarevic, 2009).

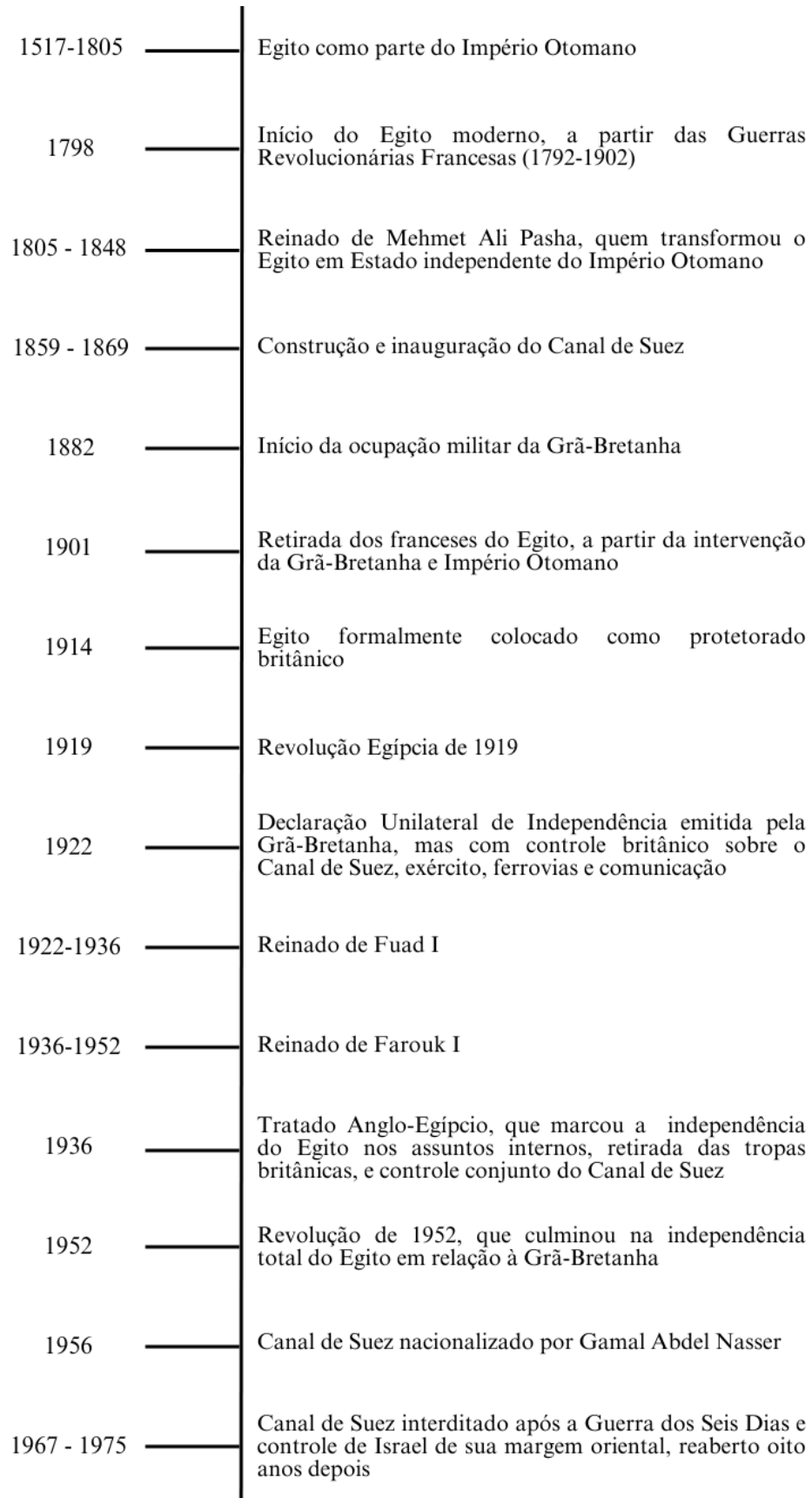
O sentimento de nacionalismo era crescente no Egito, e um passo significativo em direção à independência se deu em 1936, a partir do Tratado Anglo-Egípcio, ou Tratado de Montreux, assinado em 26 de agosto daquele ano. Esse acordo entre os dois países contribuiu para redefinir ainda mais as relações existentes entre eles: a Grã-Bretanha passou a reconhecer a soberania do Egito e sua independência nos assuntos internos, e a consequente retirada das tropas britânicas das bases militares em território egípcio; o Canal de Suez continuaria sob um controle conjunto dos dois países, mas o Egito nomearia o Diretor-Geral do Canal; os

⁹ Os pontos propostos pelo presidente Wilson tinham por objetivo direcionar os países a uma reconstrução do mundo no pós-Primeira Guerra, a fim de instaurar a paz no momento pós-conflito. Estavam entre eles as noções de desarmamento de Estados; liberdade dos mares e livre comércio; autodeterminação de nações como o caso da Áustria-Hungria; o ajuste de reclamações coloniais, e etc. (Voilliard; et al., p. 273).

britânicos poderiam manter uma força militar limitada na área de Suez; e o Egito obteve o direito de vetar a presença de qualquer outra nação em seu território (Goldschmidt, 2004; Poljarevic, 2009).

O Egito assim permaneceu até o período pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando pressões nacionalistas e o sentimento de independência intensificaram. Em 23 de julho de 1952 irrompeu a chamada Revolução de 1952, quando o general Muhammad Naguib e o tenente-coronel Gamal Abdel Nasser lideraram um grupo de jovens oficiais militares denominados Oficiais Livres, e instauraram um golpe de Estado no Egito, o qual teve apoio popular. Esta Revolução marcou, assim, o fim do protetorado britânico, a abdicação do Rei Farouk I e a instauração da república (Goldschmidt, 2004).

A partir da Figura 2, apresentamos a sequência cronológica dos fatos aqui apresentados, abrangendo desde o período em que Mehmet Ali Pasha assumiu a liderança no Egito, até a instauração da república.

Figura 2 - Cronologia Histórica do Egito (1517 - 1975)

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Diante deste breve panorama geral do contexto político e histórico do Egito, a seguir discutiremos a formação dos movimentos de mulheres neste país, bem como os primeiros indícios de uma consciência feminista.

1.3. A Emergência da Consciência Feminista Egípcia, do Século XIX ao XX

Margot Badran é uma historiadora estadunidense que tem como foco de pesquisa as mulheres, gênero e feminismos nas sociedades muçulmanas. Salientamos que a visão de Badran dispõe de uma metanarrativa secular, e por isso, especial atenção será dada às suas obras. Badran é referência nos estudos sobre mulheres árabe-muçulmanas, principalmente egípcias, e por esta razão, seus trabalhos devem ser considerados.

Assinala-se que uma visão estritamente secular desconsidera a complexidade das vivências, história e contextos dessas mulheres, uma vez que a interseccionalidade (neste caso gênero - religião ou etnia - nacionalidade ou localização) se faz necessária para melhor compreender seus feminismos e ativismo (Abu-Lughod, 2001). Como exemplo de maneiras a se pensar o secularismo para além da separação entre religião e instituições de um Estado, Talal Asad (2003) expõe que o secularismo enquanto doutrina política é uma forma social que dispõe de suas próprias formas de mediação entre o religioso e o público, lidando com questões de modernidade e saindo da esfera do binário secular x não secular; moderno x não moderno.

Considerações postas, em *Competing Agenda: Feminists, Islam and the State in Nineteenth- and Twentieth- Century Egypt* (Badran, 1991), a autora afirma que no início do século XIX houve um movimento no interior do Egito em que se promoveu uma secularização na educação e nas leis do país, o que ocorreu em função do controle do Estado sobre Al-Azhar - importante mesquita no Egito.

A única exceção à questão religiosa, naquele contexto, foram as leis de status pessoal – aquelas que dizem respeito aos direitos das mulheres no casamento, divórcio, guarda dos filhos e herança (Hatem, 1986). Nesse sentido, a mencionada exceção para as mulheres acabou por criar uma dicotomia entre o papel das mulheres como cidadãs do Estado-nação, a *watan*, e como membras da comunidade religiosa, a *umma*. Isto ocorreu porque elas tinham acesso à educação, mas não podiam exercer determinados papéis sociais, como acessar o mercado de trabalho, em função das interpretações que eram feitas do Islã (Badran, 1991).

Badran (1991) argumenta, ainda, que ao longo daquele século, assim como viria a ser no século XX, o Estado influenciava cada vez mais nos papéis públicos das mulheres, mas o

Islã era o que regulamentava os seus papéis privados e/ou familiares, e isto gerou contradições e tensões estruturais no país que podiam ser lá percebidas até a década de 1990.

A primeira grande articulação das mulheres em torno de sua posição social foi entre os anos 1860 e 1870¹⁰, muito embora não fosse ainda denominado feminismo - já que o termo só foi utilizado na década de 1920. As primeiras pautas levantadas foram em torno do Islã e do nacionalismo, sob o argumento de que a religião e o nacionalismo legitimavam o patriarcalismo e dispunham de um discurso restritivo naquela época. Esse discurso permaneceu até o final do século XIX (Badran, 1991).

O questionamento sobre o Islã iniciou a partir do acesso à educação, quando passaram a melhor compreender sua religião e conseqüentemente seus escritos religiosos e premissas. Dessa forma, essas mulheres que dispunham de acesso à educação (majoritariamente classe média-alta) passaram a questionar sua reclusão social que era supostamente justificada pela religião, o uso do *hijab*¹¹ (que, até àquele momento, era o tipo de vestimenta que cobria tanto o rosto, quanto o corpo), e o controle da religião sobre suas atividades (Badran, 1991).

De acordo com Monqid (2016), as primeiras pessoas a iniciarem um movimento pela promoção das mulheres na sociedade foram homens da elite intelectual, burguesa e que faziam parte do movimento reformista de cunho nacionalista no Egito, o *Nahda*. Para esses homens, a importância de se incluir as mulheres socialmente e elevar o seu status se dava pelo fato de considerarem nocivos os confinamentos aos quais eram submetidas, e que elas deveriam ter acesso à educação para que esta educação reverberasse nas gerações futuras. Em outras palavras, elas eram fundamentais para a construção da nação egípcia.

A primeira pessoa a se manifestar publicamente e que inspirou o pensamento das egípcias quanto aos seus direitos, deveres e posição social, foi Qasim Amin (homem, jurista e um dos fundadores do movimento nacional do Egito) por meio da publicação de sua obra *The*

¹⁰ O recorte temporal desta dissertação compreende os séculos XX e XXI, no entanto, para fins de contextualização e para evidenciarmos que a luta das mulheres é datada desde antes do período aqui definido, citamos esta articulação ocorrida entre 1860 e 1870.

¹¹ De acordo com Ruby (2006, pp. 54), a maioria dos muçulmanos reconhecem o *hijab* como uma roupa usada para se cobrir o corpo das mulheres, seja um lenço cobrindo a cabeça ou uma vestimenta que se assemelha a um casaco longo. O *hijab*, no entanto, não pode ser confundido com véu. Ruby explica que *hijab* possui associação direta com o Islã, enquanto o véu, não. O *hijab* varia de cultura para cultura, e ao citar o trabalho de El Guindi (1999), em que se identifica mais de 100 termos para peças de roupas no Islã, cita-se a *burqu'*, *abayah*, *jilbab*, *niqab*, entre outros usados para cobrir o corpo. Como forma de exemplificar, uma mulher na Arábia Saudita pode usar o *niqab* e se referir a ele como *hijab*, assim como uma mulher muçulmana no Canadá pode usar apenas um lenço cobrindo sua cabeça e também identificá-lo como *hijab*. Desse modo, o *hijab* possui diversas concepções, e o véu – termo frequentemente utilizado no Ocidente como aquilo que se cobre a cabeça – não abrange a complexidade da palavra *hijab* para os muçulmanos. No Egito, portanto, a interpretação do que se entende por *hijab* também vai seguir a mesma amplitude de significados; algumas mulheres o utilizam cobrindo toda a cabeça, enquanto outras cobrem apenas os cabelos, e assim por diante (Jackson; Monk-Turner, 2015). Nesse sentido, entende-se que o *hijab* é um termo de interpretação ampla em que seu uso pode variar de pessoa para pessoa.

Liberation of Women, em 1899. Em seu livro, Amin discorre sobre a utilização do véu por parte das mulheres e nele defendeu o desvelo, por considerar que dessa forma o Egito poderia ser transformado ao romper com pensamentos tradicionais (Amin, 1899 *apud* Philips, 1926; Mooney, 1998).

Qasim Amin foi responsável por denunciar a reclusão das mulheres nos haréns¹². Ele afirmava que a separação entre os sexos nos espaços públicos ocorria pelos hábitos sociais e pela interpretação equivocada dos textos religiosos, e afirmava que a poligamia deveria ser limitada aos casos de doenças e esterilidade (Monqid, 2016).

É inspirado nas ideias de Qasim Amin que em 1911 aconteceu uma das primeiras movimentações quanto aos direitos das mulheres e, a partir daquele ano, suas mobilizações ganharam corpo no país a partir do aparecimento do movimento feminista no Egito. Importa destacarmos que essas feministas vinham, em grande maioria, da elite. No entanto, seus discursos variavam conforme seus perfis e ao tipo de movimento que pertenciam. No geral, o discurso progressista estava presente em suas pautas, cedendo espaço, posteriormente, para um discurso mais conservador (Monqid, 2016). A seguir, exporemos esta questão mais detalhadamente, apresentando as egípcias que foram fundamentais para os movimentos de mulheres no Egito, bem como organizações que lá surgiram.

Malak Hifni Nasif, mulher egípcia nascida no Cairo em 1886, contribuiu para o avanço do discurso intelectual e político em relação às mulheres de seu país no início do século XX (Yousef, 2011), e levou suas reivindicações ao congresso egípcio em 1911, sendo elas:

o acesso das mulheres às mesquitas, como nos primeiros tempos do Islã; ensino primário obrigatório para meninas e meninos; criação de uma escola de medicina para mulheres equivalente à dos homens; [...] proteção das mulheres nas vias públicas por agentes da polícia; criação de escolas domésticas e profissionais para meninas; restrição do direito à poligamia. (Philips, 1926, tradução livre, pp. 277).¹³

¹² Para compreendermos os haréns, ultrapassando as representações orientalistas que o estereotipam, Fatema Mernissi (2011) não oferece uma definição única e rígida de harém. Ela fala sobre como era um espaço de reclusão das mulheres, mas não apenas isso. Representava o lugar onde as mulheres poderiam exercer influência e poder sobre, por exemplo, os homens da família. A autora aborda os haréns como ponto de partida para debater questões de poder, patriarcado e feminismo no interior das sociedades muçulmanas. Dentro dos haréns, as mulheres formavam redes de apoio, especialmente entre esposas e concubinas para enfrentar os desafios impostos pelas estruturas dos haréns; algumas delas também tinham acesso à educação e cultura, o que lhes permitia emancipar-se e utilizar o conhecimento para influenciar o ambiente ao seu redor. As mulheres também exerciam poder através do poder sexual e afetivo. Contudo, a autora reconhece que os poderes delas eram limitados, já que, em última análise, os haréns eram lugares controlados por homens, e as mulheres deveriam seguir regras. De todo modo, Mernissi nos oferece uma visão mais ampla das estruturas do harém e a complexidade advinda dele.

¹³ No original: The access of women to mosques, as in early times of Islam; obligatory primary teaching for girls and boys; creation of a school of medicine for women equivalent to that for men; [...] protection of women on public thoroughfares by police agents; creation of domestic and professional schools for girls; restriction of the right of polygamy.

Nasif teve suas requisições rejeitadas pelo congresso, mas a ativista entrou para a história do feminismo egípcio no início do século XX ao contribuir para com a construção e fortalecimento do discurso e pensamento feminista em seu país, em busca de acesso aos mesmos direitos que homens dispunham (Philips, 1926).

Neste seguimento, é de senso comum entre as autoras estudiosas do assunto, como Leila Ahmed (1982) e Mervat Hatem (1986; 1992; 1994), que entre 1919-1922, período de revolução nacional no Egito, foi o início de um ativismo mais contundente das mulheres. Isto porque o ambiente proporcionado pela revolução propiciou a abertura de espaço para participação das mulheres de forma mais ativa.

Algumas das razões que nos permitem entender isso foi a união entre mulheres e homens em torno do objetivo comum de lutar pela independência do país. A outra razão é que, antes mesmo da revolução já havia um movimento crescente do ativismo de mulheres no Egito, e o ambiente revolucionário se mostrou favorável para que elas mostrassem suas vozes. Desse modo, esse foi o momento em que elas se destacaram em seu país e também tiveram a oportunidade de levantar suas pautas – mesmo que de forma incipiente, já que estavam em busca do objetivo comum de independência em relação à Grã-Bretanha (Philips, 1926; Ahmed, 1982; Badran, 1991; Hatem, 1986; 1992; 1994; Al-Ali, 2004).

Leila Ahmed (1982), escritora egípcia que se dedica, especialmente, ao estudo do feminismo e do Islã, relata que o ano de 1919 marcou a primeira ação política em que as egípcias se envolveram, e não apenas levantando suas requisições enquanto mulheres, mas em prol da independência do Egito:

centenas de mulheres marcharam juntas pelas ruas do Cairo em apoio aos nacionalistas, contra os britânicos. Na liderança estavam mulheres que eram esposas de políticos nacionalistas proeminentes - entre elas, Huda Sha'rawi. Embora a questão tenha sido nacionalista e de forma alguma feminista, a própria participação das mulheres parece tê-las empoderado para, depois disso, ocupar uma posição específica sobre as questões relacionadas ao seu status. (Ahmed, 1982, Tradução livre, pp.160).¹⁴

Na luta contra a opressão colonialista britânica, não apenas mulheres de renda média e alta se mobilizaram nas ruas, mas, ainda, mulheres de classes mais baixas e até mesmo

¹⁴ No original: hundreds of women marched together through the streets of Cairo in support of the nationalists against the British. In the lead were women who were the wives of prominent nationalist politicians-among them Huda Sha'rawi. Although the issue had been a nationalist and in no way a feminist one, nevertheless women's very participation seems to have empowered them to henceforth take a stand on issues relating to the status of women.

aquelas reclusas em haréns. Ganhava força, assim, o que Ramdani (2013) nomeia como movimento nacionalista feminista. Embora a prioridade fosse a independência do Egito como resultado dessas manifestações, conforme vimos a partir de Ahmed (1982), as mulheres esperavam que com seu país independente elas poderiam ocupar mais espaços na sociedade, ter seus direitos e deveres prescritos e respeitados, e por isso participaram com tanto afinco na Revolução de 1919 (Badran, 1991). À época, duas mulheres foram importantes na organização de tal movimentação: Huda Sha'rawi e Safiyya Zaghlul, esposas de políticos nacionalistas do partido Wafd (que significa Delegação), eram eles Ali Sha'rawi Pasha, que era membro do partido, e Sa'ad Zaghlul, líder do partido (Ahmed, 1982; Ramdani, 2013).

O slogan da revolução era “Egito para os Egípcios”, e foi baseado nisso que as mulheres aproveitaram a oportunidade para apresentar suas demandas, assim como se aproveitaram do nacionalismo que borbulhava no interior da sociedade egípcia com seus cidadãos. Nabila Ramdani aponta em *Women in the 1919 Egyptian Revolution: from feminist awakening to nationalist political activism* (2013), que a união que existiu entre feministas e nacionalistas passava uma imagem convincente de um Egito em evolução, com aspirações de mudança.

Durante a Revolução, os homens também apoiaram a causa das mulheres, e esses nacionalistas acolheram seu ativismo. Não obstante, a Revolução iniciada em 1919 foi um marco significativo para o feminismo egípcio e foi a partir daquele momento que houve uma reorientação das ativistas do país, porque elas saíram da Revolução fortalecidas, já que tiveram o apoio dos homens nacionalistas. A união entre esses dois grupos, portanto, foi crucial para que elas conseguissem construir sua própria base de apoio (Ramdani, 2013).

Ramdani (2013) destaca que as mulheres da classe média eram as responsáveis por estar no *front* da causa feminista, e que com elas surgiram novos formatos para se acessar as demais mulheres no país: por meio de revistas, jornais, poemas e novelas, sempre enfatizando a questão de gênero e a busca pela equidade de direitos e deveres entre mulheres e homens. Sobre isso, a autora relata:

A nova cultura literária feminina deu origem a uma poderosa indústria editorial feminina árabe - que articulava a consciência de uma seção da sociedade que antes era restrita ao lar. À medida que o aumento da alfabetização entre mulheres se tornou uma realidade, aquelas de classe média foram capazes de transmitir sua agenda feminista por meio de seus escritos. Esse sentimento de que todos poderiam não apenas ter uma palavra a dizer, mas dar uma contribuição positiva para a mudança, foi resumido em uma frase que surgiu repetidas vezes na literatura egípcia

da época: *Al-nahda Al-nisa'iyya* (o despertar das mulheres). (Tradução livre, pp. 41).¹⁵

Com o fim da Revolução de 1919, as mulheres da elite que participaram dos protestos e das movimentações, buscaram seu próprio papel político no Egito. Em janeiro de 1920, foi fundado o Comitê Central de Mulheres Wafdistas (WWCC), associado ao partido Wafd, cujo objetivo era cooperar e tonificar a busca pela independência total do Egito junto aos homens (em sua maioria, seus esposos) que eram membros do partido (Baron, 2005; Philips, 1923; Ramdani, 2013).

Em 1922 foi então emitida pela Grã-Bretanha a já mencionada Declaração Unilateral de Independência e, com isso, os homens que trabalharam junto às mulheres por esta conquista passaram a repudiá-las, o que impulsionou a criação de suas organizações de maneira independente. Dessa forma, a participação das egípcias funcionou coletivamente em prol da independência do Egito, mas não ao ponto de alterar o seu status na sociedade, na política e na economia. Apesar da marginalização das mulheres, ao final da Revolução, Safiyya Zaghlul ficou conhecida como ‘Mãe dos Egípcios’ (Badran, 1991; Ramdani, 2013).

Foi nesse contexto de rejeição que, em 1923, o ativismo delas foi ampliado de maneira significativa, o que culminou na criação da União Feminista Egípcia (EFU, sigla em inglês) por Huda Sha’rawi (1879-1947) junto com Saiza Nabarawi (1897-1985) e outras mulheres que apoiavam a fundação da organização (Al-Ali, 2002).

Sha’rawi foi uma das figuras mais emblemáticas e influentes do movimento feminista no Egito ao longo do século XX. Em uma sociedade profundamente tradicional, ela se destacou por sua luta pelos direitos das mulheres e promoção da equidade entre os cidadãos e cidadãs em seu país. A ativista também escreveu extensivamente sobre os direitos das egípcias em jornais e revistas, além de ter defendido, ao longo de sua vida, alterações nas leis para que elas passassem a garantir às mulheres o direito ao divórcio, educação e participação política. Huda Sha’rawi também condenava a mutilação genital feminina¹⁶ (MGF), prática

¹⁵ No original: The new women’s literary culture gave rise to a powerful female Arabic publishing industry – one which articulated the consciousness of a previously home-bound section of society. As an increase in female literacy became a reality, middle-class women were able to convey their feminist agenda through their writings. This feeling that everybody could not only have a say, but make a positive contribution to change, was encapsulated in a phrase which came up time and time again in Egyptian literature of the period: *al-nahda al-nisa’iyya* (the women’s awakening).

¹⁶ Al-Ali (2002) nos lembra que a tradição de mutilação genital feminina não tem suas raízes na religião. No caso do Egito, é uma prática tanto entre mulheres muçulmanas quanto coptas, e remonta ao Egito faraônico, sendo comum em outros países africanos, como Sudão e Somália, mas não é praticada na maioria dos países muçulmanos.

enraizada na cultura de seu país, e a considerava prejudicial à saúde física e psicológica das mulheres (Sha'rawi, 1987).

Assim sendo, no que tange às principais pautas levantadas pela União Feminista Egípcia, estão a busca pelos direitos políticos para as mulheres; as mudanças nas leis de status pessoal (especialmente nos assuntos de divórcio e poligamia) que estavam em vigor desde 1920; e oportunidades profissionais/ mercado de trabalho (Al-Ali, 2002).

Ahmed (1982) acrescenta ainda que, além das pautas salientadas acima por Al-Ali (2002), a EFU também lutou pela ampliação do acesso à educação para as mulheres, principalmente a educação pública e gratuita. Além disso, conforme Al-Ali ressalta quanto às leis de status pessoal, Ahmed adiciona o fato de que as campanhas realizadas em prol de mudanças nessas leis não obtiveram sucesso significativo, e até a década de 1980 poucas propostas e emendas haviam sido consideradas pelos tomadores de decisão do Egito.

Daisy Philips destaca em *The awakening of Egypt's womanhood* (1928) algumas outras atividades filantrópicas que a União Feminista Egípcia desempenhava. A autora relata que as mulheres afirmavam que essas atividades não eram desenvolvidas apenas com fins humanitários, mas algo mais amplo, estendendo-se a ações que fomentavam a formação intelectual e moral das egípcias. Assim, tais atividades consistiam, basicamente, no incentivo à leitura, ao ensino básico (escrita), às questões de higiene, além dos princípios da religião islâmica e trabalhos manuais, como tecelagem e costura.

Entre os anos 1920 e 1930, Sha'rawi se tornou uma figura importante para o ativismo de mulheres no Egito. Em 1923 a ativista liderou uma delegação de egípcias no Congresso da Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino, em Roma, o qual teve impacto na luta pelos direitos das mulheres em nível internacional, reunindo diferentes nacionalidades para debater sobre questões relacionadas ao sufrágio feminino e os seus direitos (Ahmed, 1982).

Sha'rawi, a partir de sua aparição nesse fórum internacional, fez com que a questão de gênero no Egito se tornasse de conhecimento de mulheres e políticos na arena internacional - já que, conforme mencionado, o Congresso contou com a presença de pessoas de diferentes países (Ahmed, 1982). O saldo do Congresso foi ele ter proporcionado a oportunidade de estabelecer laços e solidariedade entre mulheres de outros países que lutavam pelos mesmos direitos, o que fortaleceu a rede de apoio das ativistas egípcias. Ademais, as participantes puderam compartilhar ideias e estratégias adotadas em seus países, o que inspirou e enriqueceu a delegação liderada por Sha'rawi sobre como avançar em sua própria causa (Philips, 1926).

Desse modo, após este fórum, a delegação voltou ao Egito realizando uma assembleia na Universidade do Cairo, onde foram reunidas uma série de reivindicações. Dentre elas, duas consideradas urgentes seriam apresentadas ao Primeiro-Ministro, Yahia Pasha: a determinação de uma idade mínima para o casamento de meninas para 16 anos (até àquele momento, elas se casavam aos primeiros sinais da adolescência, o que poderia acontecer, por exemplo, quando a menina tivesse nove anos); e o segundo ponto era a igualdade entre mulheres e homens no acesso à educação de qualidade. A reivindicação quanto à idade mínima para casamento foi acatada e se transformou em lei, mas no que diz respeito ao acesso à educação, nada mudou (Philips, 1926).

Segundo Ahmed (1982), ainda em 1923, Sha'rawi tirou seu véu em público, uma manifestação político-religiosa da ativista que acabou por inspirar diversas egípcias a fazerem o mesmo. A autora argumenta que, à época, o véu era utilizado especialmente pelas mulheres de classe média e alta, e chama a atenção para o fato de que, em razão disso, um número pouco expressivo de mulheres adotou ao desvelo (como mulheres rurais e de classes mais baixas). Por consequência, o ato do desvelo teve um impacto menos significativo na sociedade do que Huda Sha'rawi pretendia, contudo, funcionou como símbolo de resistência às normas tradicionais que restringiam as mulheres.

Aquele ano também foi marcado pela promulgação de uma nova constituição, esta que não levou em consideração o ativismo e as mobilizações das mulheres em busca de direitos, especialmente políticos. Doria Shafiq (1908-1975) foi uma das principais responsáveis por reivindicar os direitos políticos das mulheres no Egito, tendo criado, inclusive, revistas feministas para expressar suas lutas, anseios e desejos, como a *Bint al-Nil* (Filhas do Nilo), em 1945 (Monqid, 2016).

Ainda no século XX, em 1928, foi criada por Hasan al-Banna a Irmandade Muçulmana, um movimento islâmico popular e conservador, que buscava a reforma individual a fim de criar um Estado puramente islâmico (Sana, 1995). Entre as pautas da Irmandade, havia certos pontos de conflito com as das ativistas feministas da época, notadamente a defesa da estrutura familiar patriarcal e a promoção da autoridade do homem sobre a mulher, sugerindo distinções entre os papéis que desempenhavam na sociedade. Era argumentado pela Irmandade que tais mulheres buscavam estabelecer uma sociedade egípcia moldada pelos princípios do Ocidente, e que isso destoava dos princípios que o Islã recomendava – como a mencionada autoridade de um sobre o outro, entre outros (Badran, 1991).

Muito embora existisse esse conflito de visões entre as mulheres e a Irmandade Muçulmana, algumas delas corroboraram com tais premissas, o que fez com que o extremismo islâmico¹⁷ ganhasse novos adeptos. Assim, as mulheres da EFU que se contrapunham aos homens extremistas, passaram a contrapor também às mulheres que levavam em conta apenas o Islã em relação aos seus direitos (Badran, 1991).

Anos após a formação da Irmandade Muçulmana, Zeinab al-Ghazali, ativista que anteriormente fazia parte da EFU, deixou a organização para formar a Sociedade de Mulheres Muçulmanas (MWS, sigla em inglês) em 1936, uma organização com objetivos e ideais diferentes da organização que ela anteriormente fazia parte. Al-Ghazali criticava a EFU a partir do argumento de que a Organização em questão pretendia impor uma modernização nos moldes ocidentais que afastavam do Islã (Al-Ali, 2002; Mooney, 1998; Monqid, 2016).

Os objetivos da Sociedade de Mulheres Muçulmanas eram, principalmente, promover o estudo do Islã entre as mulheres a partir dos princípios da *ijtihad*, *tafsir* e *fiqh*¹⁸, e estabelecer a *Shari'a* (lei islâmica)¹⁹ como principal orientadora política no país. Ou seja, a religião era o principal componente nessa organização (Al-Ali, 2002; Mooney, 1998). Nas palavras de Zeinab al-Ghazali sobre a Sociedade de Mulheres Muçulmanas:

O nosso objetivo era familiarizar a mulher muçulmana com a sua religião para que ela se convencesse, através do estudo, de que o movimento de libertação das mulheres é uma inovação desviante que ocorreu devido ao atraso dos muçulmanos... Havia aulas para mulheres. A Associação também manteve um orfanato, ofereceu assistência a famílias pobres e ajudou a reconciliar famílias. (Al-Ghazali *apud* Mooney, 1998, tradução livre, pp. 69-70).²⁰

Durante as décadas de 1930 e 1940, a partir da ruptura promovida por al-Ghazali com sua saída da União Feminista Egípcia, o movimento de mulheres se bifurcou, apresentando novas pautas, objetivos e ideais (Al-Ali, 2002; Mooney, 1998). Destacam-se, aqui, a Ladies of

¹⁷ O extremismo islâmico busca a leitura literal das leis e escritos sagrados do Islã, mas, além disso, proclama existir a viabilidade de se aplicar os ensinamentos religiosos à vida social e política da atualidade. Fred Halliday (2005, pp. 21) expõe que esse extremismo diz respeito à ortopraxia (práticas exatas do Islã) muito mais do que à ortodoxia (ensinamentos islâmicos).

¹⁸ A *ijtihad* é a interpretação dos textos sagrados do Islã, que é estruturada pelos ulemás (teólogos). A *tafsir* diz respeito à prática, no dia a dia, do Corão. Já a *fiqh*, é a jurisprudência do Islã, e é ela quem guia a vida dos muçulmanos.

¹⁹ A *Shari'a* é a lei islâmica. É considerada uma política justa e que possui as soluções mais corretas para se lidar com desafios. Sendo a interpretação legal dos escritos islâmicos, ela pode variar conforme o país, já que dentro do próprio Islã existem vertentes distintas (como os sunitas, xiitas, wahabitas). Na maioria dos casos, a *Shari'a* vai delinear a construção do substrato constitucional dos países islâmicos (Johnson; Aly Sergie, 2014; Mata, 1998).

²⁰ No original: Our goal was to acquaint the Muslim woman with her religion so she would be convinced by means of study that the women's liberation movement is a deviant innovation that occurred due to the Muslim's backwardness... There were lessons for women. The Association also maintained an orphanage, offered assistance to poor families, and helped reconcile families.

the Salon (Damas do Salão), afiliada à Princesa Chevikar, e se voltou para questões de caridade; Bint al-Nil, fundada por Doria Shafik, que trazia em sua agenda as ideias de caridade, conscientização feminista e protesto político, sendo homônimo da revista criada por ela e, a posteriori, se tornou o primeiro partido feminista no Egito; a Lagnat al-Shabaat (Comitê das Jovens Mulheres) fundada por Ceza Nabarawi e Inji Aflatoun, com o objetivo de reviver a União Feminista Egípcia, que havia se enfraquecido (Al-Ali, 2002).

Ainda sobre a divisão de ideais entre os movimentos de mulheres, um outro momento histórico fundamental foi quando a Sociedade de Mulheres Muçulmanas incorporou à Irmandade Muçulmana em 1948 (Al-Ali, 2002). Esta integração configurou passos importantes para as mulheres muçulmanas no país, as quais passaram a fazer parte de uma organização com forte notoriedade não apenas no Egito, mas no plano internacional, o que dava visibilidade a essas mulheres principalmente no sentido religioso. De acordo com Badran (1991), foi possível perceber tal transformação, sobretudo em razão de uma maior utilização, de maneira voluntária, do *hijab*. Essa mudança de pensamento por parte de algumas mulheres iniciou em camadas de classe-média, e na década de 1980 adentrou a classe mais rica da sociedade egípcia.

Uma outra feminista que marcou o Egito no século XX foi Nawal El-Saadawi (1931-2021). El-Saadawi era médica, o que lhe permitiu abordar questões de saúde da mulher em seu ativismo. Sendo reconhecida por suas contribuições na medicina e na literatura, Al-Ali (2004) relata que a ativista emergiu como feminista proeminente após o lançamento de seu livro *Al-Mara wa Al-Jins* (Mulher e Sexo, tradução livre) em 1971.

O livro tinha por objetivo conscientizar as mulheres sobre as relações entre poder, saúde sexual, virgindade e circuncisão feminina, destacando o impacto das normas culturais e religiosas na vida delas. Saadawi, portanto, passou a desempenhar um papel fundamental na luta contra a mutilação genital feminina, casamento infantil e opressão das mulheres em diferentes contextos no seu país. Al-Ali (2004) complementa:

Embora a maioria das ativistas hoje se distancie do ativismo de El Saadawi, seja porque o consideram “muito ocidental”, “muito radical”, “muito elitista” ou “muito autoritário”, foram muito poucas as que não reconheceram a coragem de Nawal El-Saadawi, a sua influência em várias gerações e o seu pioneirismo. (Tradução livre, pp. 77).²¹

²¹ No original: While the majority of activists today distance themselves from El-Saadawi’s activism, either because they view it as ‘too western’, ‘too radical’, ‘too elitist’ or ‘too authoritarian’, there were only very few who did not acknowledge Nawal El-Saadawi’s courage, her influence on several generations and her pioneering role.

Um dos argumentos que permearam a trajetória de Saadawi era o de que os problemas e dificuldades encontradas pelas mulheres árabes não decorrem do Islã, mas sim de um sistema econômico e político que era baseado em uma dominação majoritariamente masculina. Assim, as doutrinas da religião são utilizadas de forma inapropriada para reprimir e desmobilizar as mulheres contra o patriarcado e os valores que vêm junto a ele e, dessa forma, o Islã é instrumentalizado para fins sociais e políticos (El-Saadawi, 1977).

Por ter tido uma trajetória de luta pelos direitos das mulheres, Saadawi foi censurada, tendo seus trabalhos sendo proibidos de circularem, sendo obrigada a viver, ainda, em exílio. Em conversa com Al-Ali (2004), a ativista expressou o seguinte:

Meu trabalho foi proibido durante os anos sessenta e setenta, embora meus livros ainda estivessem lá. Mais tarde, sob Sadat e Mubarak, também fui censurada. Eu estive no exílio. Não tenho aparecido na mídia no Egito. Há muitas jovens que nunca leram meu trabalho. (Tradução livre, pp. 78).²²

Isto posto, muitas das movimentações das mulheres no século XX também se voltavam ao código de status pessoal (ou leis de status pessoal/ leis de família) no Egito, as quais buscavam reformas/emendas em tais leis, e essas questões envolvendo o direito de família esbarravam, por vezes, na religiosidade (Kamal, 2016). Isso ocorria porque o Islã atua de forma específica na vida dos praticantes da religião a partir de seus escritos sagrados, como o Corão, *Shari'a* e os *Ahadith* (histórias do profeta Muhammad). Os escritos sagrados acabam por moldar os comportamentos de seus praticantes, assim como recomendar formas de tratamento entre os gêneros que, de acordo com os *ulemás* - ou juristas islâmicos -, distinguem os papéis de gênero nas sociedades (El Hajjami, 2008).

As interpretações dos *ulemás* são consideradas opressivas, e, nas palavras de El Hajjami (2008, pp. 110), ela nos fala que “muitas vezes, as normas que eles estabeleceram nos domínios familiares refletiam as resistências masculinas às mudanças inauguradas pelas recomendações corânicas”, mas que, além de se valerem da racionalização das leituras, eles incorporaram a isso costumes árabes da era pré-islâmica como se fizessem parte das recomendações do próprio Islã.

Por isso, para muitas mulheres estudiosas do Islã (como as feministas islâmicas), as revelações ao Profeta Mohammed são um marco, pois antes delas as relações sociais de sexo se baseavam em organizações tribais e escravagistas, e as mulheres eram tidas como

²² No original: My work has been prohibited during the sixties and seventies, although my books are still there. Later under Sadat and Mubarak I've also been censored. I've been in exile. I haven't been in the media in Egypt. There are many young women who have never read my work.

mercadorias (e aqui, lê-se propriedade de seus maridos e/ou herdeiros). Com as revelações, é proposto um ideal distinto ao que elas vivenciavam, com relações sociais a partir de um entendimento mais igualitário, em que as mulheres não eram desvalorizadas (El Hajjami, 2008).

Conforme Kamal (2016), no caso do Egito se aplica a esse assunto as situações em que a mulher era vista pelos homens da sociedade como aquela que dispunha apenas de funções domésticas, sem direitos políticos ou acesso ao mercado de trabalho, por exemplo. Essas questões permearam todo o século XX, e as egípcias (escuso aquelas que se dedicavam exclusivamente ao movimento de mulheres no sentido religioso, como a Sociedade de Mulheres Muçulmanas) buscaram levantar essas agendas, introduzindo uma consciência feminista, assim como seu próprio valor e papel social no país.

1.4. Por Liberdade e Dignidade: Mobilizações no Egito de 2011 a 2019

No início do século XXI, o Egito foi palco da Revolução Egípcia de 2011, evento histórico que assistiu uma significativa mobilização das mulheres e deu início a uma nova onda de ativismo no país. Durante as manifestações as egípcias foram fundamentais, destacando-se como agentes de mudança e defensoras de seus direitos.

Isto posto, a insatisfação com o regime de Hosni Mubarak (1981-2011) - governo que exploraremos no capítulo seguinte - fez com que a população, especialmente os jovens, mulheres e minorias, fossem às ruas manifestar contra a permanência do governante no país, entre 25 de janeiro e 11 de fevereiro de 2011. Um dos principais motivos para que jovens, mulheres e minorias tenham tido protagonismo nos protestos foi o fato de essas manifestações não disporem de uma centralidade (fosse de um grupo ou pessoa específica) à frente delas, então raça, cor, gênero, idade e religião não eram motivos de segregação nos protestos. Desta forma, a população egípcia foi unida pela ânsia por justiça social, política e econômica, com o lema “pão, dignidade, liberdade, justiça e igualdade” (Ali; Macharia, 2013; Morsy, 2014).

A capacidade de organização desses grupos marginalizados socialmente e o seu compartilhamento de queixas sociais fez com que eles se mostrassem essenciais na reação à opressão sistemática do governo de Mubarak. Com efeito, essas categorias sociais foram fundamentais para que a sociedade acreditasse que o levante pudesse ser exitoso (Ali; Macharia, 2013). O espaço público, e especialmente a Praça Tahrir, tornou-se local de exposição das pautas levantadas pelas mulheres. Dentre elas, destacamos que a busca por liberdade e respeito aos direitos civis foram as principais demandas (Kato, 2017).

Em matéria intitulada *Women of the Revolution* (2011), da Aljazeera, uma das entrevistadas que participou dos protestos afirma que não esperava que as manifestações fossem ter grande proporção, tampouco que tantas mulheres fossem participar. Isto porque em momentos anteriores, ao menor sinal de protesto, a população era logo desmobilizada. As mulheres, de acordo com ela, eram orientadas a retornarem às suas casas para evitar serem feridas. Com a Revolução Egípcia ali ocorrendo, então, a população foi unida por anseios e reclamações comuns. Consequentemente, isso fortaleceu sua mobilização.

Contudo, esse mesmo espaço público também se tornou local de demonstração indiscriminada de violência contra as mulheres e, de acordo com os homens egípcios, isso aconteceu como forma de penalizá-las por terem saído às ruas para manifestar seus interesses, rogar por direitos e igualdades, e exigir mudanças (Kato, 2017). A violência contra as mulheres na Praça Tahrir moldou o rumo que a política egípcia seguiria após as manifestações do início do ano de 2011, uma vez que seus direitos atraíram atenção da mídia, o que acabou por mobilizar muitos grupos para pressionar por eleições diretas e uma nova constituição (Abu-Lughod, 2013).

Em 11 de fevereiro de 2011 as manifestações populares foram finalizadas com a renúncia de Hosni Mubarak, após 30 anos no poder. Com o fim do regime, a constituição de 1971 e o parlamento foram suspensos pelo Conselho Supremo das Forças Armadas (SCAF, sigla em inglês), este que se colocou no poder durante o primeiro período de transição política e buscou reprimir o movimento revolucionário que havia se iniciado no país, hostilizando protestos que ali ocorressem (2011-2012) (Kato, 2017; Pratt, 2020).

Em uma manifestação pacífica que ocorria na Praça Tahrir em 09 de março, o SCAF interrompeu as demonstrações permitindo que manifestantes fossem espancados e presos. As egípcias foram vítimas de violência, conforme relatório da Human Rights Watch (2012). Na ocasião, 20 mulheres foram presas por policiais militares, sendo que sete, das 20, foram submetidas a revistas íntimas, na frente de soldados homens, e a testes de virgindade forçados.

Sobre a tortura sexual a qual elas foram submetidas, o então general sênior que fazia parte do SCAF, Abdel Fattah El-Sisi (que mais tarde, viria a se tornar Presidente do país) declarou sobre o ocorrido que “As meninas que foram detidas não eram como sua filha ou a minha... aquelas meninas haviam acampado com manifestantes homens na Praça Tahrir” (El-Sisi, 2011 *apud* Pratt, 2020, tradução livre, pp. 180)²³. Ao dizer isso, é interpretado que as

²³ No original: The girls who were detained were not like your daughter or mine... These were girls who had camped out in tents with male protesters in Tahrir Square.

mulheres ditas “corretas” não participavam em protestos políticos, ao contrário das que estavam na Praça Tahrir (Pratt, 2020).

Em matéria da Aljazeera (2012) e nota de repúdio da Anistia Internacional (2011), foi evidenciado que elas, além de terem sido submetidas a testes de virgindade forçados, receberam choques elétricos, foram agredidas verbalmente, filmadas e expostas pelos militares, além de terem sofrido violência física. O SCAF foi acionado para investigar os casos de agressão e repressão às mulheres, mas não apresentou progresso nas investigações aos policiais envolvidos.

A Lei de Direitos Políticos foi alterada pelo Conselho Supremo das Forças Armadas, retirando a cota de 64 assentos para mulheres na Assembleia Popular (Human Rights Watch, 2012). Diante disso, no decorrer daquele ano, o SCAF não indicou nenhuma mulher para compor o comitê responsável pela elaboração e redação da nova constituição. Com isso, em dezembro de 2011 uma nova efervescência começou a tomar corpo no Egito quando as mulheres perceberam que não haviam sido ouvidas e tampouco tiveram suas causas consideradas durante as manifestações daquele ano (Kato, 2017). Nesses protestos as mulheres foram alvas, novamente, de violência verbal e agressões físicas, e durante as manifestações os clamores foram imperativos: “nossa dignidade, liberdade não deveriam ser tocadas” (Morsy, 2014, pp. 211)²⁴.

A reação do SCAF aos protestos realizados pelas mulheres foi um pedido de desculpas histórico, que nunca havia partido de autoridades até então:

O Conselho Supremo expressa o seu maior pesar às grandes mulheres do Egito pelas violações ocorridas durante as manifestações que tiveram lugar no parlamento e no conselho de ministros, e reafirma o seu respeito e apreço pelas mulheres egípcias, o seu direito de protestar e sua contribuição positiva para a vida política. (SCAF, *apud* Morsy, 2014, tradução livre, pp. 219).²⁵

Em 2012 ocorreram as eleições parlamentares para a composição da Assembleia Constituinte, e o Partido da Justiça e Liberdade (FJP, sigla em inglês para Freedom and Justice Party) da Irmandade Muçulmana e os salafistas²⁶ ultraconservadores compuseram a maioria do parlamento egípcio, e das 987 mulheres que tentaram as eleições naquele ano,

²⁴ No original: Our dignity, freedom should not be touched.

²⁵ No original: The Supreme Council expresses its utmost regret to the great women of Egypt for the violations that took place during the demonstrations that took place at the parliament and the ministers’ council, and re-affirms its respect and appreciation for Egyptian women, their right to protest and their positive contribution to political life.

²⁶ O salafismo é um movimento ultraconservador da doutrina sunita do Islã, que tem como objetivo central aplicar uma interpretação literal dos escritos religiosos da religião, como o Corão e a Xaria, de modo a retornar ao Islã vivido pelos primeiros muçulmanos (Ali; Leaman, 2008).

apenas nove foram eleitas. Nesse cenário político, papéis conservadores em relação às egípcias passaram a ser introduzidos (Rogowska, 2018; Thomson Reuters Foundation, 2013).

A situação das mulheres no Egito foi ainda mais agravada quando Mohammed Morsi (2012-2013), do FJP, foi eleito presidente em junho de 2012. Com ele, também não houve menções ao empoderamento das mulheres, ou igualdade entre os cidadãos na sociedade (Rogowska, 2018). O novo presidente não reconhecia a existência de injustiça social em relação às egípcias, o que se tornou evidente quando ele disse na Organização das Nações Unidas (ONU) que “mulheres egípcias têm os mesmos direitos que os homens. Tem até mesmo alguns homens que pedem que lhes sejam garantidos os mesmos direitos que as mulheres possuem” (Morsi *apud* The Egyptian Center for Women’s Rights, 2012, tradução livre, pp. 1)²⁷.

Nesse sentido, o Partido da Justiça e Liberdade buscava a interdição do Conselho Nacional para Mulheres (NCW), criado durante o regime de Mubarak e que discutiremos no capítulo seguinte. O objetivo do FJP, bem como de Morsi, era o de substituir a agenda do NCW por uma agenda dita familiar. As organizações da sociedade civil se mobilizaram contra esse posicionamento do FJP, buscando uma reestruturação do NCW para que ele se desvinculasse de sua relação direta com o Estado, a fim de propiciar um fortalecimento das mulheres egípcias, com um plano de ação envolvendo estrutura interna do Conselho, mandato, tarefas, e etc. Embora essa ação tenha sido realizada, o FJP não o acatou sob o argumento de que o Conselho Nacional para Mulheres rompia com os laços da família tradicional egípcia, por ter sido um instrumento do regime Mubarak que priorizava uma agenda ocidental. Para a Irmandade Muçulmana, as organizações de mulheres precisariam estar alinhadas com suas visões de mundo, partindo de um pressuposto religioso (Morsy, 2014; Rogowska, 2018).

Durante a elaboração da nova constituição a condição social das mulheres fez com que o país se dividisse entre “Islã Político” e “Políticas da Era Mubarak” (Morsy, 2014; Rogowska, 2018). Essa divisão ocorreu, também, entre as próprias mulheres: enquanto as ativistas seculares buscavam uma menor influência da religião na vida das egípcias, as feministas muçulmanas, por outro lado, acreditavam que o Islã seria a melhor saída para se pensar os direitos das mulheres (Rogowska, 2018). Morsy (2014) nos explicita que:

²⁷ No original: Egyptian women have the same rights as men. There even are some men who ask to be guaranteed the same rights as women.

Lançar o debate sobre os direitos das mulheres como Islã político versus as políticas da era Mubarak é equivocado, primeiro porque iguala a regressão ou estagnação dos direitos das mulheres com interpretações rígidas do texto islâmico, com total desrespeito ao contexto histórico; e, portanto, pode ser facilmente refutada por juristas e estudiosos islâmicos. Em segundo lugar, com base nessa linha de raciocínio, surge outra simplificação excessiva, que é a de que *qualquer* política desenvolvida sob Mubarak era ‘ruim’. (Tradução livre, pp. 214).²⁸

No final do ano de 2012, em 25 de dezembro, foi então promulgada a nova constituição do Egito, sob as diretrizes da Irmandade Muçulmana. O novo texto constitucional mencionava as mulheres em duas ocasiões: a primeira em seu preâmbulo, “um país onde as mulheres não são respeitadas não tem dignidade; pois as mulheres são irmãs dos homens e parceiras nas conquistas e responsabilidades nacional” (Egypt, 2012, tradução livre, pp. 10)²⁹. A segunda menção se refere ao papel das mulheres enquanto mães, no artigo 10, intitulado “A família como base da sociedade”:

O Estado garante serviços materno-infantis gratuitos e garante a conciliação entre os deveres da mulher para com sua família e o seu trabalho.

O estado oferece cuidados e proteção especiais às mulheres que sustentam a família e às divorciadas, bem como às viúvas. (Egypt, 2012, tradução livre, pp. 13).³⁰

Também foram elaboradas, para além da constituição, propostas sobre as leis de status pessoal pelos membros do parlamento, especialmente dos partidos FJP e El Nour, pois argumentavam que as emendas feitas na Era Mubarak eram “injustas com os homens” (Morsy, 2014, pp. 217). Esses mesmos parlamentares também apoiaram a abolição da criminalização da circuncisão feminina, alegando que as mulheres deveriam ter a escolha de realizar ou não o procedimento. Em 2012, 88% das egípcias foram sujeitadas à mutilação genital no Egito (The Egyptian Center for Women’s Rights, 2012).

Nesse sentido, o período de transição política egípcia se apresentava desafiador para as mulheres e que, ao invés de ter criado oportunidades para que elas ocupassem cargos políticos e de lideranças, ou tivessem direitos civis claros, estava ameaçando direitos adquiridos anteriormente (Morsy, 2014).

²⁸ No original: Casting the debate on women’s rights as political Islam versus Mubarak-era’s policies is misguided, first because it equates the regression or stagnation of women’s rights with rigid interpretations of Islamic text, with total disregard for the historical context; and therefore can be easily refuted by Islamic jurists and scholars. Second, building on this line of reasoning, another oversimplification emerged, which is that *any* policy developed under Mubarak was ‘bad’.

²⁹ No original: A country in which women are not respected has no dignity; for women are the sisters of men and partners in national gains and responsibilities.

³⁰ No original: The state guarantees maternal and child services free of charge, and guarantees the reconciliation between the duties of a woman toward her family and her work.

The state provides special care and protection to breadwinning and divorced women as well as widows.

Conforme pesquisa da Thomson Reuters Foundation (2013), focada no ano de 2012, a realidade das mulheres era a de que até 99,3% delas experienciaram alguma forma de assédio sexual (o dado trazido pela Fundação foi retirado de relatório da ONU Mulheres); de que 79% das mulheres tiveram acesso a partos seguros, com assistência de pessoal qualificado; e na área da educação, apenas 63% das mulheres adultas estavam alfabetizadas. Em termos de oportunidades econômicas para as mulheres, o Centro Egípcio para os Direitos das Mulheres (ECWR) lançou um relatório (2012) apontando que o Egito se encontrava na posição 80^a de 128 países, em termos de oportunidade econômica. O país apresentava baixa proporção de mulheres na força laboral em relação aos homens, participação econômica e independência financeira.

Ainda de acordo com relatório da ECWR, naquele ano de 2012, 60% das mulheres sofreram violência doméstica; 38% foram forçadas ao casamento precoce; 51,6% sofreram assédio verbal; e o Egito se encontrava na segunda posição no mundo em relação à assédio sexual, ficando atrás, apenas, do Afeganistão. Assim, conforme a Thomson Reuters Foundation (2013), ao final do ano de 2012, o Egito era o pior país árabe para as mulheres, na 22^a posição.

Diante desse cenário de controle, violência, repressão e poucas oportunidades para as mulheres, em junho de 2013 uma nova mobilização social irrompeu no Egito contra o governo de Mohammed Morsi. As mulheres manifestaram, novamente, na Praça Tahrir. Esse espaço público, que outrora eram proibidas de estar, apresentava-se cada vez mais como um lugar de fortaleza, em que poderiam ser vistas e ouvidas. Assim, durante as manifestações, o slogan que elas utilizaram foi “a voz das mulheres egípcias é a revolução” (Morsy, 2014, pp. 212)³¹.

Apesar disso, os casos de violência sexual contra as mulheres, de acordo com a Human Rights Watch (2013), ocorriam principalmente durante protestos políticos no país, e pelo menos seis mulheres egípcias e estrangeiras foram atacadas e sofreram abuso sexual na Praça Tahrir. É estimado, ainda, que entre 30 de junho e 3 de julho (período de deposição de Mohammed Morsi), 91 mulheres sofreram tal violência e não houve nenhum processo judicial em relação a esses casos (Human Rights Watch, 2013; United States Department Of State, s.d.).

O então presidente Morsi foi deposto em julho de 2013 pelas forças de segurança egípcias lideradas por Abdel Fattah El-Sisi. A população afirmava que Morsi havia traído os

³¹ No original: Egyptian women's voice is the Revolution.

valores revolucionários de 2011 ao monopolizar o poder no país e impor leis religiosas inflexíveis (Rogowska, 2018). Com sua deposição, foi instituída uma Declaração Constitucional, em 8 de julho, para vigorar até que a nova constituição fosse elaborada e promulgada (Egypt, 2013).

O Comitê dos Cinquenta, criado no ano de 2013 para trabalhar na elaboração de uma nova constituição para reger o país, dispôs de cinquenta membros/as (Alsherif, 2017), com cinco mulheres o compoendo (número que corresponde a 10% dos participantes), o que evidenciou que ainda existia uma participação institucional limitada por parte das mulheres. Ainda, nenhuma mulher foi nomeada como governadora entre os 27 que foram nomeados para as províncias do Egito, e tampouco passaram a fazer parte do Supremo Tribunal Constitucional (Kato, 2017; Morsy, 2014; United States Department Of State, s.d.).

Em relatório de 2013, o Departamento de Estado dos Estados Unidos expõe as denúncias de assédio e discriminação social contra mulheres e meninas naquele ano, tanto no período em que Morsi estava no poder, quanto no período após sua deposição (United States Department of State, s.d.). Isto posto, as autoridades não foram capazes de conduzir o país a uma situação segura e que transmitisse confiança. Muito embora a Declaração Constitucional de 8 de julho criminalizasse, por exemplo, a violência sexual, estabelecendo as punições para quem as cometesse, o governo interino não aplicou a lei efetivamente (Egypt, 2013; United States Department of State, s.d.).

Ainda, em novembro de 2013 foi emitida a lei 107/2013 sobre Direito a Reuniões Públicas, Procissões e Manifestações Pacíficas, a qual concedeu poder discricionário para funcionários da segurança para proibir qualquer protesto com motivo considerado vago, permitindo que policiais dispersassem, por meio do uso da força, qualquer protesto em que uma única pessoa atirasse uma pedra. Além disso, passou a estabelecer penas de prisão para delitos como a tentativa de “influenciar o curso da justiça”. O Ministério do Interior também adquiriu o direito de proibir qualquer reunião que fosse de natureza pública e contasse com mais de 10 pessoas no espaço público – incluso aquelas relacionadas a campanhas eleitorais. Essa lei antiprotestos fez com que marcasse o fim de um período de grandes mobilizações sociais que haviam iniciado em 2011 (Human Rights Watch, 2013; McRobie, 2014).

Passado o período de elaboração da nova constituição, ela foi promulgada em 18 de janeiro de 2014. A partir dela, foi possível perceber que o resultado das manifestações e do ativismo das egípcias foi positivo. O novo texto constitucional assumia um caráter mais inovador na história do Egito no que se refere aos direitos das mulheres. Uma das conquistas significativas de sua luta foi a introdução do princípio de equidade de gênero na sociedade e a

responsabilidade do Estado em garanti-la, algo que não havia sido considerado na constituição de 2012 (Egypt, 2014; Kato, 2017).

Ainda, em seu artigo 11, sobre o lugar das mulheres, maternidade e infância, o Estado salvaguarda o seguinte:

O Estado se compromete a alcançar a igualdade entre mulheres e homens em todos os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, de acordo com as disposições desta Constituição.

O Estado compromete-se a tomar as medidas necessárias para garantir a representação adequada das mulheres nas casas do parlamento, na forma especificada por lei. Concede às mulheres o direito de ocupar cargos públicos e cargos de alta direção no estado, e de nomeação em órgãos e entidades judiciais sem discriminação.

O Estado se compromete com a proteção das mulheres contra todas as formas de violência e garante o empoderamento das mulheres para conciliar os deveres de uma mulher para com sua família e suas exigências de trabalho.

O Estado garante cuidado e proteção com a maternidade e a infância, e com o sustento da família, as mulheres idosas e as mulheres mais necessitadas (Egypt, 2014, tradução livre, pp. 13).³²

A constituição de 2014 prevê, ainda, o direito de livre associação das pessoas, por meio do artigo 75:

Os cidadãos têm o direito de formar organizações e instituições não-governamentais em bases democráticas, que devem adquirir personalidade jurídica mediante notificação.

Eles devem ter permissão para exercer suas atividades livremente. Os órgãos administrativos não poderão interferir nos assuntos dessas organizações, dissolvê-las, dissolver seu conselho de administração ou seu conselho de curadores, exceto por decisão judicial.

O estabelecimento ou a continuação de organizações e instituições não governamentais cuja estrutura e atividades sejam operadas e conduzidas em segredo, ou que possuam caráter militar ou quase militar, são proibidos, conforme regulamentado por lei. (Egypt, 2014, tradução livre, pp. 25).³³

³² No original: The state commits to achieving equality between women and men in all civil, political, economic, social, and cultural rights in accordance with the provisions of this Constitution.

The state commits to taking the necessary measures to ensure appropriate representation of women in the houses of parliament, in the manner specified by law. It grants women the right to hold public posts and high management posts in the state, and to appointment in judicial bodies and entities without discrimination.

The state commits to the protection of women against all forms of violence, and ensures women empowerment to reconcile the duties of a woman toward her family and her work requirements.

The state ensures care and protection and care for motherhood and childhood, and for breadwinning, and elderly women, and women most in need.

³³ No original: Citizens have the right to form non-governmental organizations and institutions on a democratic basis, which shall acquire legal personality upon notification.

They shall be allowed to engage in activities freely. Administrative agencies shall not interfere in the affairs of such organizations, dissolve them, their board of directors, or their board of trustees except by a judicial ruling.

The establishment or continuation of non-governmental organizations and institutions whose structure and activities are operated and conducted in secret, or which possess a military or quasi-military character are forbidden, as regulated by law.

No artigo 180, sobre a eleição dos conselhos locais, a constituição afirma que parte dos assentos seja atribuído às mulheres:

Cada unidade local elege um conselho local por voto direto e secreto para um mandato de quatro anos. O candidato não deve ter menos de 21 anos. A lei regula outras condições de candidatura e procedimentos eleitorais, desde que um quarto dos assentos seja atribuído a jovens com menos de 35 anos, um quarto seja atribuído a mulheres, trabalhadores e agricultores sejam representados por pelo menos 50 por cento do número total de assentos, e essas porcentagens incluem uma representação adequada de cristãos e pessoas com deficiência. (Egypt, 2014, tradução livre, pp. 45).³⁴

Além disso, no artigo 214 da constituição, sobre conselhos nacionais, está prescrito:

A lei especifica conselhos nacionais independentes, incluindo o Conselho Nacional de Direitos Humanos, o Conselho Nacional para Mulheres, o Conselho Nacional da Infância e Maternidade e o Conselho Nacional para Pessoas com Deficiência. A lei estabelece suas estruturas, mandatos e garantias de independência e neutralidade de seus membros. Eles têm o direito de denunciar às autoridades públicas quaisquer violações relativas às suas áreas de trabalho.

Esses conselhos têm personalidade jurídica e gozam de independência técnica, financeira e administrativa. Eles devem ser consultados com relação a projetos de lei e regulamentos relativos aos seus assuntos e campos de trabalho. (Egypt, 2014, tradução livre, pp. 54).³⁵

Expostos os artigos da constituição que afetam diretamente as mulheres, no ano de 2014, já no final do governo interino, foi emitido um decreto que criminalizou o assédio sexual, o que pode ser entendido como resposta aos sucessivos crimes que aconteceram no país desde 2011, com violência e assédio sexual acontecendo em praça pública no Egito. O decreto define, portanto, assédio como “abordar outras pessoas em local público ou privado, seguindo-as ou perseguindo-as, usando gestos ou palavras ou através de meios modernos de comunicação ou de qualquer outro meio, através de ações que contenham sugestões sexuais

³⁴ No original: Every local unit elects a local council by direct, secret ballot for a term of four years. A candidate must be no younger than 21 years old. The law regulates other conditions for candidacy and procedures of election, provided that one quarter of the seats are allocated to youth under 35 years old, one quarter is allocated for women, workers and farmers are represented by no less than 50 percent of the total number of seats, and these percentages include a proper representation of Christians and people with disability.

³⁵ No original: The law specifies independent national councils including the National Council for Human Rights, the National Council for Women, the National Council for Childhood and Motherhood, and the National Council for Persons with Disability. The law sets out their structures, mandates, and guarantees for the independence and neutrality of their members. They have the right to report to the public authorities any violations pertaining to their fields of work.

These councils have legal personalities and enjoy technical, financial, and administrative independence. They are to be consulted with regards to draft laws and regulations pertaining to their affairs and fields of work.

ou pornográficas” (Aljazeera, 2014a, tradução livre)³⁶. O decreto estabelece pena mínima de seis meses de prisão para o crime, podendo chegar até cinco anos dependendo da circunstância e ocasião (Aljazeera, 2014a; 2014b; Monqid, 2016).

De modo a melhor compreender a sociedade do Egito, em especial a mulher egípcia, realizamos uma conversa com Fatma³⁷ em 24 de junho de 2023, no idioma espanhol/português, por meio da plataforma de videoconferência Google Meet. Ressaltamos que, durante essa conversa/testemunho, Fatma dispôs de total liberdade para expressar seus pensamentos e experiências da maneira que lhe fosse mais conveniente e confortável. Ela não foi, portanto, coagida ou pressionada a compartilhar informações que não desejava³⁸.

Isto posto, Fatma nos conta que as feministas se mantiveram na mesma situação no período entre 2014 e 2019. Ela nos conta que nenhuma manifestação expressiva aconteceu no governo de Abdel Fattah El-Sisi, que venceu as eleições presidenciais no ano de 2014 e tem governado desde então: “Sempre existiram feministas aqui no Egito, nem aumentou e nem diminuiu no governo do Sisi. E manifestações importantes, ultimamente, a gente não teve. E movimentação contra o governo, as decisões do governo, também não”.

Nicola Pratt, em seu trabalho *Embodying Geopolitics: Generations of Women’s Activism in Egypt, Jordan, and Lebanon* (2020) afirma que, de modo geral, a partir de 2013 foi observado um movimento de afastamento do ativismo político aberto e de engajamento em políticas de confronto direto, uma vez que essas atividades se tornaram arriscadas sob o regime de Sisi. Em contrapartida, emergiram diversos indivíduos, em particular jovens mulheres, envolvidos em uma modalidade de ativismo que pode ser caracterizada como “não contenciosa”.

Nesse contexto, as ações desses ativistas “não contenciosos” não se dirigem diretamente ao poder político ou buscam confrontar o governo. Em vez disso, concentram-se em questões mais sociais, com ênfase especial em assuntos de gênero e sexualidade. Tais atividades muitas vezes se apoiam em eventos culturais e educacionais, bem como nas mídias sociais, como ferramentas para promover a conscientização e o debate em torno dessas

³⁶ No original: Accosts others in a public or private place through following or stalking them, using gestures or words or through modern means of communication or in any other means through actions that carry sexual or pornographic hints.”

³⁷ O nome “Fatma” utilizado nesta pesquisa é um pseudônimo adotado para preservar a identidade da mulher, garantindo a ela sua confidencialidade.

³⁸ Nós reconhecemos a complexidade da generalização e não visamos a simplificação de narrativas, mas, ao contrário, buscamos ampliar a compreensão por meio da incorporação de vozes locais. A inclusão da perspectiva de Fatma, mãe, faixa etária 30-40 anos, muçulmana, com formação universitária e residente no Cairo, fortalece nosso compromisso com a abordagem feminista pós-colonial, enriquecendo o debate com uma visão contextualizada e sensível às particularidades culturais e sociais.

questões. Este novo paradigma de ativismo “não contencioso” tem sido a forma encontrada para continuarem promovendo agendas de gênero em meio a um ambiente menos favorável à participação e manifestações públicas (Pratt, 2020).

Ao longo deste capítulo buscamos apresentar o panorama histórico das mobilizações de mulheres no Egito, que já há mais de um século visam a melhorar as condições sociais no país. O século XX, conforme vimos, foi marcado pela luta contínua das mulheres por direitos sociais e políticos, fosse a independência do país, a luta pela reforma dos direitos de família, ou contra a mutilação genital feminina. Já nas primeiras décadas daquele século, as egípcias participaram da Revolução de 1919, em busca da independência de seu país em relação aos britânicos.

Após essa Revolução, as mulheres passaram a se organizar de maneira mais independente e formal, e surgiram, como resultado disso, organizações de mulheres como a União Feminista Egípcia e a Sociedade de Mulheres Muçulmanas, além de nomes importantes que marcaram o ativismo de mulheres naquele século, como Huda Sha’rawi, Safiyya Zaghlul e Nawal El-Saadawi. Essa participação ativa e engajada das mulheres egípcias ao longo do século XX as colocou em evidência, realçando sua importância no cenário político-social do Egito.

Diante disso, notamos que elas desempenharam papel crucial no apoio aos protestos durante a Revolução Egípcia de 2011, que tomaram corpo no país entre janeiro e fevereiro daquele ano, a qual culminou na renúncia de Hosni Mubarak. Além disso, ao longo do período que se estendeu até 2014, as mulheres foram fundamentais no processo de transição política que resultou nas eleições presidenciais de 2014, ano em que o povo egípcio elegeu Abdel Fattah El-Sisi como seu novo presidente, este que se autoproclama “o presidente das mulheres” (Rogowska, 2018).

Diante disso, no capítulo seguinte abordaremos o conceito de feminismo de Estado e a sua prática ao longo dos quatro governos que sucederam à independência do Egito em relação ao domínio britânico. Examinaremos as políticas e abordagens relacionadas às questões das mulheres sob as administrações de Gamal Abdel Nasser (1956-1970), Anwar El Sadat (1970-1981), Hosni Mubarak (1981-2011) e Abdel Fattah El-Sisi (2014-2019). Nosso objetivo é investigar como as agendas e preocupações das mulheres egípcias foram incorporadas e tratadas no contexto da política institucional ao longo desses períodos.

2. MULHERES E O PODER DO ESTADO NO EGITO: OS GOVERNOS MILITARES À LUZ DO FEMINISMO DE ESTADO (1956-2019)

O feminismo de Estado se refere a uma abordagem governamental que busca promover os direitos e posição das mulheres por meio de políticas e programas. No cerne disso está o reconhecimento de que o Estado tem papel na consecução da igualdade entre cidadãos e cidadãs. Esse feminismo se baseia na ideia de que as estruturas de poder e as políticas públicas têm um impacto significativo nas vidas das mulheres e, portanto, incluem suas demandas e os seus próprios movimentos no Estado (Kantola; Squires, 2012; Kantola; Outshoorn, 2007; Mazur; McBride, 2008).

Desde meados do século XX, os governos militares do Egito de Gamal Abdel Nasser (1956-1970), Anwar El Sadat (1970-1981), Hosni Mubarak (1981-2011) e Abdel Fattah El-Sisi (2014-2019) implementaram uma série de políticas voltadas para as mulheres. No período de Gamal Abdel Nasser, houve um foco significativo na promoção da educação das egípcias e sua participação no mercado de trabalho, com o objetivo de modernizar o Egito. Sob Anwar El Sadat, houve, por exemplo, uma relativa abertura para a participação política das mulheres, resultando na eleição de algumas parlamentares.

Já o governo de Hosni Mubarak foi marcado pela criação do Conselho Nacional para Mulheres, com o objetivo de promover e proteger seus direitos em diferentes áreas, como educação, saúde, emprego e participação política. Sob a liderança de Abdel Fattah El-Sisi, o governo implementou medidas para promover a participação das egípcias na política e na economia, ao passo em que se autoproclama “o presidente das mulheres” (Rogowska, 2018). O governo, no entanto, enfrenta desafios persistentes em relação à igualdade de gênero, incluindo questões de violência contra elas e limitações à liberdade de expressão e associação. Em geral, ao longo desses governos houve avanços e retrocessos nas políticas relacionadas às mulheres, refletindo a complexa interação de fatores sociais, políticos e culturais.

À vista disso, neste segundo capítulo explanamos os mais de 60 anos em que o Egito foi governado por militares, sendo eles: Gamal Abdel Nasser, Anwar El Sadat, Hosni Mubarak e o atual presidente, Abdel Fattah El-Sisi - mas este, trabalhado aqui no espaço-temporal de 2014 a 2019. Dessa maneira, abrangemos esses governos como pano de fundo para observarmos as pautas e direitos das mulheres, e como se relacionam com o feminismo de Estado iniciado na gestão de Nasser.

2.1. Feminismo de Estado: Uma Necessária Conceituação

Para que possamos discorrer sobre os governos do Egito, devemos explorar a conceituação por detrás do feminismo de Estado para que melhor compreendamos o desenvolvimento deste capítulo. Imen Yacoubi (2016) explica que esse tipo de feminismo é um projeto de estado clientelista e disciplinar que busca “elevar” e “modernizar” a organização de gênero na sociedade. Assim, o Estado busca produzir resultados feministas em seus processos políticos e/ou em seus impactos sociais, a partir da inclusão das demandas e dos próprios movimentos de mulheres no Estado (Mazur; McBride, 2008).

Ainda, complementamos que o feminismo de Estado pode encorajar as mulheres em certa medida, ampliando sua participação em diferentes esferas da sociedade. Porém, esse mesmo tipo de feminismo torna as mulheres vulneráveis de outras maneiras, sendo a sua autonomia aquilo que mais é afetado, mas, também, a sua agência política própria (Yacoubi, 2016).

O feminismo de Estado é elucidado por Kantola e Squires (2012, pp. 384) como as agências do Estado, seja a nível subnacional, nacional, regional ou internacional, que tenha como objetivo promover a igualdade de gênero, que também pode ser descrita como “avanço das mulheres”. Ou seja, por meio da elaboração de políticas sociais e econômicas benéficas às mulheres, o Estado abraça os movimentos de mulheres e seus discursos e, daí, incorpora aquilo que ele considerar ou não prioridade. Assim, o Estado busca uma abordagem para superar as visões e concepções a ele atribuídas, especialmente aquelas que o colocam como patriarcal e que reproduz a subordinação das mulheres (Kantola; Squires, 2012; Kantola; Outshoorn, 2007; Khan, 2012).

Kantola e Outshoorn (2007) nos instruem que a terminologia que aqui estamos apresentando segue o exemplo que foi criado pela Organização das Nações Unidas, que nos apresenta os “maquinários nacionais para promoção de questões específicas das mulheres” (tradução livre, pp. 3), que seriam aqueles órgãos que lidam com as questões voltadas à promoção das mulheres e seu *status* na sociedade. O grande ponto, nos alertam as autoras, é o fato de que esses mesmos maquinários nacionais acabam por incorporar as demandas das mulheres e, em algumas situações, tem finalidades não-feministas.

Tais maquinários nacionais para o avanço de temas relacionados às mulheres acabam, então, por se associar ao feminismo de Estado. Contudo, vale ressaltar que o feminismo de Estado não está restrito apenas a contextos não-democráticos, mas ambientes democráticos, também. Dito isto, importa salientar que ele não se baseia apenas nesses maquinários

nacionais para trabalhar em função da propagação de questões das mulheres, possuindo, assim, uma ampla gama de estruturas por onde o Estado se baseia, opera e conduz suas atividades (Mazur; McBride, 2008).

Mazur e McBride (2008) trazem a reflexão de que feminismo de Estado tem um conceito profundamente genereficado, uma vez que o desenvolvimento de políticas para desenvolver temas relacionados às mulheres coloca a questão de gênero como um processo. Isto porque, ainda que de forma involuntária, as noções sobre papéis dos homens e das mulheres estão em seu centro. Desse modo, a construção social de identidade do que é ser homem e do que é ser mulher estarem relacionadas entre si, faz parte de tal processo.

Diante desta discussão, é perceptível a complexidade envolvendo a conceituação desse feminismo, e isso se dá em razão de sua abrangência e por variar de acordo com o contexto em que é praticado. Nos países nórdicos, por exemplo, o feminismo de Estado significa a conquista da igualdade de gênero por meio do Estado, onde as demandas das mulheres, canalizadas por meio de seus movimentos e do próprio feminismo de Estado, culminam na implementação de políticas de bem-estar voltadas para o benefício das mulheres (Kantola; Outshoorn, 2007).

Em *Economic and Political Liberation in Egypt and the Demise of State Feminism* (1992), Mervat Hatem nos explica que o feminismo de Estado engloba, também, políticas e programas não-oficiais do Estado, os quais promovem alterações significativas nos papéis das mulheres, sejam produtivos ou reprodutivos. Assim, ele é por ela descrito como o comprometimento formal, legal e ideológico com os direitos das mulheres. Trazendo essa terminologia especificamente para o contexto do Egito, Hatem (1992) sintetiza:

Para as mulheres egípcias, que foram ignoradas pelos estados anteriores ao ano de 1952, o novo estado de bem-estar social ofereceu um compromisso explícito com a igualdade pública para as mulheres. Isso contribuiu para o desenvolvimento do feminismo de Estado como estratégia legal, econômica e ideológica para introduzir mudanças na sociedade egípcia e nas suas relações de gênero (Tradução livre, pp. 231)³⁹.

Mervat Hatem, além de sua obra anteriormente citada, também traz contribuições importantes em *Egyptian discourses on gender and political liberalization: do secularist and islamist views really differ?* (1994), e Nadjé Al-Ali em *Secularism, Gender and the State in the Middle East: the Egyptian women's movements* (2004). Em ambos trabalhos, as autoras

³⁹ No original: For Egyptian women, who were scorned by the pre-1952 states, the new welfare state offered explicit commitment to public equality for women. It contributed to the development of state feminism as a legal, economic, and ideological strategy to introduce changes to Egyptian society and its gender relations.

discorrem quanto aos três governos do Egito independente a partir da primeira metade do século XX: Gamal Abdel Nasser (1956-1970), Anwar El Sadat (1970-1981) e Hosni Mubarak (1981-2011). Já Nicola Pratt (2020), Laila El Baradei (2018) e Safaa Monqid (2016), trazem contribuições sobre a administração de Abdel Fattah El-Sisi (2014-2019). A seguir, serão apresentadas as conjunturas políticas de tais presidentes, e como a posição social e as pautas das mulheres foram por eles consideradas e incorporadas pelo Estado.

2.2. Gamal Abdel Nasser e o Início do Feminismo de Estado (1956-1970)

A Revolução de 1952 no Egito teve como uma de suas consequências a independência total do país em relação à Grã-Bretanha. Gamal Abdel Nasser foi um dos líderes da Revolução, e ela contribuiu para lançar Nasser na esfera político-social egípcia em seu período pós-independência. Nasser era um militar e, formalmente, tornou-se o segundo presidente do Egito em 1956. Antes disso, em 1954, ele sofreu um atentado contra sua vida por um membro da Irmandade Muçulmana e colocou o então presidente Mohameb Naguib em prisão domiciliar, ocupando seu cargo e nele permanecendo até sua morte, em 1970 (Goldschmidt, 2004; Islami, 2016; Poljarevic, 2009).

Islami (2016) sintetiza o governo Nasser assinalando que o presidente introduziu o regime inclinado ao socialismo – o Socialismo Árabe, assim nomeado por Mooney (1998), e aproximou o país da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Esse Socialismo Árabe foi um sistema caracterizado por estar entre o marxismo e a dominação das classes proprietárias dos meios de produção (Mooney, 1998).

Assim, a gestão Nasser foi marcada por grande melhora e expansão das áreas da saúde e educação, mas com economia estagnada e repressão à população (Islami, 2016; Mooney, 1998). A isso, Nicola Pratt (2020) acrescenta que o Egito foi o país árabe que experimentou um dos programas nacionais de modernização mais ambicioso entre todos os países árabes. Esse projeto de modernização do país incluiu a redistribuição de terras, industrialização encabeçada pelo Estado, desenvolvimento rural, benefícios sociais, estabelecimento de salário mínimo, jornada de trabalho reduzida, acesso a crédito barato e, por fim, bens e serviços subsidiados. Com ele, os meios de comunicação, bancos, companhias de seguro, indústria e o comércio exterior passaram a ser controlados pelo Estado (Islami, 2016; Mooney, 1998; Pratt, 2020).

Durante a administração de Gamal Abdel Nasser (1956-1970), Hatem (1992, 1994), Mooney (1998) e Al-Ali (2004) argumentam que houve uma tentativa de desenvolver uma

espécie de estado de bem-estar social, de modo a prover uma base econômica para seus apoiadores. Os principais beneficiários de seu governo foram os homens e mulheres de classe média, média-baixa e a aristocracia trabalhista. Em seu governo, educação e saúde foram, de fato, mais equitativas entre as classes sociais e toda a zona rural do Egito. A educação superior era gratuita para homens e mulheres, o que provou ter sido uma medida que favoreceu ainda mais as mulheres (Al-Ali, 2004; Hatem, 1992, 1994; Mooney, 1998). Todas as medidas aqui citadas contribuíram para desarranjar o poder e a riqueza das antigas elites egípcias (Pratt, 2020).

A partir de sua gestão, passou a existir um certo compromisso do Estado com as mulheres, e foi no período do Nasserismo (assim denominado o período em que Nasser governou o Egito) que o feminismo de Estado fora introduzido, em que este contribuiu para legitimar a forma de fazer política de Nasser. Este feminismo de Estado se caracterizava como política de cunho nacionalista e ocidentalista em prol de se reformar os direitos das mulheres nos moldes do Ocidente (Al-Ali, 2004; Hatem, 1992, 1994; Mooney, 1998).

Além disso, o Estado proibiu qualquer forma de ativismo político independente e isso incluiu as próprias organizações feministas, fazendo com que elas fossem desmobilizadas no ano de 1956. Assim, as mulheres não eram permitidas a ter atividades políticas, e tampouco conseguiam articular suas próprias pautas e requisições. Dessa forma, os direitos das mulheres foram incorporados e instrumentalizados pelo Estado, colocando todos os assuntos relacionados às mulheres sob o Ministério dos Assuntos Sociais. A título de exemplificação, nesse governo a União Feminista Egípcia foi desintegrada e se tornou uma organização com fins de caridade, chamada Associação Huda Sha'rawi (Abu-Lughod, 2013; Al-Ali, 2002, 2004; Elsadda, 2019; Hatem, 1992, 1994; Mooney, 1998; Monqid, 2016).

Nadje Al-Ali (2002) comenta sobre a questão do ativismo e a posição social das mulheres durante o Nasserismo:

O ativismo feminista egípcio retrocedeu sob o governo de Gamal Abdel Nasser (1952-1970), como resultado do monitoramento estrito do Estado do ativismo político e da proibição de qualquer tipo de organização autônoma. O Estado monopolizou as questões das mulheres e as formulou como questões de bem-estar social, especialmente por meio das atividades do Ministério de Assuntos Sociais. No entanto, a posição das mulheres sofreu grandes mudanças durante o período de Nasser devido ao compromisso mais amplo com o igualitarismo social, visto que as mulheres receberam maiores oportunidades e direitos dentro dos limites estabelecidos pelo governo. (Tradução livre, pp. 8).⁴⁰

⁴⁰ No original: Egyptian feminist activism receded under the rule of Gamal Abd Al-Nasser (1952-1970) as a result of the State's strict monitoring of political activism and the banning of any kind of autonomous organization. The State monopolized women's issues and formulated them as social welfare issues, especially

Deve-se sinalizar, contudo, que na gestão de Nasser o feminismo de Estado fez com que as mulheres se tornassem economicamente independentes de seus maridos porque passaram a integrar o mercado de trabalho. Contudo, ao mesmo tempo, esse feminismo embarreirava as organizações independentes de mulheres e não buscou fazer alterações diretas nas leis de status pessoal que estavam em vigor desde 1920/1930. Isto colocou as egípcias em conflito com suas famílias que reclamavam a dependência delas em relação aos homens (Al-Ali, 2002). Essas leis, argumenta Hatem (1992), definiam as mulheres como economicamente dependentes dos homens, instáveis emocionalmente e que por isso não poderiam ser confiadas o direito ao divórcio, e que elas não poderiam deixar, sem seu consentimento, seus maridos no caso de eles estarem com alguma doença incurável ou impotentes.

Entre 1958-1959 o presidente Nasser promulgou emendas aos direitos trabalhistas que afetaram as mulheres. Tais emendas passaram a garantir a igualdade das mulheres no mercado de trabalho, o direito à licença maternidade remunerada, e foram criados espaços para funcionarem como creches no local de trabalho das mães (Al-Ali, 2002, 2004; Hatem, 1992, 1994; Pratt, 2020).

Laura Bier (2011) expõe o seguinte no que tange às mulheres no mercado de trabalho:

as discussões públicas sobre as mulheres no mercado de trabalho giravam agora não em torno de se as mulheres deveriam trabalhar, mas em torno de como o Estado poderia mobilizar as mulheres para participarem na força de trabalho e nas tarefas materiais da construção Estado e da nação (Tradução livre, pp. 16).⁴¹

Assim, esse governo incluiu economicamente as mulheres na sociedade, transmitindo a imagem de um Egito desenvolvido no plano internacional, mas na esfera privada elas enfrentavam dificuldades de se estabilizarem e se tornarem independentes de seus maridos. Publicamente, elas foram adquirindo certos espaços, mas no que se refere às leis de família, não houve nenhuma alteração (Al-Ali, 2002, 2004; Hatem, 1992, 1994).

Durante o Nasserismo, foi promulgada uma constituição em 1956, além de uma versão revisada em 1963. Por meio da constituição, o Egito se tornou um Estado socialista, com sistema político de partido único, e o Islã sendo a religião oficial. A de 1956 reconheceu,

through the activities of the Ministry of Social Affairs. Nonetheless, the position of women underwent great changes during the Nasser period due to the broader commitment to social egalitarianism as women were given increased opportunities and rights within the limits set by the government.

⁴¹ No original: Public discussions of women in the workforce now revolved not around whether women should work but around how the State could mobilize women to participate in the labor force and in the material tasks of state- and nation-building.

constitucionalmente, o status de igualdade entre os cidadãos, em seu artigo 31: “Todos os egípcios são iguais perante a lei em direitos e deveres públicos, sem discriminação de sexo, origem, idioma, religião ou crença” (Egypt, 1956 *apud* McLarney, 2016, tradução livre, pp. 113)⁴². Na constituição vigente até então, a de 1923, não se mencionava a palavra sexo, apenas que os cidadãos eram iguais independente de origem, idioma e religião (Al-Ali, 2004; Hatem, 1992; McLarney, 2016).

Nessa mesma constituição, o Estado se comprometeu com a criação e fornecimento de igualdade de oportunidade a todos os cidadãos, o que também foi reafirmado em sua versão revisada de 1963. O trabalho público da mulher tensionava com seus deveres para com a família, e isso ficou explícito no artigo 19 da constituição de 1956: “o Estado facilita às mulheres o acordo [al-tawfiq] entre o seu trabalho na sociedade e os seus deveres para com a família” (Egypt, 1956 *apud* McLarney, 2016, tradução livre, pp. 113,)⁴³. Na constituição de 1963, passa-se a garantir o direito ao trabalho àqueles/as que possuem diplomas de ensino médio e universitário, independente do sexo (Al-Ali, 2004; Hatem, 1992).

Além disso, no ano de 1956 foi concedido o direito ao sufrágio (ainda que não-obrigatório, mas era algo há muito reivindicado pelas mulheres, especialmente a geração mais velha de sufragistas, como Doria Shafik (1908-1975) e Ceza Nabarawi (1897-1985). Muito embora tenham conquistado o direito ao voto, as mulheres não tinham representação política no parlamento e demais instituições políticas (Al-Ali, 2004; Hatem, 1992; Kamal, 2016). Mooney (1998) afirma que a razão para que o direito ao voto tenha sido concedido foi o desejo do governo de silenciar demandas feministas por direitos políticos iguais, sem se afastar de elementos mais conservadores da sociedade e, por essa razão, demais direitos não foram a elas garantidos, como representação política.

Quanto aos dados educacionais, da década de 1960 até 1976, as matrículas de mulheres no ensino primário e secundário chegaram a triplicar, e as matrículas nas universidades aumentaram em seis vezes. Em 1964 foi promulgada uma lei que garantia emprego no setor estatal para todos os graduados, independentemente do gênero, o que contribuiu para que as mulheres ingressassem no mercado de trabalho. Além disso, algo que também beneficiou as mulheres egípcias foi a implementação de um programa do Estado para planejamento familiar (Pratt, 2020).

⁴² No original: All Egyptians are equal under the law in public rights and duties, without discrimination due to sex, origin, language, religion, or belief.

⁴³ No original: The state facilitates for women the agreement [al-tawfiq] between her work in society and her duties to the family.

Hassouna (1980) relata que tal planejamento familiar permitiu que fosse fundado o Comitê Conjunto para o Planejamento Familiar, este com o objetivo de coordenar o trabalho dos grupos de voluntários que se dedicavam à prestação de serviços, patrocínio de pesquisas e na promoção da conscientização sobre planejamento familiar. Além disso, outras duas políticas foram adotadas pelo presidente Nasser: a disponibilização de contraceptivos e o DIU, que foram introduzidos em 1962. Em 1966 foi criada a Diretoria Executiva de Planejamento Familiar para implementação do programa nacional e, na prática, o Ministério da Saúde foi quem se tornou o responsável por essa implementação. Foi através de 1991 unidades de saúde que os contraceptivos orais a baixo custo foram fornecidos.

Em termos religiosos, durante o regime de Nasser a Irmandade Muçulmana foi tanto perseguida quanto tolerada. O governante considerava a Irmandade a sua maior adversária e, por isso, buscou cooptá-la para obter apoio de seus devotos. Durante o período de perseguição aos membros da Organização, o governo focou principalmente na perseguição às mulheres, como Zeinab al-Ghazali, que foi presa e torturada por um período de seis anos - de 1965 a 1972 - por seu envolvimento com a Irmandade (Mooney, 1998).

2.3. Anwar El Sadat e a Política da *Infitah* (1970-1981)

Com a morte de Gamal Abdel Nasser por parada cardíaca, Anwar El Sadat assumiu o cargo de presidente do Egito em 1970, permanecendo até 1981, quando foi assassinado. Sadat era o vice-presidente do governo Nasser desde 1969, e assumiu a presidência depois que ela foi aprovada por 90% da população votante do Egito, em um referendo realizado em 15 de outubro de 1970. O Egito que Nasser deixou era um país que estava em guerra com Israel, haviam sérios problemas econômicos e forte inquietação social, além do fato de que Sadat ainda precisaria lidar com o carisma e popularidade que seu antecessor dispunha para que conseguisse governar o país (Islami, 2016; Goldschmidt, 2004; Pratt, 2020).

No primeiro ano do governo de Anwar El Sadat, ele buscou implementar uma série de medidas para que destoasse sua gestão da de Nasser. A “revolução corretiva” colocada em prática em 1971 funcionou para expulsar apoiadores de Nasser da administração pública para que ele conseguisse construir a sua própria identidade enquanto governante, além de retirar os rivais do poder político (Pratt, 2020).

Além disso, ao contrário da gestão anterior, Sadat buscou incluir a religião no seu governo, trazendo uma personalidade islâmica que refletia na adoção de linguagens e símbolos religiosos, especialmente quando se autodenominou “presidente crente” (Pratt,

2020, pp. 87). Nesse contexto de abraçar o Islã e incorporá-lo à política, uma nova constituição foi promulgada no Egito ainda em 1971. Nesse novo texto constitucional foram enfatizados, no artigo 11, os deveres das mulheres em relação à sua família e ao trabalho, ao mesmo tempo em que não permitia que a jurisprudência islâmica fosse contrariada. Assim, os termos de “igualdade” para elas eram delimitados conforme os pressupostos da *Shari’a* (Egypt, 1971; Fernandes; Almeida, 2018; McLarney, 2016; Monqid, 2016; Pratt, 2020).

O artigo 11 da Constituição de 1971 dizia o seguinte:

O Estado garantirá a devida coordenação entre os deveres da mulher para com a família e o seu trabalho na sociedade, considerando o seu status de igualdade com o homem nas esferas da vida política, social, cultural e econômica, sem violação das regras da jurisprudência islâmica. (Egypt, 1971; tradução livre)⁴⁴.

Essa delimitação fez com que houvesse um retrocesso nos direitos das mulheres, à sua participação na vida pública e política, além de ter travado seus direitos na esfera trabalhista, o que abordaremos mais adiante. Porém, isso tudo se dava pela interpretação rígida dos textos religiosos e tais comportamentos, decisões e atitudes do governo, marcaram a ruptura da linguagem secular de Nasser (Pratt, 2020).

McLarney (2016) comenta que este artigo específico da constituição de 1971 inaugurou uma nova forma de tensão entre os papéis públicos e privados, já que a religião seria vista como potencialmente oposta aos direitos igualitários entre mulheres e homens e, assim, existe conflito entre trabalho igual (que seria secular) em contraste às hierarquias que guiam a vida familiar egípcia (que seria religioso).

O presidente buscou, ainda, sua própria forma de nacionalismo e campo ideológico para se distinguir de Nasser. Sadat introduziu a *infītah*, que significa portas abertas, sendo ela uma medida econômica neoliberal para atrair investimento internacional, que era não apenas o contrário do que estava sendo desenvolvido no governo Nasser, mas as políticas dessa medida econômica levaram ao aumento da disparidade entre as classes sociais, aumentando a desigualdade no país (Al-Ali, 2004; Hatem, 1992, 1994; Mooney, 1998).

Essa era uma medida econômica que beneficiava as classes rentistas, a classe média (homens) e proprietários de terra, em detrimento da classe média e do campesinato. Desse modo, o governo introduziu novas oportunidades de emprego, como a especulação, que não necessariamente precisavam de investimento no setor educacional para capacitação e

⁴⁴ No original: The State shall guarantee the proper coordination between the duties of woman towards the family and her work in the society, considering her equal status with man in the fields of political, social, cultural and economic life without violation of the rules of Islamic.

qualificação, ao contrário do governo Nasser que investiu nesse setor (Al-Ali, 2004; Hatem, 1992, 1994; Mooney, 1998; Pratt, 2020).

A *infitah* afetou as mulheres a partir do momento em que trouxe consigo altos índices de desemprego e desigualdade no mercado de trabalho, e as mais afetadas eram aquelas de renda baixa e média. Essa situação gerou uma disparidade entre as próprias mulheres, o que fez com que elas não conseguissem se unir a ponto de construir uma agenda de requisições que contemplasse a todas (Mooney, 1998; Pratt, 2020).

Como a área de trabalho que mais empregava as mulheres era o setor público e ele passou por um período de subfinanciamento, isso afetou a respeitabilidade das mulheres no país. Isso ocorreu porque, com o afastamento cada vez maior em relação às políticas de Nasser, em que as mulheres não mais eram vistas como símbolo e sinônimo de modernidade nacional, surgiram debates sobre a necessidade de as mulheres trabalharem, ao contrário do que vimos com Bier (2011) anteriormente. Nesse momento, o governo incentivou que elas tirassem licença sem remuneração para que fossem criar os filhos e/ou trabalhar com jornada reduzida (Al-Ali, 2004; Hatem, 1992, 1994; Pratt, 2020).

Com a política neoliberal de Sadat, a inflação saltou no Egito e itens básicos se tornaram escassos e oportunidades de emprego foram reduzidas – e quando existiam, eram em más condições. O Estado reduzia, cada vez mais, o investimento no serviço público e a criação de empregos para a população. Como consequência, ela foi empobrecendo e a *infitah* foi uma das principais responsáveis por entrar o próprio desenvolvimento das mulheres (Al-Ali, 2004; Mooney, 1998). Hatem (1992) salienta, ainda, que o estereótipo construído em torno da mulher impedia, ou ao menos dificultava, que ela conseguisse ingressar formalmente no mercado de trabalho, já que elas eram sempre associadas às tarefas domésticas e ao âmbito familiar.

Conforme assinalamos, Sadat se autodenominou “presidente crente” e em seu governo houve uma maior aproximação com a Irmandade Muçulmana. O motivo para que isso acontecesse foi o fato de que ele acreditava que a Irmandade funcionaria como contrabalança aos grupos políticos nasseristas e do espectro da esquerda política. Assim, o movimento islamista era autorizado a promover atividades islâmicas culturais e religiosas em campus universitários a partir da circulação de estudos, palestras, conferências e acampamentos. No entanto, o movimento entrou em uma lógica mais independente do governo, o que afetou diretamente as mulheres (Mooney, 1998; Pratt, 2020).

Em *Women’s Activism: a case study of Egypt*, Shannon Mooney (1998) aprofunda essa questão e nos relata que a política de Sadat proporcionou terreno fértil para os

muçulmanos mais extremistas. Por meio do Islã eles ofereceram uma ideologia mais atraente para as pessoas, quando homens e mulheres das classes média e baixa se juntaram em protesto ao governo. Esse movimento pôde ser percebido por meio de um maior número de mulheres aderindo ao uso do *hijab* e os homens deixando suas barbas crescerem. Em famílias com fortes inclinações aos ideais liberais isso também ocorreu, o que fez com que o sentimento de antigoverno fosse percebido com maior facilidade.

Mooney (1998) e Pratt (2020) explicam que o uso do *hijab* por parte das mulheres configurou, até mesmo, um controle maior sobre o corpo delas, justamente a partir da promoção do uso da vestimenta islâmica a partir da década de 1970. Naquele momento, então, ativistas como Zeinab al-Ghazali, uma das fundadoras da Sociedade de Mulheres Muçulmanas, passaram a atuar com ainda mais afinco na propagação da mensagem corânica, bem como na atração de mulheres para se converterem ao Islã (Mooney, 1998).

As mulheres eram resignadas às vontades e políticas do governo, até que em 1975, ano em que se iniciou a Década das Nações Unidas para Mulheres (1975-1985)⁴⁵, o regime buscou alterar seu posicionamento em relação às pautas de gênero. Sadat tinha como uma das premissas para seu governo a maior inclinação ao Ocidente, especialmente aos Estados Unidos, e para buscar essa aproximação com o país, iniciaram-se discussões para promover os direitos das mulheres (Al-Ali, 2004).

Nesse contexto, por meio de decreto presidencial, as leis de status pessoal passaram por uma reformulação em 1979. Nesta lei, conhecida como Leis de Jehan – Jehan era a esposa do presidente Sadat e a quem a ela foi atribuída tal conquista, daí o nome – foi concedido às mulheres direitos legais no casamento e guarda dos filhos. Depois, o direito ao divórcio foi finalmente conquistado pelas mulheres sem a necessidade de comprovar que sofreu danos, e junto a ele também garantiu que mães divorciadas dispusessem do direito à casa da família até que seus filhos atingissem a maioridade. Contudo, embora essa reforma fosse significativa, ela ainda não especificava que o direito ao divórcio era incondicional, e nesse sentido, por exemplo, a poligamia não era vista como um dano sofrido ou motivo para se solicitar o divórcio (Al-Ali, 2004; Hatem, 1992, 1994).

⁴⁵ A Década das Nações Unidas para as Mulheres foi criada pela Comissão sobre o Estatuto da Mulher, que fazia parte do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. A Década das Nações Unidas para as Mulheres realizou três fóruns e conferências internacionais. Em 1975 na Cidade do México, que inaugurou a Década; em 1980, em Copenhague, que apresentou o relatório com balanço das atividades realizadas nos primeiros cinco anos da Década; e em 1985, em Nairóbi, com o objetivo de formular estratégias e metas futuras. Para além dos três grandes fóruns, inúmeras reuniões internacionais e regionais também foram realizadas, e organizações não-governamentais também tiveram participação (Zinsser, 1990).

A atualização das leis de status pessoal, concedendo o direito ao divórcio para as mulheres, era uma forma do presidente Sadat contornar a força e legitimidade dos islamistas no país e se inclinar ao Ocidente. Assim, ele esperava que no cenário doméstico essa reforma estimulasse uma maior coalisão entre homens e mulheres seculares, e no plano internacional era esperado que essa lei funcionasse como argumento nas relações públicas, para que a imagem tanto de Sadat quanto a do Egito fosse melhorada, atraindo maior investimento especialmente dos Estados Unidos (Al-Ali, 2002; Hatem, 1992).

No entanto, ainda que esse esforço para alterar as leis de status pessoal tenha existido, não existia um programa nacional efetivo que permitisse garantir que os direitos das mulheres fossem implementados. Ademais, um outro ponto que bloqueava o avanço nessa pauta era a falta de incentivo às mulheres para buscarem um ativismo independente. As organizações de mulheres eram, então, regulamentadas pelo Estado (Al-Ali, 2004; Mooney, 1998), e nas palavras de Monqid (2016, tradução livre, pp. 6) sobre o governo: “o feminismo tornar-se-ia um feminismo de Estado que passaria a encarnar a promoção e a luta das mulheres”⁴⁶.

De acordo com Mooney (1998), duas eram as razões para que esse controle estatal existisse. O primeiro motivo era o fato de que a primeira-dama, Jehan Sadat, precisava ser o centro da discussão quando o assunto eram os direitos das mulheres, uma vez que ela via nessa pauta a forma de se autopromover enquanto defensora desses mesmos direitos. A segunda razão é o fato de que a comunidade religiosa precisava ser mantida acalmada por Anwar El Sadat.

No entanto, algumas feministas independentes ainda conseguiram se manter ativas nesse período, como Nawal El-Saadawi. A ativista, conforme vimos, foi censurada pelo teor de seus trabalhos. Ela era atacada, principalmente, pela camada conservadora da sociedade e por extremistas islâmicos, sendo ela acusada de promover promiscuidade sexual e, assim, o feminismo passou a ser associado à promoção de imoralidade das mulheres (Mooney, 1998).

No campo político, por meio de decreto presidencial, o então presidente reservou trinta assentos na Assembléia Popular para as mulheres, e introduziu, ainda, 20% de assentos para mulheres nos conselhos locais. Ainda, em setembro de 1981 o Egito ratificou a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW, sigla em inglês) - sendo publicado no Diário Oficial da União do país em dezembro, já durante a gestão de Hosni Mubarak (Hatem, 1992; Pratt, 2020).

⁴⁶ No original: Le féminisme deviendra un féminisme d'État qui incarnera désormais la promotion et la lutte des femmes.

2.4. Hosni Mubarak entre Conservadorismo e Ocidentalismo (1981-2011)

Anwar El Sadat foi assassinado em 1981 por extremistas islâmicos do grupo al-Jihad⁴⁷ e com o consequente fim de seu governo, Hosni Mubarak (1981-2011) assumiu a presidência. Mubarak se comprometeu a ser um líder para o país que não pensava apenas em fins políticos, e acreditava que mudanças e reformas tanto econômicas quanto sociais se faziam necessárias (Goldschmidt, 2004; Islami, 2016).

Em linhas gerais, o período que compreende o mandato de Mubarak é marcado por uma série de medidas que ao mesmo tempo em que fortaleciam a economia do país, com medidas neoliberais como a permissão da entrada de investimento externo, traziam também medidas repressivas, como a redução da liberdade de expressão, violação dos direitos humanos e marginalização de setores como educação e saúde. Além desses fatores, o então presidente era acusado de estar inserido em esquemas de corrupção e articular planos futuros para passar o mandato ao seu filho (Najjar, 2011).

Além disso, o Egito, assim como outros países árabes como Líbia e Argélia, era considerado um Estado rentista durante a gestão de Mubarak. De acordo com Chugranis (2016), um Estado rentista contribui para a manutenção de regimes e autoritarismo por meio da combinação entre política, economia e repressão. Nesse modelo, a população é minimamente tributada por meio de impostos e a renda obtida advém da exploração dos recursos que estão à disposição no país. Por conta disso, Estados rentistas têm um forte apoio populacional em seu início, mas que, a longo prazo, se torna um modelo insustentável, já que essa dependência do investimento externo pode não ser traduzido, de fato, em benefício populacional.

Com a dissolução da URSS e surgimento de movimentos democráticos mundo afora, os sintomas disso reverberaram também no Egito, e demandas por libertação de prisioneiros e ampliação de direitos humanos foram exigidos pela população. Mubarak libertou prisioneiros que Sadat havia detido e também firmou ações conciliatórias com aqueles opositores ao regime anterior. Mubarak desejava que o liberalismo, tanto em economia quanto em política, deveriam ser aplicados no país e, além disso, apresentou algumas medidas para pôr fim ao controle dos meios de comunicação (Goldschmidt, 2004; Islami, 2016; Mooney, 1998).

⁴⁷ Foi um grupo fundado em 1975 e desmobilizado em 1978 por ter sido descoberto pelo governo. No ano seguinte, ele passou por uma reforma interna e acabou por se tornar um grupo militante importante. Seu líder, Abel al-Salam Farj, pregou uma *jihad* contra governantes hereges que não adotavam os preceitos islâmicos e que buscavam um Estado secular (Kahana; Stivi-Kerbis, 2013).

Por pressão dos islamistas, a gestão de Mubarak foi marcada por um conservadorismo mais intenso nas leis e políticas que se referiam às mulheres. Como consequência da pressão desse grupo, os decretos presidenciais feitos por Sadat sobre as leis de status pessoal - Leis de Jehan - foram revogados em 1985. Mubarak alegou não ter havido, à época de Sadat, justificativa suficiente para utilizar dos poderes presidenciais para tal alteração ter sido realizada (Al-Ali, 2004; Hatem, 1992, 1994).

Naquele mesmo ano, 1985, acontecia a III Conferência Mundial sobre a Mulher, com o tema “Estratégias Orientadas ao Futuro, para o Desenvolvimento da Mulher até o ano 2000”, em Nairóbi, Quênia. Um *lobby* de mulheres usou a Conferência para manifestar, expor e pressionar a gestão de Mubarak, para que as leis de status pessoal fossem reformuladas (Al-Ali, 2002). De acordo com Al-Ali (2002), pouco tempo depois que a lei havia sido revogada - cerca de dois meses -, uma nova lei foi aprovada, restaurando as conquistas que as mulheres haviam conseguido anteriormente, em 1979. A Lei 100, então, entrou no lugar das Leis de Jehan, passando a exigir que a esposa comprovasse que o casamento lhe causou danos.

Com Mubarak houve, ainda, a invisibilização do feminismo de Estado no início de seu governo, o que afetou diretamente mulheres de renda baixa e média, e poucas mulheres foram beneficiadas por sua política liberalizante. Essa invisibilização não significou o desaparecimento do feminismo de Estado, mas, sim, que Mubarak buscava mascarar as práticas unilaterais de seu governo no tocante às mulheres. Assim como durante o governo de Sadat, com Mubarak houve intensa disparidade social entre os cidadãos, especialmente entre as mulheres - no mercado de trabalho, por exemplo, a participação das mulheres diminuiu em 20% (Morsy, 2014), o que dificultou possíveis articulações entre elas para apresentarem uma agenda comum. Dessa forma, as mulheres se encontravam reféns das políticas estatais, o que, uma vez mais, significava uma instrumentalização de seus direitos em benefício do Estado (Al-Ali, 2004; Hatem, 1992, 1994).

O governo de Mubarak era conhecido por seu alto controle da liberdade de expressão da sociedade, e com a população de mulheres isso ocorria de maneira mais incisiva (Al-Ali, 2004; Hatem, 1992, 1994). Ali e Macharia (2013) incluem nesta lista a opressão e assédio sexuais, com medidas como testes de virgindade, em que elas eram submetidas a passarem por exames que supostamente verificariam se as meninas e/ou mulheres permaneciam virgens. O fato de o próprio Estado utilizar seu aparato para legitimar a violência contra a mulher, denuncia a postura contraditória de Mubarak em relação à garantia de seus direitos.

A contradição dessa gestão se notabilizava quando Mubarak era pressionado a aderir às convenções da Organização das Nações Unidas que tinham relação com os direitos das

mulheres. Conforme mencionamos, o Egito ratificou a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres em setembro de 1981, contudo, a publicação no Diário Oficial se deu em dezembro daquele ano, já na gestão Mubarak. A partir da CEDAW, portanto, abriu-se espaço para uma maior liberdade de participação das mulheres em fóruns internacionais (Hatem, 1992; Kamal, 2016).

Quando a ratificação da Convenção foi publicada no Diário Oficial, cabe destacarmos que Egito fez ressalvas quanto a diversos artigos, como o 9 (2) e o 16, prometendo cumprir com ela desde que a *Shari'a* não fosse contrariada; e em 2008, o país requisitou que a reserva sobre o Artigo 9 (2) fosse retirada. O artigo 9 diz respeito ao direito igual, para homens e mulheres, de passarem suas nacionalidades a seus filhos, e o artigo 16, sobre direitos das mulheres no casamento e na família (Morsy, 2014).

No ano de 1994, o Egito sediou a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas (CIPD) e enviou delegadas à IV Conferência Mundial sobre Mulheres em Beijing, em 1995 (Abu-Lughod, 2013; Al-Ali, 2004).

Uma característica do governo é que ele passou a permitir a existência de organizações não-governamentais (ONGs) voltadas às mulheres, algo que havia sido desmobilizado nas duas gestões anteriores. A primeira década de seu governo, então, foi marcada por uma onda de surgimento de ONGs de mulheres, o que foi ainda mais ampliado quando fundações internacionais se instalaram no Egito, como a Fundação Ford⁴⁸ e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), além de auxílio de governos europeus e estadunidenses (Abu-Lughod, 2013).

Nawal El-Saadawi fundou a Associação de Solidariedade das Mulheres Árabes (AWSA), em 1982, uma organização não-governamental cujo objetivo era buscar liberdade e direitos humanos dentro da família, nacional e internacionalmente, quando teve o reconhecimento das Nações Unidas. Esta foi a primeira organização independente, formada por mulheres, após o surgimento do feminismo de Estado na década de 1950. Contudo, a AWSA teve seu funcionamento interrompido por autoridades egípcias em 1991 (Al-Ali, 2004; El Saadawi, 1993; Monqid, 2016).

Outras organizações que surgiram na década de 1980 foram a Bint al-Ard (Associação Filha da Terra) em 1984; um Centro de Pesquisa sobre Mulheres foi fundado também em 1984 por Aida Seif El-Dawla; em 1987 surgiu a Associação para o Desenvolvimento e

⁴⁸A Fundação Ford trabalha com justiça social, e por conseqüência, com a proteção e plena expressão dos direitos humanos nas sociedades. A Fundação tem como missão reduzir pobreza e injustiça e fortalecer valores democráticos (Ford Foundation, online).

Valorização da Mulher e a Aliança das Mulheres Árabes. No início de 1993, Aida Seif El-Dawla também fundou o Centro El-Nadim para reabilitação das vítimas de violência e de tortura (Monqid, 2016).

Citamos, ainda, o Centro de Assistência Jurídica à Mulher Egípcia (CEWLA, sigla em inglês), instituído em 1995. O CEWLA é uma das organizações mais ativas no que diz respeito aos direitos das mulheres até os dias atuais. Seu objetivo é prestar assistência jurídica para aquelas que sofrerem violência; ampliar a conscientização sobre violência contra mulher e os direitos da criança; lidar com a violação dos direitos das mulheres; modificar leis discriminatórias contra as mulheres; produção de pesquisa; e fornecem educação sexual e reprodutiva para adolescentes. Quanto ao apoio financeiro da organização, recebia auxílio da Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional, Oxfam Holandesa, Fundo Agora ou Nunca do Fundo Global para Mulheres, Fundação Ford e Fundação Sawiris (Abu-Lughod, 2013; CEWLA, online).

Uma outra organização de relevância no país, que surgiu durante o governo de Mubarak, foi o Centro Egípcio para os Direitos das Mulheres (ECWR, sigla em inglês), fundada em 1996. Contudo, o ECWR foi registrado formalmente apenas em 2004 no Ministério da Solidariedade Social (ECWR, online), e isso se deveu a uma resistência aos trabalhos desenvolvidos pela organização. Enquanto organização sem fins lucrativos e não-partidária, o ECWR trabalha, até os dias atuais, em prol do alcance dos direitos legais das mulheres no Egito. Seu trabalho é em consonância com a constituição do país, e busca um alinhamento para que os direitos das mulheres estejam em concordância com convenções internacionais relacionadas às mulheres, das quais o país é signatário, com foco especial na Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (ECWR, online).

Sobre o ECWR, Abu-Lughod (2013) afirma que as orientações do Centro são de ideologia mais liberal, já que ele é baseado na ideia de que os direitos das mulheres são parte dos direitos humanos e fundamentais para o desenvolvimento do Egito e a construção da cultura de democracia, além de buscar um apoio financeiro corporativo socialmente responsável. Por buscar o fim da violência contra mulher, o Centro Egípcio para os Direitos das Mulheres recebeu apoio de diversas organizações, como o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) e a Comissão da CEDAW.

Diante desse cenário, a utilização da pauta das mulheres para construir e solidificar a imagem benfeitora do governo de Mubarak no plano político internacional, diz respeito, em grande medida, pela:

dependência do auxílio econômico dos Estados Unidos e de organizações doadoras internacionais (FMI e Banco Mundial), que obriga o regime a se apresentar como estando de acordo com os valores e ethos da democracia, direitos humanos e direitos das mulheres. (Al-Ali, 2002, tradução livre, pp. 11)⁴⁹.

Contudo, as mulheres que faziam parte das ONGs passaram a denunciar as desigualdades econômicas e sociais que existiam no país entre homens e mulheres, o que fez com que o governo passasse a controlar sua existência e pautas, com o intuito de preservar a sua imagem internacionalmente (Kamal, 2016). Foi dentro desse contexto que foi criado, por meio de decreto presidencial, em 2000, o Conselho Nacional para Mulheres (NCW, sigla em inglês). O NCW é conhecido como o Maquinário Nacional da Mulher (Morsy, 2014), e de acordo com Kamal (2016), foi ele que marcou de forma manifesta a vontade do Estado de recuperar e estabelecer controle sobre os direitos e pautas das egípcias.

Sobre isso, Leila Abu-Lughod (2013) expressa que foi “sob os auspícios de Suzanne Mubarak, esposa do [então] presidente egípcio, que o Conselho foi criado para assessorar a presidência e o governo sobre o efeito das políticas públicas sobre as mulheres” (Tradução livre, pp. 151)⁵⁰. O problema do Conselho Nacional para Mulheres, argumenta Abu-Lughod (2013), é o fato de que as elites falavam pelas egípcias, utilizando suas experiências de gênero no governo, mas sem considerar, de fato, requisições das demais mulheres no país.

O Conselho Nacional para Mulheres desempenhava o papel de incluir as mulheres socialmente, e para isso, convidou muitas ativistas que participavam de outras ONGs para fazer parte do NCW. Essa foi uma das razões para que demais organizações fossem enfraquecidas, já que o Estado passou a atrair mulheres para compor o Maquinário Nacional da Mulher. Foi por meio dele que os direitos das mulheres ganharam maior visibilidade e até mesmo existência prática no Egito, especialmente por meio de projetos (Abu-Lughod, 2013).

Esses projetos recebiam financiamento do governo egípcio (já que ela era uma organização criada pelo governo), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID, sigla em inglês), e etc. (Abu-Lughod, 2013). Além disso, Abu-Lughod acrescenta que:

Os fundos para os direitos das mulheres dos quais o NCW poderia fazer uso não eram desprezíveis: o custo estimado para o sistema ONU de um projeto descrito na

⁴⁹ No original: Economic dependence on aid from the United States and international donor organizations (IMF and the World Bank) compels the current regime to present itself as abiding by the values and ethos of democracy, human rights and women’s rights.

⁵⁰ No original: Under the auspices of Suzanne Mubarak, wife of the [then] Egyptian president, the Council was set up to advise the presidency and the government on the effect of public policies on women.

Estrutura de Assistência ao Desenvolvimento das Nações Unidas de 2006 deveria ter sido de US\$ 340 milhões ao longo de cinco anos, e não incluía o valor a ser aportado pelo Banco Mundial. Ao ficar com a maior parte da assistência ao desenvolvimento disponível para projetos de mulheres, o NCW poderia determinar quem poderia ser ativo na promoção dos direitos das mulheres (Tradução livre, pp. 151-152)⁵¹.

Durante a gestão de Hosni Mubarak houve, ainda, reformas legislativas em favor das mulheres. Algumas delas foram: Lei Khul', de 2000, que dava o acesso às mulheres ao divórcio - se este fosse comprado; em 2004 foi adotada a Lei dos Tribunais de Família, em que as egípcias ganharam o direito de passar sua nacionalidade para seus filhos; em 2005, a Lei de Custódia, que concedeu às mães divorciadas o direito de guarda de seus filhos até completarem 15 anos; e em 2007 foi decretada a criminalização da circuncisão feminina. Em 2008, a idade mínima para o casamento foi aumentada de 16 para 18 anos. Quanto aos direitos políticos, em 2009 foi introduzida uma lei de cotas, atribuindo 12% dos cargos parlamentares às mulheres (Morsy, 2014; Monqid, 2016).

Outro momento relevante no governo de Mubarak foi a emenda à constituição de 1971, em 2007. A partir dessa emenda, passaram a ser garantidos os mesmos direitos para mulheres e homens. As mulheres demandavam isso há décadas, mas apenas em 2007 isso se tornou pauta importante para o governo. Embora existissem as cotas para que as mulheres ocupassem assentos no parlamento, não haviam ações efetivas para incentivar a participação das mulheres na política, e Maya Morsy (2014) acrescenta que:

Permaneceu uma lacuna entre o texto da Lei e suas aplicações. Na Constituição egípcia, as mulheres têm o direito de votar e de se candidatar ao parlamento, mas devido aos estereótipos culturais predominantes, as mulheres continuaram a enfrentar discriminação legal e acesso desigual a recursos legais. (Tradução livre, pp. 214)⁵².

O final do regime de Hosni Mubarak foi marcado por um descontentamento crescente da população, que foi alimentado por diversos fatores, como a corrupção generalizada, a falta de liberdades civis, a repressão política, o aumento do desemprego, as disparidades econômicas e sociais crescentes, além do sentimento de exclusão política e marginalização de uma parte expressiva da população, principalmente os jovens. A agitação social e a crescente

⁵¹ No original: The funds for women's rights that the NCW could make use of were not negligible: the estimated cost to the UN system for one project outlined in the 2006 United Nations Development Assistance Framework was to have been \$340 million over the five years, which did not include the amount to be contributed by the World Bank. In taking a lion's share of development assistance available for women's projects, the NCW could determine who could be active in the business of promoting women's rights.

⁵² No original: There remained a gap between the text of the Law and its applications. For example, in the Egyptian Constitution women have the right to vote and to stand for parliament, yet due to prevailing cultural stereotypes, women have continued to face legal discrimination and unequal access to legal recourse.

insatisfação com o governo foram os precursores que desencadearam o movimento revolucionário de 2011, no qual os egípcios demandaram por mudanças profundas, democracia e justiça social.

2.5. Abdel Fattah El-Sisi entre a Estabilidade Política e as Políticas para Mulheres (2014-2019)

Após o período da Revolução Egípcia de 2011 e transição política no país, Abdel Fattah El-Sisi foi eleito no Egito em 8 de junho de 2014, com 96,91% dos votos, e reeleito em 2019 com 97% dos votos (Aljazeera, 2018; Davison, Tolba, 2015; Rogowska, 2018; Zaki, 2015). Ao retomarmos a entrevista concedida por Fatma (2023) nesta seção, ela nos relata que El-Sisi teve um amplo apoio das mulheres para ser eleito naquele ano, o que veremos mais adiante nas discussões.

Ainda, é consenso entre as autoras aqui utilizadas para abordar o governo de Sisi que as mulheres permanecem em condições de desigualdade de gênero, e que a atual administração deu continuidade às políticas de Mubarak - todavia, com maior grau de repressão política (El Baradei, 2018; Monqid, 2016; Pratt, 2020; Zaki, 2015). Fatma (2023) comenta sobre isso: “Acho que as coisas não mudaram depois da mudança de presidente, as coisas têm sido iguais. As mulheres estão tentando conseguir uma certa importância na sociedade”.

A situação pós-protestos que levaram à remoção de Mohammed Morsi do poder conferiu um ambiente político decisivo no Egito, como destacado por uma das entrevistadas por Pratt (2020). Ela afirma que a lealdade a Abdel Fattah El-Sisi como presidente se tornou uma espécie de critério de afiliação, e aqueles que não reconheciam Sisi como legítimo eram muitas vezes rotulados como inimigos. Esse sentimento de polarização política e identificação com o governo militar como uma alternativa à Irmandade Muçulmana, reflete uma perspectiva que enxerga a mudança de poder como uma minimização de danos. Para muitos, a gestão da Irmandade Muçulmana representava um retrocesso preocupante em termos de garantia de direitos, o que intensificou o apoio à liderança militar, visto como um contrapeso ao conservadorismo religioso.

Isto posto, aproveitando-se da popularidade que adquiriu ao liderar a coalisão que depôs Mohamed Morsi, Abdel Fattah El-Sisi renunciou ao serviço militar em março de 2014 para se candidatar às eleições presidenciais que aconteceriam naquele ano. A campanha eleitoral de Sisi se pautou na defesa dos direitos das mulheres egípcias, seu empoderamento e

independência, o que fez com que muitas delas o apoiassem e manifestassem isso publicamente. Em grande medida, isso também ocorreu pelo fato de que as mulheres, especialmente ativistas feministas seculares, eram contrárias ao governo da Irmandade Muçulmana e, por mais que o candidato à presidência fosse um militar e tivesse existido um histórico de ameaça à independência das organizações de mulheres/feministas, elas acreditavam na ideia da redução de danos (Gurpinar, 2015; Pratt, 2020).

Em reportagem da AP Archive (2014), *Women queue to vote in presidential election*, as mulheres entrevistadas demonstraram esperança no futuro que estaria por vir, o que fica notório quando uma das mulheres diz que “é como uma grande festividade, não acreditamos que chegamos nesse dia depois de tantos obstáculos e tanto terrorismo” (Tradução livre, online), e em um outro relato, que afirma que “as mulheres sacrificaram muito por este dia, elas deram muito de seu tempo, algumas até sacrificaram seus filhos e é realmente maravilhoso que estamos vendo esse dia de hoje. Espero que termine bem” (Tradução livre, online).

As mulheres entrevistadas pela AP Archive (2014) não eram as únicas, e Zaki (2015) sinaliza a implementação de uma nova forma discursiva do feminismo de Estado que passa a ser utilizada como meio para buscar suprimir a história de quatro anos de mobilização diversificada com foco no gênero no Egito. Esta estratégia é ressaltada pela autora como a “politização das imagens das mulheres”, em que vídeos e fotos de mulheres passaram a ser utilizados para demonstrar o apoio político a Sisi. De acordo com ela, isso se tornou particularmente visível nos vídeos e fotos de mulheres dançando em frente às urnas durante as eleições presidenciais de 2014, expressando apoio ao então candidato à presidência. Contudo, Zaki (2015) destaca que esse aparente apoio é interpretado por alguns como uma tentativa discursiva de mascarar a multiplicidade de reivindicações que as mulheres têm em relação ao Estado.

Em reportagem disponibilizada pela CGTN Africa em 27 de maio de 2014, intitulada *Women Show Support for Abdel Fattah El-Sisi*, aparecem mulheres declarando apoio ao candidato à presidência. A primeira entrevistada afirma que:

Sisi possui uma personalidade encantadora, a forma que ele fala, a forma que ele quer passar uma mensagem... ele possui uma boa visão sobre a era que está por vir, e também sobre as mulheres, então ele pode trazer boa estabilidade para as mulheres. (Tradução livre, online).

Sobre as eleições de 2014, podemos correlacionar o que foi veiculado pela CGTN Africa ao que Fatma (2023) expõe:

O Presidente [Sisi] sempre fala coisas bonitas, gosta muito das mulheres e por isso quando a gente foi votar nas eleições presidenciais a fila das mulheres era gigante e a fila dos homens era medíocre, porque o Presidente sempre fala assim, do coração. Não fala de morte ou coisas de homem, ele sempre fala de um jeito sensível. [...] Isso tanto na fila das eleições [de 2014] quanto para sua reeleição em 2019.

Fatma (2023) comenta, ainda, sobre o apoio das mulheres a El-Sisi, mas já nos dias de hoje:

A maioria das mulheres fala que o presidente é um presidente ótimo, assim pensam as mulheres. Eu não estou falando das que têm classe, têm dinheiro, que têm estudos... Eu moro em um povoado pequeno, e a maioria das mulheres não tiveram acesso à estudo, são analfabetas, então, quando você fala com uma delas que nunca teve esse contato direito com política, falam que o Presidente é o melhor Presidente que a gente já teve.

No entanto, embora houvesse esforços de Sisi para promover as mulheres discursivamente como protagonistas de seu governo, uma mulher foi vítima de violência sexual por um grupo de homens durante as celebrações da posse presidencial. El-Sisi, em uma tentativa de aliviar as tensões, visitou pessoalmente a vítima em 11 de junho de 2014, levando um buquê de flores e pedindo desculpas a ela. Esta foi primeira vez que um Presidente egípcio visitou uma vítima de violência sexual (Davison, Tolba, 2015; Pratt, 2020; Zaki, 2015).

Sobre o caso, El-Sisi afirmou que “A nossa honra está sendo atacada nas ruas. Isto é inaceitável e não podemos permitir que mais um incidente como este aconteça”⁵³ (El-Sisi, 2014 *apud* Aljazeera, 2014a, tradução livre, online). Ainda, foi formado um comitê especificamente voltado à violência sexual para que os homens envolvidos no caso da moça violentada sexualmente fossem punidos. El-Sisi, na época, pediu ao Ministro do Interior que a questão fosse tratada como prioridade. Na ocasião, sete homens - dos 13 que foram encaminhados para julgamento - que tiveram conexão com o episódio de violência foram presos (Aljazeera, 2014a).

O Ministério do Interior egípcio decidiu, então, por criar departamentos de polícia em todas as direções de segurança, de modo a buscar combater crimes de violência contra as mulheres, e nomeou, também, mulheres para fazerem parte de esquadras de polícia. Outro

⁵³ No original: Our honor is being assaulted in the streets. This is unacceptable, and we can't allow one more incident like this to happen.

fato a ser destacado neste início de governo foi a nomeação de Fayza Abu al-Naja como conselheira do Presidente para Assuntos de Segurança Nacional, o que a tornou a primeira mulher não só no Egito, mas na região do Oriente Médio, a ocupar tal posição (Monqid, 2016).

Durante o ano de 2014, o governo aprovou uma lei que exige que todas as organizações da sociedade civil se registrem no Ministério da Solidariedade Social, retirando a independência das ONGs. Também foi emitida uma alteração ao Código Penal do país, que passou a afirmar que o indivíduo que recebesse financiamento estrangeiro deveria ser condenado à prisão perpétua e a uma multa de valor estimado em £E 500.000,00, sob a alegação de que tal prática é prejudicial ao interesse nacional ou desestabilizadora da paz e independência do país (Gurpinar, 2015; Pratt, 2015).

No ano seguinte, em 2015, o governo aprovou uma outra lei, também a respeito de organizações da sociedade civil, em que incumbiu ao Ministério da Solidariedade Social determinar o estatuto jurídico de associações de mulheres baseado no que está disposto no artigo 11 da constituição, que diz respeito ao lugar das mulheres, maternidade e infância, muito embora o artigo 75 desta mesma constituição preveja o funcionamento livre de associações e fundações (Gurpinar, 2015; Pratt, 2015).

O Egito permanecia desigual em diferentes esferas, tais como o campo político, sendo ele dominado por homens. Sobre isso, Pratt (2020) discorre que algumas mulheres manifestaram desapontamento com o fato de que a constituição não incluiu medidas, tais como cotas, para garantir a presença das mulheres nos espaços do Estado. Para elas, a ausência de cotas representou um obstáculo para o aumento efetivo da representação das mulheres no parlamento egípcio. Elas argumentam que, sem medidas concretas de ação afirmativa, a inclusão das mulheres na política egípcia continuaria a ser um desafio significativo.

Foi então que em 2015 as cotas parlamentares foram restabelecidas, e nas eleições parlamentares daquele ano as mulheres atingiram um recorde histórico de representação, com 75 egípcias eleitas do total de 568 assentos. Outras 14 mulheres foram nomeadas pelo presidente e, no total, 89 ocuparam espaço no parlamento, o que corresponde a 14.9% do total - antes, o percentual de mulheres no parlamento era de 2% (Abdelgawad; Hassan, 2019; El Baradei, 2018; Monqid, 2016). Ainda que esse número seja importante, a participação política ainda é ponto nevrálgico na sociedade egípcia já que apenas uma mulher foi nomeada governadora em 2017 (Monqid, 2016).

Em 2016, o governo El-Sisi promulgou a lei que amplia a pena de prisão para qualquer pessoa que pratique a mutilação genital feminina de um mínimo de três meses e máxima de dois anos, para mínima de cinco anos e máxima de 15 anos. A lei passou a abranger, ainda, aqueles que forçam as meninas a serem submetidas a tal procedimento (Anistia Internacional, 2017).

De acordo com a Anistia Internacional (2017), em 2016 as mulheres ainda enfrentavam sérias discriminações baseada no gênero (fosse por lei, fosse na prática), especialmente os desafios impostos pelas leis de status pessoal, particularmente no que toca à questão do divórcio. Fatma (2023) relata que “aqui [no Egito] nós temos uma taxa de divórcio muito grande, e aí sim, as mulheres divorciadas são discriminadas por seu estado civil, isso é lamentável”.

O ano de 2017 foi declarado pelo presidente Sisi como o “Ano das Mulheres Egípcias”, e o Conselho Nacional para Mulheres divulgou diversas conquistas do órgão. Conforme El Baradei (2018) nos apresenta, uma das conquistas do NCW foi a campanha *Taa Marboota*, que chegou a atingir cerca de 60 milhões de egípcios e seu principal objetivo era ampliar a conscientização da sociedade sobre a importância da participação de mulheres em todas as esferas da vida. Outra conquista apresentada pela autora foi a elaboração da Estratégia Nacional para o Empoderamento das Mulheres Egípcias 2030, para que estivesse em sincronia com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2030 (SDS).

No documento da Estratégia voltada às mulheres, o NCW afirma que um de seus pilares é atender às necessidades das egípcias e daquelas mais vulneráveis. Ademais, o NCW acredita que, a partir da Estratégia, as mulheres serão capazes de contribuir ativamente para a implementação do desenvolvimento sustentável (National Council for Women, 2018). Assim, o foco é atingir o seguinte: empoderamento político das mulheres e promoção de suas funções de liderança; empoderamento econômico das mulheres; empoderamento social das mulheres; proteção das mulheres (National Council for Women, 2018).

Nos governos anteriores, de Sadat e Mubarak, vimos que as primeiras-damas eram ativas pelos direitos das mulheres. Fatma (2023) teceu comentário sobre a atual primeira-dama do Egito, Entissar Amer, e o NCW, afirmando:

A primeira-dama atual não é tão ativa como a outra [Suzanne Mubarak]. Mas o Conselho [para Mulheres] está ativo e tudo mais, só não tem nada a ver com a primeira-dama. O Conselho é independente. Ele é governamental e tudo, mas não está controlado pela primeira-dama. Agora a primeira-dama só sai em eventos sociais, por exemplo. Ela não tem o mesmo desejo da ex-primeira-dama.

O regime de Sisi tem sido marcado pela criação de um regime burocrático autoritário, que dispõe do apoio de militares, da classe alta e alguns segmentos da classe média, com o objetivo de dismantelar o estado de bem-estar social desenvolvido no governo de Nasser⁵⁴. De acordo com Shehata (2018), os principais objetivos desse atual governo têm sido o de restaurar a ordem social e reestruturar a economia.

Ademais, uma das medidas tomadas logo no início do governo foi a desmobilização da oposição a Sisi por meio de diversas medidas, tais como a repressão sem precedentes à Irmandade Muçulmana, que não se restringiu unicamente a seus líderes, mas, também, à rede de instituições sociais e educacionais vinculadas a ela. Além disso, a oposição secular também foi pressionada pelo regime e, aqui, inclui-se a juventude que participou dos protestos de 2011. Eles foram afetados pela lei antiprotestos promulgada no Egito em 2013, que pôs fim ao ciclo de mobilizações sociais, conforme mencionamos (McRobie, 2014; Shehata, 2018; Springborg, 2022; Yefet; Lavie, 2021).

Quanto às organizações da sociedade civil, estas precisaram se circunscrever ao Estado – ao Ministério da Solidariedade Social, estando sob seu guarda-chuva, sendo sujeitas à legislação que restringia a capacidade dessas organizações de serem financiadas por atores internacionais. A mídia enfrenta restrições, bem como a liberdade de expressão, além do aumento da presença militar na economia e na política (Shehata, 2018; Springborg, 2022; Yefet; Lavie, 2021).

Os anos de 2014 a 2016 foram destinados a cumprir com a tarefa de restauração social e reprimir a oposição, e nesse período o governo adotou políticas econômicas populistas a fim de se estabilizar politicamente e, conseqüentemente, enfraquecer adversários. Essas políticas foram financiadas, principalmente, pelas reservas do país e pelos Estados do Golfo. Isso ocasionou uma dívida externa e, com o esgotamento das reservas internacionais acompanhado de recessão econômica, o Egito viu sua economia entrar em uma crise em 2016. Foi nesse ano, então, que o país assinou um acordo de reforma com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para reestruturar seu cenário econômico. Nesse período, a libra egípcia passou por uma desvalorização em mais da metade de seu valor, o que gerou alta inflação e aumento nos

⁵⁴ Shehata (2018) conceitua regime burocrático autoritário baseado no trabalho “O Novo Autoritarismo na América Latina”, organizado por Fernando Henrique Cardoso e Guillermo O’Donnel. Esse regime é classificado como aqueles em que são liderados por militares e, normalmente, chegam ao poder por meio de golpe militar em um contexto de crise social e econômica que ameaça a existência de um Estado capitalista e o domínio da burguesia. Esse regime se sustenta a partir da aliança com militares e a classe alta, com o objetivo de restaurar ordem social e estabilizar a economia. Esses regimes costumam se beneficiar do apoio externo tanto de empresas transnacionais, quanto de potências internacionais que temem a ascensão de classes mais baixas.

preços da gasolina e transporte público, o que afetou a população de renda baixa e média (Shehata, 2018).

Sobre a situação econômica, Fatma (2023) relata o seu ponto de vista:

A situação econômica e a crise influenciam bastante na sociedade. Então é difícil sentir que ele [Sisi] está fazendo uma grande diferença na sociedade agora, porque a situação é bastante ruim, e não é só no Egito. Estamos sofrendo com uma inflação grande, como em todos os países. A única diferença dele é que ele pode manter a estabilidade econômica para o país poder continuar. [...] Ele sempre fala que o país não vai ficar igual ao Iraque, Líbano. Ele sempre dá esse exemplo, que a situação é ruim, é difícil, mas ele está tentando manter a estabilidade econômica do país para não chegar ao ponto zero e termos que começar de novo. E eu acho que ele está conseguindo. [...] E as mulheres não podem ajudar nesse sentido, porque como as mulheres poderiam reagir a uma situação econômica tão frustrante?

Diante desse cenário, a população empobreceu e isso ocasionou uma onda de protestos contra o governo nos dias 20 e 27 de setembro de 2019, pedindo a saída de Sisi - um ano após sua reeleição. O estopim para que protestos eclodissem naquele ano foi a denúncia feita por um crítico do regime, Mohammed Ali, exilado na Espanha, que acusou o governo de corrupção e expôs gastos pessoais de Sisi com dinheiro público, enquanto a população vivia na linha da pobreza e com poucas oportunidades de emprego. A resposta do governo aos protestos foram detenções em massa, em que mais de 2.000 pessoas foram detidas na semana do dia 20 de setembro, de acordo com o Centro Egípcio para Direitos Econômicos e Sociais (Aljazeera, 2019; TRT World, 2019a, 2019b; Pratt, 2020).

Em entrevista à TRT World (2019c), emissora pública da Turquia, uma mulher questiona: “Por que nós passamos fome e ele vive em palácios? Por que uma mulher da idade da minha mãe tem que comer do lixo? Nós o elegemos e somos nós quem temos que removê-lo. Ele nos enganou. Disse que o Egito iria florescer, mas ficou pior do que nunca” (Tradução livre, online).

Quanto à forma que a religião é tratada pelo atual governo, Fatma (2023) explica que:

Todas as mulheres são livres para escolher a vestimenta, praticar os rituais religiosos... além disso, eu acho que agora as mulheres são mais livres... agora eu vejo que muitas mulheres que usavam lenço [*hijab*], elas podem escolher não usar. Mas isso não tem nada a ver com a situação política ou o governo, é uma liberdade pessoal. Não somos discriminadas, aqui todo mundo é livre porque a primeira coisa que o Islã fala é que o muçulmano tem que ser tolerante. A religião não fala que a gente tem que discriminar uma mulher. Nada disso. Tudo ao contrário. A religião muçulmana sempre fala que a mulher tem que estar no lugar mais digno.

Sobre questões de saúde, Fatma (2023) afirma que o governo Sisi realizou um grande feito para a saúde da mulher, e relata: “Sisi, por exemplo, eu acho que ele fez muitas coisas legais para as mulheres. Agora as mulheres têm mais acesso à saúde, a exames para câncer, e tem muitos hospitais que dão assistência para mulheres que estão sofrendo com câncer de mama”.

Em meio a tudo isso, Pratt (2020) sintetiza o feminismo de Estado de El-Sisi da seguinte forma:

O feminismo de Estado de El-Sisi reconhece as demandas do movimento das mulheres apenas na medida em que estas não ameacem as hierarquias de gênero do Estado-nação. No entanto, em contraste com os regimes egípcios anteriores, o feminismo de Estado de El-Sisi está inserido no projeto mais repressivo e militarista de restauração autoritária visto na história do Egito moderno. (Tradução livre, pp. 208)⁵⁵.

Neste capítulo, exploramos o conceito do feminismo de Estado e sua natureza complexa, que pode variar de acordo com o contexto que for inserido. De modo geral, o feminismo de Estado é por onde os governos moldam e implementam políticas relacionadas às questões das mulheres. No caso do Egito, investigamos como o feminismo de Estado se manifestou ao longo dos governos de Gamal Abdel Nasser, Anwar El Sadat, Hosni Mubarak e Abdel Fattah El-Sisi. Durante esses períodos, observamos tanto avanços quanto retrocessos na agenda das mulheres, revelando uma dinâmica complexa de controle político em torno dessa agenda.

A análise detalhada desses diferentes momentos nos permite compreender a complexa interseção entre a política voltada para as mulheres e o contexto político mais amplo do Egito. Em cada período, desde o governo de Gamal Abdel Nasser até os mandatos de Anwar El Sadat, Hosni Mubarak e Abdel Fattah El-Sisi, observamos como a agenda das mulheres foi moldada por uma série de fatores políticos, econômicos e sociais específicos da época. Esses líderes, cada um à sua maneira, influenciaram diretamente a abordagem do Estado em relação às questões das mulheres.

Diante do exposto, no capítulo que se segue traremos uma discussão política quanto aos movimentos de mulheres e o feminismo de Estado, e a forma com que têm coexistido ao longo do tempo. A nossa análise estará respaldada pelas discussões apresentadas nos capítulos

⁵⁵ No original: El-Sisi’s state feminism recognizes demands of the women’s movement only to the extent that they do not threaten the gendered hierarchies of the nation state. However, in contrast to previous Egyptian regimes, El-Sisi’s state feminism is embedded within the most repressive and militaristic project of authoritarian restoration seen in the history of modern Egypt.

um e dois deste trabalho, trazendo elementos pertinentes tanto do feminismo de Estado, quanto do Feminismo Pós-colonial.

3. INTERAÇÃO ENTRE MOVIMENTOS DE MULHERES E FEMINISMO DE ESTADO NO EGITO

Entre 1910 e 2019 foram diversas as dinâmicas que permearam a trajetória das mulheres no Egito. As egípcias enfrentaram uma série de desafios ao longo desse período, mas obtiveram avanços em sua busca por direitos. Algumas das principais reivindicações ao longo da história têm sido a busca por participação política, reformas no direito de família e enfrentamento à violência contra as mulheres. Não obstante, entre os principais desafios por elas enfrentados, destacam-se as normas culturais e sociais, os regimes autoritários, e violência contra as mulheres. Tais pautas e desafios refletem a jornada complexa das mulheres egípcias em busca de transformação social.

No que toca aos governos do Egito, de Gamal Abdel Nasser (1956-1970) a Abdel Fattah El-Sisi (2014-2019), tanto foram formuladas políticas que proporcionaram oportunidade às mulheres, como acesso à educação e participação política, quanto gerou-se entraves a elas, como a implementação de leis que limitam a igualdade entre homens e mulheres.

Para melhor inteligibilidade do que aqui nos propomos, elaboramos neste capítulo dois quadros: o primeiro, sobre formação, pautas e entraves dos movimentos de mulheres no Egito, e o segundo, sobre os citados governos e suas respectivas políticas para as egípcias. Neles constam informações sistematizadas sobre as lutas, as agendas, os desafios para os movimentos de mulheres, além das principais características dos governos de Gamal Abdel Nasser (1956-1971), Anwar El Sadat (1970-1981), Hosni Mubarak (1981-2011) e Abdel Fattah El-Sisi (2014-2019) no que se refere às principais medidas adotadas em relação às egípcias. Ao longo deste capítulo, portanto, identificaremos como os governos e movimentos de mulheres influenciaram-se mutuamente, desde o nacionalismo de Nasser ao governo El-Sisi.

3.1. A Agenda das Mulheres Egípcias em Perspectiva

“Sempre existiram feministas aqui no Egito, nem aumentou e nem diminuiu no governo do Sisi” (Fatma, 2023).

Como ressaltado por Fatma, a egípcia com quem conversamos, depreendemos que os movimentos feministas têm sido uma presença constante, denotando sua continuidade e que não são um fenômeno recente, mas sim uma parte integrante da história do Egito.

Isto posto, no Quadro 1 – Pautas e entraves dos movimentos de mulheres no Egito (1860-2019), propomos sintetizar as informações discutidas no Capítulo 1, este que consistiu em abordar o surgimento da consciência feminista egípcia, bem como os movimentos de mulheres e as pautas requisitadas por elas ao longo do período que compreende de 1860 a 2019. Este quadro, portanto, proporcionará uma visão geral das lutas, agendas de reivindicações e desafios enfrentados pelos movimentos de mulheres, de 1860 a 2019, em ordem cronológica. O Quadro 1 está categorizado em episódio/marco histórico, pautas e ações, e entraves para as mulheres. Destacamos que na última coluna, sobre entraves para as mulheres, ela opera como ator/atores ou fato/s ocorrido/s que se apresentaram como obstáculo (s) para que as mulheres conquistassem o que buscavam e que suas agendas fossem consideradas.

Por meio dele forneceremos uma referência concisa, destacando os principais aspectos do ativismo e as complexidades das questões de gênero que moldaram a história e a dinâmica no Egito durante esse período.

Quadro 1 - Pautas, ações e entraves dos movimentos de mulheres no Egito (1860-2019)

Período	Episódio/ Marco histórico	Pautas e ações	Entraves para as mulheres
1860-1870	Primeira grande articulação das egípcias	Em torno do Islã e do nacionalismo egípcio (fazendo referência à busca pela independência do país)	Religião e nacionalismo legitimavam o patriarcalismo, os quais possuíam discurso restritivo quanto aos papéis das mulheres
1890-1900	Qasim Amin (homem) foi um dos primeiros a se manifestar publicamente sobre os direitos, deveres e posição social das mulheres, especialmente a partir de 1899	Em 1899, Amin publica o livro <i>The Liberation of Women</i> , sobre o desvelo das mulheres	Atingir a massa populacional de mulheres; objeção da camada conservadora da sociedade
		Denunciou a reclusão das mulheres nos haréns e que a poligamia deveria ser limitada	Hábitos sociais e interpretação rígida dos textos religiosos
1910-1920	Reivindicações de direitos das mulheres ao congresso egípcio, por Malak Hifni Nasif, em 1911	Acesso das mulheres às mesquitas e à educação igualitária; proteção delas em áreas públicas; restrição do direito à poligamia; direito ao divórcio por iniciativa das mulheres	Congresso egípcio que não acatou as requisições de Nasif; objeção da camada conservadora da sociedade
	Presença de mulheres nas ruas contra a ocupação britânica em 1919	Questão mais voltada ao nacionalismo/independência, em que as mulheres buscaram se apresentar socialmente e levantar suas requisições, ainda que de forma incipiente. Huda Sha'rawi e Safiyya Zaghlul se destacaram	Presença da Grã-Bretanha, em que a situação colonial dificultava que conquistassem independência
1920-1930	1920: Fundação do Comitê	Cooperar com a busca pela	

	Central de Mulheres Wafdistas	independência total do Egito junto aos homens	
	1923: Criação da União Feminista Egípcia (EFU), por Huda Sha'rawi e Saiza Nabarawi, com forte atuação nos planos nacional e internacional – como a participação no Congresso da Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino, em Roma, em 1923	EFU requisitava direitos políticos; alterações nas leis de status pessoal; busca por oportunidades profissionais; acesso à educação para as mulheres; dispunha de atividades filantrópicas, como incentivo à leitura e escrita; ensinamento dos princípios do Islã; trabalhos manuais	Congresso egípcio; Irmandade Muçulmana e camada conservadora da sociedade que era a favor de papéis tradicionais às mulheres
	Constituição de 1923	Doria Shafiq, ativista pelos direitos das mulheres, criticou o fato de a constituição não mencionar direitos políticos às mulheres	Congresso egípcio, que não incluiu na constituição direitos igualitários entre homens e mulheres
	Surgimento da Irmandade Muçulmana em 1928	Preferência pela família patriarcal e a autoridade do homem sobre a mulher; diferenças nos papéis sociais para homens e mulheres	Extremismo islâmico da Irmandade, que se respaldou em leitura rígida dos textos sagrados para afirmar que deveriam existir papéis sociais distintos entre homens e mulheres, autoridade de um sobre o outro, além da implementação de papéis tradicionais às egípcias
1930-1940	Novas formas de atuação das mulheres na sociedade, como a Ladies of the Salon e Bint al-Nil	Ações da <i>Ladies of the Salon</i> : questões filantrópicas/ sociais; Ações da Bint al-Nil: questões filantrópicas/sociais e direitos políticos	Camada conservadora da sociedade, resistente aos direitos e atividades desempenhadas pelas egípcias
	Criação da Sociedade de Mulheres Muçulmanas, em 1936, por Zeinab al-Ghazali	Promover o estudo do Islã e colocar a <i>Shari'a</i> como principal orientadora do arquétipo político e social do país	Mulheres e homens sem fortes inclinações religiosas
1940-1950	Incorporação da Sociedade de Mulheres Muçulmanas à Irmandade Muçulmana em 1948	Essas mulheres muçulmanas passaram a ter mais visibilidade e houve aumento no uso do <i>hijab</i>	Mulheres e homens sem fortes inclinações religiosas
1970-1980	Nawal El-Saadawi e o início de um feminismo diferente das tendências da época	Publicação, em 1971, de seu livro <i>Mulher e Sexo</i> , que fala sobre virgindade e circuncisão feminina	Camada conservadora da sociedade; Governos Sadat e Mubarak que a exilaram; Mulheres que a consideravam “muito radical”
		Defendia que a opressão às mulheres advinha do sistema econômico e político guiado pelos homens, e não do Islã	
Séc. XX	Movimentações quanto ao código de status pessoal	Ao longo do século, as movimentações de mulheres se voltaram às leis de família, buscando reformas/emendas	Camada conservadora da sociedade; extremismo islâmico; interpretação opressiva dos ulemás
2011	Revolução Egípcia de 2011: 25/ janeiro a 11/fevereiro	Forte presença das mulheres contra a permanência de Mubarak no governo	Opressão por parte do governo; homens conservadores que demonstraram violência física contra as mulheres

	Protesto pacífico em 09/março/2011	Na busca para que os valores da Revolução Egípcia fossem implementados, como liberdade e dignidade	SCAF; policiais militares que exerceram violência física
	Protestos em dezembro/2011	Protesto das mulheres contra alterações na Lei de Direitos Políticos e por suas demandas feitas no decorrer daquele ano não terem sido ouvidas	SCAF; policiais militares: violência verbal e física
2012	Eleições parlamentares para Assembleia Constituinte	Maioria do parlamento: Partido da Justiça e Liberdade (FJP) e introdução de papéis tradicionais das mulheres	FJP e salafistas conservadores como maioria no parlamento
	Mohammed Morsi, do FJP, foi eleito presidente em junho/2012	Não reconhecia a existência de injustiça social em relação às egípcias; busca pela interdição do Conselho Nacional para as Mulheres e substituição por uma agenda familiar	Parlamento e Governo conservadores; extremismo islâmico que, por meio da interpretação rígida dos textos sagrados, buscava a implementação de papéis tradicionais às mulheres
	Promulgação da Constituição de 2012, em 25 de dezembro	Constituição fazia menção às mulheres apenas enquanto mães e como irmãs dos homens nas conquistas e responsabilidades nacionais	
	Propostas parlamentares que afetavam as mulheres	Elaboraram propostas sobre leis de status pessoal e defendiam a abolição da criminalização da circuncisão feminina	
	Ano de intensa violência expressiva contra as mulheres, desde física à econômica	99,3% sofreram assédio sexual; 79% tiveram acesso a partos seguros; 63% das mulheres adultas eram alfabetizadas; baixa proporção de mulheres na força laboral; 60% das mulheres sofreram violência doméstica; 38% forçadas a casamento precoce	
2013	Protestos em junho/2013	Mulheres protestaram contra o governo de Mohammed Morsi	Homens conservadores: violência física e sexual
	Deposição de Morsi em julho/2013	Forças de segurança lideradas por Abdel Fattah El-Sisi tiraram Morsi do poder, e manifestação popular afirmava que Morsi havia traído os valores revolucionários de 2011	Sociedade conservadora que ainda minimizou a participação de mulheres na política
	Declaração Constitucional de 08/julho e criação do Comitê dos Cinquenta	Declaração vigoraria até uma nova constituição ser elaborada e promulgada, pelo Comitê dos Cinquenta	
		Criminalização da violência sexual pela Declaração	Governo interino não aplicou a lei efetivamente

		Constitucional	
	Governo interino se posiciona quanto aos protestos que aconteciam no Egito desde 2011	Promulgação da Lei 107/2013, a “lei anti-protestos”	Sem liberdade de mobilização
2014	Promulgação da Constituição de 2014, em 18 de janeiro	Artigo 11, 75, 180 e 214 afetaram as mulheres, demonstrando um ganho para elas	x
	Governo interino se posiciona quanto ao assédio sexual	Emite decreto que o criminaliza	x
	Eleições em junho/2014	Abdel Fattah El-Sisi é eleito presidente do Egito com forte pauta em relação às mulheres	x
2014-2019	Período de afastamento do ativismo e engajamento político por parte das mulheres – e da população, em geral	Afastamento do ativismo público por um lado, e surgimento de um ativismo “não contencioso” por outro	Governo El-Sisi limita movimentações políticas independentes/de oposição a partir de detenções, violência e etc.
2019	Protestos em setembro/2019	Participação de mulheres em protestos em busca de liberdade, dignidade e saída do presidente	

Fonte: Elaboração própria, 2022-2023.

A partir do Quadro 1 é possível verificarmos com maior clareza o desenvolvimento e consolidação do ativismo de mulheres no Egito e, ao mesmo tempo, compreendermos as principais questões e atores responsáveis para entravá-lo. Aqui, elucidaremos as pautas e barreiras comuns entre as mulheres. A primeira que podemos assinalar são as normas culturais e sociais praticadas pela população, mas, em especial, pelos conservadores, e que se confundem com as práticas religiosas do Islã.

Dentre as requisições que esbarram nas normas culturais e sociais e o Islã, estão duas pautas que percorreram o início do ativismo das mulheres no Egito, que seriam voltadas à poligamia e divórcio, estas inseridas nas leis de status pessoal e é o **primeiro fator** que aqui trazemos. Ao longo do século XX, as leis de status pessoal, particularmente aquelas relacionadas ao divórcio e à poligamia, emergiram como temas cruciais no ativismo das egípcias.

O direito ao divórcio era requisitado desde o início do século XX. Ele, junto à reforma do código de status pessoal, para que os direitos de família valorizassem as mulheres, garantissem direitos a elas e preconizassem os direitos e deveres entre mulher e homem em matéria conjugal. Quando Fatma (2023) relata que a taxa de divórcio no país é alta, mas que elas são discriminadas por seu estado civil, é possível percebermos que isso a incomoda, principalmente quando ela caracteriza isso como “lamentável” e nos exemplifica com um

caso prático, assinalando que “uma mulher divorciada não é livre para escolher, para sair e curtir com suas amigas. Sempre é mal-vista. Isso é machismo, não tem a ver com política e nem religião”.

Além da busca pelo direito ao divórcio e fim da poligamia, Fatma (2023) nos traz em seus relatos, ainda, um outro ponto que não abordamos no capítulo 1 deste trabalho pela pouca abordagem sobre o assunto nos materiais bibliográficos utilizados. Ela complementa sua fala sobre divórcio e preconceito trazendo a sua experiência enquanto motorista e o preconceito direcionado às mulheres - e a ela: “Por exemplo, eu dirijo. Então quando estou à caminho do local onde trabalho eu posso sentir a falta de respeito dos homens discriminando as mulheres que dirigem”, e finaliza sua fala afirmando: “mas olha, isso é normal de toda uma vida”, fazendo referência não apenas ao machismo em relação às mulheres que possuem habilitação para conduzir veículos, mas em relação a diversas práticas, como o preconceito em relação às mulheres divorciadas.

Isso nos evidencia que, embora as mulheres buscassem esses direitos a partir de seus ativismos, adquirir esses direitos seria apenas o primeiro passo em relação à sua prática, já que normas sociais e culturais enraizadas no país têm forte influência sobre suas vidas e a forma que são enxergadas pela sociedade, de maneira geral. Além disso, pela fala de Fatma (2023) podemos perceber, ainda, como muitas mulheres no país normalizam o preconceito.

Isto posto, as normas culturais e sociais, muitas vezes entrelaçadas com interpretações seletivas da tradição islâmica, tornaram-se obstáculos persistentes no caminho da transformação legal. O ativismo das mulheres buscou dismantelar essas barreiras, argumentando que muitas das práticas discriminatórias eram influenciadas mais por interpretações patriarcais do que por princípios islâmicos genuínos.

Embora Fatma (2023) normalize que o que acontece no Egito tem a ver “com toda uma vida” e que por isso seria justificada a forma que as mulheres são tratadas, existe uma complexidade de se superar essas normas que residem na sua arraigada presença na sociedade e na mentalidade coletiva, refletindo um desafio mais amplo de desvincular práticas sociais tradicionais de sua justificativa religiosa e na longevidade daquelas práticas. Torna-se ainda mais complexo quando as normas são tão profundas que mulheres, como Fatma, podem não perceber plenamente a extensão dessas normas e o seu poder de transformação social, mas entendem que aquilo as afeta e as incomoda.

Contudo, há mulheres como Nawal El-Saadawi, médica e ativista egípcia pelos direitos das mulheres, que são consideradas “radicais e ocidentalizadas” justamente por se contraporem às normas mencionadas. Essas mulheres continuam a desempenhar um papel

crucial na conscientização e na busca por igualdade. Elas não apenas desafiam as normas existentes por meio de suas ações – no caso de Saadawi, especialmente por meio de suas produções textuais e engajamento político-social –, mas também destacam a urgente necessidade de uma reflexão mais profunda sobre as estruturas sociais que perpetuam a desigualdade de gênero.

A luta para reformar as leis de status pessoal tornou-se não apenas um embate legal, mas também um desafio cultural, envolvendo a desconstrução de estereótipos de gênero enraizados e a promoção de uma interpretação mais equitativa da lei islâmica. Assim, o ativismo de mulheres como Saadawi se estendeu à reconfiguração das percepções culturais, destacando a complexidade e a interconexão entre leis, tradições e mentalidades no Egito. Uma das formas para se fazer isso, conforme verificamos no Quadro 1, foi por meio de atividades filantrópicas promovidas pelas organizações de mulheres ao longo do século XX, como a EFU e Bint al-Nil, buscando trazer consciência sobre sua posição social e os artifícios que poderiam ser utilizados para emancipá-las e resguardá-las.

Além de todos esses pontos, destacamos, ainda, que durante a Revolução Egípcia de 2011 e no processo de transição política que perdurou até 2014, as mulheres viram a oportunidade de questionar as leis vigentes até então e que eram prejudiciais a elas. Seu ativismo, no entanto, não foi suficiente para impedir que o governo de Mohammed Morsi e o Partido Justiça e Liberdade (re)introduzissem papéis tradicionais das mulheres, voltados à maternidade e vida doméstica. A partir disso, notamos, novamente, a reincidência no entrelaçamento de normas sociais, culturais e religiosas de maneira prática.

O **segundo fator** que o Quadro 1 nos permite visualizar e que impulsionou os movimentos de mulheres, foi a busca por acesso à educação. A busca pela educação para as mulheres emergiu como um importante catalisador para os movimentos ao longo do século XX, em que associações desempenharam um papel crucial na promoção da educação, lutando pelo acesso igualitário e desafiando as barreiras tradicionais que limitavam seu aprendizado. Essa busca pelo conhecimento se estendia até mesmo aos haréns, conforme visto no capítulo 1, onde mulheres incentivavam a leitura e a escrita.

A União Feminista Egípcia foi uma força motriz nesse movimento, advogando pela educação como uma ferramenta de emancipação e transformação. Além disso, a Sociedade de Mulheres Muçulmanas, mesmo ao operar dentro do âmbito religioso, reconhecia a relevância da educação, promovendo o estudo com foco especial no Islã. Era uma busca pelo aprendizado, mas também para conscientizar, coletivamente, sobre a importância da igualdade

educacional. Assim, ao longo do século XX, a busca pela instrução se tornou intrinsecamente ligada à luta por direitos e à promoção de uma visão mais ampla do papel das mulheres.

No caso da educação, a barreira para as mulheres a acessarem eram tanto as normas culturais e sociais aqui expostas, quanto o congresso egípcio. As normas tradicionais perpetuaram, por muito tempo, ideias restritivas sobre o papel das mulheres na sociedade, o que limitava seu acesso à educação, como as mencionadas mulheres dos haréns. Essas mulheres, por sua vez, encontraram na união uma forma de transcender às barreiras culturais que limitavam seu acesso à educação formal, a partir da transmissão de ensinamentos umas às outras, preservando conhecimento na leitura, escrita, poesia e demais formas de expressão intelectual. Isso funcionou, até mesmo, como forma de resistência silenciosa contra essas mesmas normas sociais, demonstrando, ainda, a busca pela autonomia intelectual mesmo em um ambiente desafiador.

O congresso egípcio, como uma instituição reflexo dessas normas e muitas vezes influenciado por uma abordagem conservadora, apresentou desafios adicionais ao avanço da educação às mulheres, subjugando-as a papéis domésticos e de maternidade. Depreendemos, a partir das discussões do capítulo 1 e do Quadro 1, que esse congresso, em sintonia com as normas tradicionais, falhou em promover iniciativas que visavam desafiar essas desigualdades de gênero na educação.

A falta de representação significativa das mulheres no congresso é algo que contribuiu para uma abordagem menos inclusiva delas em áreas como a que citamos - educação e demais esferas da sociedade, o que nos leva ao **terceiro fator**: a busca por participação política. A participação política das mulheres no Egito tem sido uma busca contínua, iniciada a partir da EFU e destacando-se o trabalho pioneiro de figuras como Doria Shafik, que advogou pelo sufrágio feminino. Desde aquela época até os dias atuais, as mulheres egípcias têm enfrentado desafios significativos em sua luta por direitos políticos e representação equitativa.

Apesar dos avanços conquistados ao longo do tempo, as egípcias continuaram a enfrentar obstáculos substanciais para sua participação política efetiva. O sistema político egípcio é marcado por uma estrutura congressual que nem sempre reflete as necessidades e demandas das mulheres. As normas sociais reaparecem aqui, novamente. Essa camada conservadora da sociedade, que é como elencamos no Quadro 1, muitas vezes resistente às mudanças na dinâmica de gênero, continuou a criar barreiras substanciais para a plena participação das mulheres na esfera política.

Podemos perceber esses comportamentos quando Malak Hifni Nasif reivindicou direitos das mulheres ao congresso egípcio em 1911 - esses que não diziam respeito a direitos

políticos *per se*, mas houve objeção a eles. Em outro momento, Huda Sha'arawi com a EFU, a partir de 1923, requisitava os mesmos direitos que os homens na política, mas também não foi ouvida. O mesmo a partir da década de 1940, com a Bint al-Nil. Entre 2011 e 2013, período pós-Revolução Egípcia, as mulheres rogaram por maiores direitos na esfera política, mas tendo pouco efeito prático no período.

Como **quarto fator**, fazemos menção à questão da saúde sexual e reprodutiva. As normas sociais e culturais também se colocam como barreira para as mulheres em termos de saúde sexual, bem como a mencionada estrutura congressual egípcia. A resistência à discussão aberta sobre violência sexual e de gênero cria uma lacuna significativa na consciência das mulheres sobre seus próprios direitos e possibilidades de cuidado. Essa resistência enraizada em normas culturais e sociais contribui para a persistência da prática da mutilação genital feminina, casamentos precoces e a falta de acesso a serviços de saúde reprodutiva no século XX - questões que começaram a ser defendidas por Nawal El-Saadawi na década de 1970.

A experiência de El-Saadawi destaca a coragem necessária para desafiar as normas estabelecidas e fomentar diálogos críticos sobre questões que afetam diretamente a saúde e o bem-estar das mulheres. A repressão e exílio enfrentados por Saadawi refletem a resistência da camada conservadora da sociedade à mudança. A conscientização sobre violência sexual, violência de gênero e planejamento familiar são tidas como fundamentais para superar as barreiras históricas e criar uma sociedade mais inclusiva e capacitadora para as mulheres, assim defendia Saadawi.

Esta questão se tornou ponto nevrálgico no Egito ao longo do tempo, o que se materializou enquanto ponto sensível no período entre 2011 e 2014, quando houve aumento significativo de mulheres que passaram por algum tipo de violência e/ou assédio sexual. O fato de esses episódios de violência terem ocorrido revelam que as normas sociais e culturais desempenham papel fundamental na compreensão da cultura da violência e assédio sexual no país, as quais evidenciam a estrutura patriarcal e as relações de poder entre homens e mulheres.

Muitos homens que praticam esse tipo de violência, e que podem ser percebidas também em discursos proferidos como o do SCAF em relação às mulheres que passaram por testes de virgindade forçado na Praça Tahrir em 2011, percebemos que também existe influência das noções de honra na cultura egípcia. Estas são utilizadas para controlar o comportamento das mulheres e restringir sua liberdade – o que retroalimenta a cultura da violência e assédio sexual.

O **quinto** e último **fator** que aqui trazemos é a do bem social comum pelo qual mulheres também buscaram, onde indicamos a mobilização social que incluiu as mulheres em prol da sociedade egípcia. Esse ponto é revelado a partir da movimentação delas em 1919, as quais foram às ruas protestar para pressionar a desocupação britânica no Egito em busca de independência em relação à Grã-Bretanha.

Quase 100 anos depois, uma outra mobilização importante que buscava por maior autonomia da população, liberdade, dignidade e saída do presidente do poder, foi a Revolução Egípcia de 2011 – para além da transição política que contou com diversos protestos até o ano de 2013. Esse período contou com forte presença das mulheres nos espaços públicos do Egito. O outro momento foi em 2019, em que se foi reclamado por liberdade, dignidade e saída do governante.

Salientamos, aqui, que as três mobilizações de resistência – 1919, 2011 e 2019 – diferem entre si, estão situadas cada uma em um contexto e tinham, em seu cerne, ideais distintos, exceto a de 2019 que teve forte similaridade com a de 2011 em termos de objetivos. A mobilização social que inclui as mulheres, esta que trazemos como quinto fator, dá-se a fim de evidenciarmos seu protagonismo nos espaços públicos em prol de um bem social comum.

O ponto de entrave em comum entre essas mobilizações foram as pressões e presenças autoritárias que restringiram a atuação das mulheres – mas não somente a elas. Em 1919, com a ocupação britânica, houve dificuldade para realização dos protestos em busca da independência; entre 2011 e 2013 houve desmobilização de protestos primeiro por parte do Conselho Supremo das Forças Armadas (2011), em seguida, pelo FJP e o governo de Mohammed Morsi (2012), pelo governo interino (2013) que publicou uma lei anti-protestos, e o governo de Abdel Fattah El-Sisi (2019).

Assim, restrições à liberdade de expressão, detenções arbitrárias e um aumento da presença militar nas ruas foram instrumentos utilizados para silenciar vozes críticas a esses governos. Compreendemos, a partir disso, que essas ações visavam não apenas neutralizar a oposição política, mas também desencorajar qualquer forma de mobilização social que ameaçasse a estabilidade do governante.

A desmobilização, nesse contexto, evidencia a busca do governo de se perpetuar no poder e de manter controle sobre a sociedade, consolidando um ambiente em que a participação cívica e as manifestações públicas são menos prováveis de acontecerem, já que restringem liberdade de expressão e capacidade de organização. Embora diante desses cenários de violência contrários à mobilização, as mulheres – e a população egípcia – ainda

assim protestaram, configurando o anseio por participação significativa e justa nas tomadas de decisão, e a busca por mais autonomia e dignidade na sociedade.

3.2. As Políticas para Mulheres de Nasser a El-Sisi

Os governantes egípcios, por meio do feminismo de Estado, adotaram ideias próprias sobre os direitos das mulheres, em vistas de promover suas próprias agendas políticas (Abouelnaga, 2016). Diante disso, esses líderes moldaram suas narrativas em torno das mulheres, ao passo em que podem restringir ou omitir elementos (sejam informações, pautas, atividades, e etc.) que seriam potenciais desafios, ou que minassem sua autoridade.

É nesta discussão que residiremos neste subcapítulo onde, por meio do Quadro 2, sintetizamos a atuação dos governantes no Egito independente no que se refere aos direitos das mulheres e o feminismo de Estado, que compreende a gestão de Gamal Abdel Nasser (1956-1970), Anwar El Sadat (1970-1981), Hosni Mubarak (1981-2011) e Abdel Fattah El-Sisi (2014-2019), apontando a principal característica de cada governo que afetou as mulheres; as principais pautas e ações realizadas por eles em relação às egípcias; assim como agentes/condições/elementos específicos que prejudicaram o desenvolvimento das mulheres na sociedade.

Quadro 2 - Governos no Egito de Nasser a Sisi e a agenda das mulheres (1956-2019)

Governo	Característica do Governo	Pautas/Ações do Governo	Entraves para as Mulheres
Gamal Abdel Nasser (1956-1970)	Introdução do Socialismo Árabe; Início do feminismo de Estado no Egito	Feminismo de Estado: política de cunho nacionalista e ocidentalista para reformar os direitos das mulheres nos moldes do Ocidente	Sem modificações nas leis de status pessoal, o que perpetuava a desigualdade entre homens e mulheres no núcleo familiar; Organizações de mulheres foram desmobilizadas; Baixa representação política no parlamento e demais instituições políticas; Reféns das políticas estatais
		Desenvolvimento do estado de bem-estar social que afetou, positivamente, as mulheres	
		Saúde e educação equitativas e educação superior gratuita	
		Leis trabalhistas: inclusão das mulheres no mercado de trabalho, direito à licença maternidade remunerada; criação de creches nos locais de trabalho das mães	
		1956: Direito ao sufrágio - não-obrigatório	
		Constituição de 1956: todos iguais perante a lei em direitos e deveres públicos; igualdade de oportunidade	

		<p>Constituição de 1963: declara que todo o povo egípcio é igual independente do gênero; direito ao trabalho para todos</p> <p>1964: lei que garantia emprego no setor estatal para todos com diploma universitário</p> <p>Programa do Estado para planejamento familiar</p> <p>Irmandade Muçulmana tanto perseguida quanto tolerada; Zeinab al-Ghazali foi presa e torturada por seu envolvimento</p>	
Anwar El Sadat (1971-1981)	Política econômica neoliberal: <i>infitah</i>	<p>Feminismo de Estado: incorporou a promoção e a luta das mulheres, especialmente a partir das Leis de Jehan</p> <p>Constituição de 1971: artigo 11, sobre os deveres das mulheres em relação à família e ao trabalho seguindo o que pressupõe a <i>Shari'a</i></p> <p>Redução do serviço público e de empregos para a população: aumento de empregos informais e empobrecimento</p> <p>Aproximação com Irmandade Muçulmana: controle sobre o corpo das mulheres a partir do uso do <i>hijab</i></p> <p>1975: Início da Década das Nações Unidas para Mulheres e o governo buscou se inclinar mais ao Ocidente/Estados Unidos</p> <p>1979: Atualização das leis de status pessoal, as Leis de Jehan, em que foram concedidos direitos legais no casamento, guarda dos filhos, e direito ao divórcio (com ressalvas)</p> <p>20% dos assentos para as mulheres nos conselhos locais</p> <p>1981: ratificação da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW)</p>	<p>Direitos das mulheres associados à primeira dama, Jehan Sadat; Aumento da desigualdade social, especialmente entre as mulheres; Retrocesso quanto à participação na vida pública; Altos índices de desemprego entre egípcias; Camada conservadora da sociedade; Reféns das políticas estatais; Falta de programa nacional para implementação concreta dos direitos das mulheres; Organizações de mulheres regulamentadas pelo Estado</p>
Hosni Mubarak (1981-2011)	Alto controle sobre a população; ambiguidade por estar ora em favor dos islamistas, ora em favor das mulheres	<p>Feminismo de Estado: invisibilização, buscando mascarar suas práticas unilaterais no início do governo</p> <p>1985: revogou as Leis de Jehan, substituindo pela Lei 100, que exigia comprovação de que o casamento causou danos à mulher nos casos de pedido de divórcio</p>	<p>Reféns das políticas estatais; Direitos das mulheres associados à primeira dama, Suzanne Mubarak</p> <p>Pressão de Islamistas; camada conservadora da sociedade</p>

		Testes de virgindade forçados	Camada conservadora da sociedade
		1981: publicação da ratificação da CEDAW no Diário Oficial, mas com ressalvas aos artigos 9 e 16	Prometeu cumprir desde que a <i>Shari'a</i> não fosse contrariada
		1994: Egito sedia Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento	Contradição entre a postura interna e externa de Mubarak
		1995: Envia delegadas à IV Conferência Mundial sobre Mulheres, em Beijing	
		Permissão do governo para fundação de ONGs voltadas às mulheres - e criadas por elas - como a Associação de Solidariedade das Mulheres Árabes (1982), o Centro de Assistência Jurídica à Mulher Egípcia (1995) e o Centro Egípcio para os Direitos das Mulheres (1996)	Intensificação da desigualdade social entre mulheres (ao fazerem denúncias sobre isso, o governo passou a controlá-las ainda mais - com o intuito de preservar sua imagem internacionalmente); Sem liberdade de expressão; Governo impediu que elas se articularassem e formulassem uma agenda que abarcasse a todas as necessidades delas; Adquiriram direitos, mas na prática pouco acontecia, como a baixa participação das mulheres no mercado de trabalho, que diminuiu em 20%
		2000: Criação do NCW pelo governo	
		Reformas legislativas em 2000: Lei Khul'; 2004: Lei dos Tribunais de Família; 2005: Lei de Custódia; 2007: Criminalização da circuncisão feminina; 2008: Idade mínima para casamento de 16 para 18 anos; 2009: Lei de cotas para mulheres comporem parlamento	
		2010: receberam 64 assentos adicionais no parlamento	
Abdel Fattah El-Sisi (2014-2019)	Políticas econômicas populistas; busca pela restauração da ordem social pós-2011	Feminismo de Estado: reconhece demandas dos movimentos de mulheres desde que não ameace as hierarquias de gênero	Repressão do governo; Reféns de políticas estatais; Desigualdade econômica e de oportunidade; Empobrecimento; Camada conservadora da sociedade; Organizações de mulheres regulamentadas pelo Estado
		Campanha eleitoral 2014: defesa dos direitos das mulheres, empoderamento e independência	
		2014: Comitê para violência sexual para punir homens envolvidos em caso da moça sexualmente violentada na cerimônia de posse de Sisi	
		Ministério do Interior criou departamentos de polícia para buscar combater crimes de violência contra as mulheres; nomeou mulheres para fazerem parte das esquadras	
		Nomeação de Fayza Abu al-Naja como conselheira do	

		presidente para Assuntos de Segurança Nacional	
		2014: Lei exige que todas as organizações se registrem no Ministério da Solidariedade Social	
		2015: cotas parlamentares restabelecidas e 89 mulheres ocuparam assentos no parlamento, de um total de 568	
		2015: Ministério da Solidariedade Social passou a determinar o estatuto jurídico de associações de mulheres	
		2016: Ampliação da pena de prisão para quem praticasse mutilação genital feminina	
		2017: “Ano das Mulheres Egípcias” declarado por Sisi e o NCW divulgou diversas conquistas	

Fonte: Elaboração própria, 2022-2023.

A partir das discussões que apresentamos no capítulo 2, em que trouxemos os governos egípcios e suas políticas para as mulheres, e do que foi sintetizado no Quadro 2, podemos melhor compreender o feminismo de Estado no país. Porém, também é possível entender a forma em que as mulheres e suas organizações atravessaram contínua repressão e controle do Estado, desde Nasser a El-Sisi: elas dispunham de pouca mobilidade autônoma em virtude do domínio dos governos sobre suas agendas, sendo reféns de políticas *top-down*.

Classificamos, aqui, as agendas dos quatro governos, Gamal Abdel Nasser (1956-1970), Anwar El Sadat (1970-1981), Hosni Mubarak (1981-2011) e Abdel Fattah El-Sisi (2014-2019) em quatro categorias principais, as quais foram abordadas por cada administração, embora a ênfase tenha variado entre elas. Estas categorias incluem: leis de status pessoal, aspectos relacionados à economia e temas sociais, participação política das mulheres, e a abordagem do governo em relação à questão da violência contra a mulher. Quanto às práticas do governo que se configuraram enquanto entraves às mulheres, dividimos em duas principais: desmobilização das organizações e a associação dos direitos das mulheres às figuras do Presidente e/ou à Primeira-Dama.

Quanto às leis de status pessoal, observa-se que a primordial alteração ocorreu durante a administração de Sadat, notadamente por meio das Leis de Jehan, as quais conferiram direitos legais significativos no contexto matrimonial, abrangendo aspectos como a custódia dos filhos e o direito ao divórcio. No entanto, assinalamos que nessa administração houve o retorno de certos valores conservadores que limitaram a autonomia das mulheres,

especialmente a partir da constituição de 1971, orientada pela lei islâmica quanto ao papel da mulher na sociedade. Subsequentemente, no período de Mubarak, as Leis de Jehan foram revogadas, sendo estas substituídas pela Lei 100. Ainda, sob Mubarak, houve promulgações das Lei Khul', Lei dos Tribunais de Família, Lei de Custódia, e aumento da idade mínima para casamento para 18 anos. Já sob as administrações de Nasser e Sisi, registramos a ausência de modificações nas leis de família (Al-Ali, 2002; 2004; Hatem, 1992; 1994; Morsy, 2014; Monqid, 2016).

Quanto à agenda da economia e temas sociais, cada governante adotou uma medida distinta. Com Nasser, as noções do Socialismo Árabe buscaram ser empregadas, havendo, portanto, um estímulo para a presença de mulheres no serviço público, proporcionando oportunidades profissionais e benefícios, como creches para os filhos. A ampliação do acesso à educação universitária para as mulheres também foi uma prioridade dessa administração (Al-Ali, 2004; Hatem, 1992; 1994; Mooney, 1998).

O governo de Sadat implementou a política neoliberal da *infitah*, em que a adoção dessa abordagem resultou no aumento da desigualdade, refletindo-se de maneira desproporcional sobre as mulheres. O dismantelamento da máquina pública durante esse período teve implicações diretas sobre as mulheres, uma vez que muitas delas eram as principais beneficiárias do emprego no serviço público egípcio. O declínio desse setor e demais setores formais de emprego contribuiu para a crescente informalidade, deixando as mulheres em situações mais precárias e menos protegidas no mercado de trabalho ((Al-Ali, 2004; Hatem, 1992, 1994; Mooney, 1998; Pratt, 2020).

Com Mubarak, foram implementadas medidas de cunho neoliberal, caracterizadas pela entrada de investimento externo, e em seu governo houve marginalização de setores cruciais, como saúde e educação. Durante esse período, observou-se uma queda significativa na participação das mulheres no mercado de trabalho, reduzindo em 20% (Abu-Lughod, 2013; Morsy, 2014; Najjar, 2011). Já na administração de Sisi, estratégias econômicas populistas foram adotadas visando à estabilização política, sendo estas sustentadas por financiamento externo. Entretanto, em 2016, o Egito enfrentou uma crise que exacerbou o empobrecimento da população (Aljazeera, 2019; Pratt, 2020; Shehata, 2018; TRT World, 2019a, 2019b). Em consonância com o que traz Fatma (2023), destacamos que, no âmbito da saúde, o governo atual tem direcionado suporte, especialmente às mulheres, proporcionando maior acesso a tratamentos para câncer de mama.

Sobre participação política, notamos que desde o governo de Nasser até Sisi, a trajetória da participação das mulheres reflete uma evolução marcada por distintas

abordagens. Durante o regime de Nasser, a participação política das mulheres foi baixa. No entanto, sob a administração de Sadat, houve um avanço, reservando 20% dos assentos nos conselhos locais para mulheres. A era de Mubarak foi marcada pela promulgação de uma lei que estabeleceu cotas no parlamento, um marco significativo para a inclusão política das mulheres. Com a ascensão de Sisi, houve uma restauração dessas cotas após o período de transição política, demonstrando um compromisso renovado com a participação de mulheres neste meio. Além disso, a nomeação de uma mulher para o cargo de conselheira do Presidente para Assuntos de Segurança Nacional, Fayza Abu al-Naja, destaca um avanço da presença e influência das mulheres (Hatem, 1992; Monqid, 2016; Morsy, 2014).

No contexto da abordagem governamental à violência contra a mulher no Egito, desde o governo de Nasser até a administração de Sisi, observamos transformações legislativas e alterações no comportamento do Estado para lidar com a questão. Durante o governo de Mubarak, um marco significativo foi a criminalização da circuncisão feminina, refletindo um esforço para combater práticas prejudiciais à saúde das mulheres. Contudo, nesse mesmo governo as mulheres eram submetidas a testes de virgindade forçados, evidenciando contradição em suas ações. Sob o governo de Sisi, assistiu-se a uma ampliação da pena de prisão para aqueles que realizassem a mutilação genital feminina, evidenciando uma postura mais rigorosa sobre o assunto no âmbito legal (Anistia Internacional, 2017; Morsy, 2014; Monqid, 2016).

Com Sisi, desde o início de seu governo tem havido ações de combate à violência contra mulher, em que seu primeiro feito foi o comitê para punir a violência sexual sofrida pela jovem na Praça Tahrir na ocasião de sua posse presidencial; e houve a criação do departamento de polícia para combater crimes de violência contra as mulheres, em que egípcias foram nomeadas para fazer parte da esquadra. Sob Nasser e Sadat, registramos a ausência de ações nesse sentido (Aljazeera, 2014a; Monqid, 2016).

Quanto às ações dos governos que tiveram impacto negativo sobre as mulheres e que podem ser observados no Quadro 2, são dois: a desmobilização das organizações de mulheres e a concentração dos direitos das mulheres em figuras como Presidente e/ou Primeira-Dama.

Ao longo do período que se estende de Nasser a Sisi, observou-se uma tendência de restrição à sociedade civil, impactando diretamente a atuação e capacidade das organizações de mulheres em operarem de maneira livre e eficaz na promoção e luta por seus direitos. No governo de Nasser, embora tenham ocorrido avanços em termos de políticas para as egípcias, a forte presença do Estado resultou em controle sobre as atividades da sociedade civil, limitando a autonomia das organizações de mulheres. Essa tendência foi mantida durante os

governos subsequentes de Sadat, Mubarak e, de forma ainda mais pronunciada, sob a administração de Sisi, a partir da manutenção da lei anti-protestos promulgada em 2013, além dos acontecimentos de 2014 e 2015, que marcaram que o registro e estatuto de organizações deveriam ser realizadas no e pelo Ministério da Solidariedade Social.

A concentração dos direitos das mulheres em figuras como o Presidente e/ou a Primeira-Dama, delineia uma tendência marcante nas políticas para mulheres no Egito, ao longo das diferentes administrações. Nos governos de Nasser e Sisi, nota-se uma centralização significativa das iniciativas voltadas para os direitos das mulheres na figura presidencial. As políticas e reformas nesse âmbito emanaram/emanam diretamente da liderança presidencial, consolidando uma abordagem mais centralizada.

Em contrapartida, durante os mandatos de Sadat e Mubarak, embora eles tivessem forte atuação direta sobre os direitos das mulheres, as ex-Primeiras-Damas desempenhavam um papel de evidência na promoção dos direitos das mulheres. Essas figuras eram associadas a causas das mulheres e desempenhavam um papel ativo em projetos e iniciativas voltadas para seu avanço na sociedade egípcia. Com Jehan Sadat, houve a associação das leis de status pessoal às Leis de Jehan, e com Suzanne Mubarak, houve a criação do Conselho Nacional para Mulheres. A evolução dessa dinâmica ao longo dos governos evidencia diferentes abordagens em relação à promoção dos direitos das mulheres.

3.3. Movimentos de Mulheres e Feminismo de Estado entre (R)Existência e Coexistência

Dentro de um contexto social permeado pela persistente influência patriarcal na esfera política, as ações das egípcias e seus movimentos se destacam como expressões poderosas de resistência, representando uma força capaz de influenciar e moldar o curso da sociedade (Sorbera, 2014). No entanto, as articulações e organizações de mulheres viram seu ativismo independente ser diminuído desde que o presidente Gamal Abdel Nasser chegou ao poder, até o atual governo, de Abdel Fattah El-Sisi. À essa diminuição do ativismo, excetuamos a Revolução Egípcia de 2011 e a transição política que a sucedeu – entre 2011 e 2014, bem como os protestos populares ocorridos em setembro de 2019. Percebemos, então, a partir das discussões do subcapítulo 3.1. e 3.2 que os direitos das mulheres foram instrumentalizados pelo Estado em todos os governos aqui expostos.

Os governos egípcios têm tido resistência em reconhecer as mulheres e seus movimentos, os quais desempenharam papéis fundamentais na luta anticolonial iniciada em 1919, e em 1920 quando surgiu o Comitê Central de Mulheres Wafdistas - como podemos

visualizar no Quadro 1 - e que contribuiu para que anos mais tarde a independência plena do país fosse conquistada. De mesmo modo, essa resistência também ocorre quando da transição política no país já neste século, notadamente pós-Revolução de 2011, quando notamos maior participação das mulheres nas mobilizações sociais, mas que não foram reconhecidas por seus esforços e ações. O patriarcado arraigado no cerne dessas administrações tem contribuído para a marginalização das contribuições das mulheres nesses contextos históricos.

Entretanto, conforme evidenciado por Fatma (2023), uma virada sutil começou a se delinear durante a gestão de Sisi:

O presidente mesmo está condecorando muitas mães. Todas as vezes que ele faz, por exemplo, uma celebração/cerimônia para celebrar os mártires, a primeira coisa que ele pensa é em condecorar as mães. Porque foram elas que criaram os mártires que se tornaram vítimas.

Embora isso não diga respeito, necessariamente, aos movimentos de mulheres e suas contribuições, há um reconhecimento do papel da mulher enquanto mãe, ainda que esse reconhecimento se limite à sua vida na esfera privada da sociedade. A atenção do presidente Sisi para com as mães, evidenciada em suas condecorações durante cerimônias que homenageiam os mártires da Revolução de 2011, torna-se um ponto de virada distinto em relação aos presidentes anteriores.

Esta mudança de postura sugere um esforço para reconhecer o sacrifício e contribuição específicos das mulheres na criação daqueles que se tornaram vítimas, destacando a importância das mulheres em contextos de conflito e transformação social. Contudo, é imperativo reconhecermos que essa abordagem ainda se concentra em um papel tradicionalmente associado à maternidade, o que nos convida a refletirmos sobre como outras dimensões da participação e contribuição das mulheres no cenário político-social podem ser mais integralmente reconhecidas e celebradas pelos governos, como discutido a partir da exposição feita no primeiro subcapítulo, “A Agenda das Mulheres Egípcias em Perspectiva”, quando trazemos o primeiro fator de análise – que diz respeito à busca por reformas nas leis de status pessoal e a presença das normas culturais e sociais que embarreiravam o avanço das pautas das mulheres no país. Com Sisi, embora ele não esteja falando necessariamente sobre leis de status pessoal, ele atribui às egípcias o reconhecimento por sua maternidade, mantendo a tendência das normas tradicionais que dificultam que as mulheres sejam reconhecidas por outras ações que não estejam no âmbito familiar.

Contudo, essa discussão de reconhecimento das ações das mulheres é precisamente um dos limites do próprio feminismo de Estado (Yacoubi, 2016): se o governante - neste caso, Sisi - reconhece os movimentos de mulheres e as lutas delas, ele retira a centralidade do Estado, o seu protagonismo. Como discutido ao longo deste trabalho, torna-se perceptível que os governos no Egito almejam serem reconhecidos como referências na promoção dos direitos das mulheres, visando manter a estabilidade governamental e controlar uma agenda que é considerada crucial pelo Estado, dado que as demandas das mulheres podem ser percebidas como disruptivas pelos governantes.

Contudo, essa agenda é crucial para o Estado (e para o governante que busca esse protagonismo) não apenas por esse motivo. É sabido que questões voltadas aos direitos das mulheres e igualdade de gênero têm tido cada vez mais espaço no cenário internacional. Assim, explorar tais pautas se tornam barganha para receber auxílio financeiro do exterior (Mama, 1995). É possível notarmos essa ideia principalmente nos governos de Sadat e Mubarak.

Em nossa leitura, com Sadat houve uma busca pela aproximação cada vez maior aos Estados Unidos e atrair seu investimento, utilizando do contexto do início da Década das Nações Unidas para Mulheres (1975-1985), as Leis de Jehan em 1979, e ratificação da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres em 1981. Na gestão Mubarak, atrair o olhar estadunidense a partir da pauta das mulheres se deu a partir do momento em que sediou a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas em 1994, enviou delegadas à IV Conferência Mundial sobre Mulheres em Beijing em 1995, e criou o Conselho Nacional para Mulheres em 2000 (Abu-Lughod, 2013; Al-Ali, 2002; 2004).

No Nasserismo, as agendas das mulheres funcionavam para que o governante as concentrasse na esfera estatal, de modo que os direitos e deveres delas fossem associados a ele e não à luta das mulheres nos anos anteriores. Isso evidencia, uma vez mais, a busca pelo protagonismo que citamos acima. Todos os presidentes, à sua maneira, buscaram retirar de figura os ativismos e lutas públicas das mulheres enquanto aquelas que tinham pensamento, requisições e anseios próprios, em prol de serem associados como benfeitores das egípcias.

Nesse cenário, a estratégia eficaz para mitigar essas vozes ditas disruptivas consiste em conceder parte das demandas feitas. É o Estado que, em última instância, não apenas monitora essas questões, mas também define e implementa políticas relacionadas aos direitos das mulheres de cima para baixo.

Desse modo, o procedimento que tem sido implementado desde a década de 1950 é o primeiro entrave apresentado no segundo subcapítulo, “As Políticas para Mulheres de Nasser a El-Sisi”, promovido pelos governos egípcios: a desmobilização das organizações de mulheres no Egito, que vai de encontro a essa linha de raciocínio dos limites do feminismo de Estado. Até os anos 1950, os movimentos e ativismo caminharam de forma independente, até passarem a serem controlados pelo Estado. Embora ainda existam organizações no contexto atual egípcio, como o Centro Egípcio para os Direitos das Mulheres, elas precisam estar registradas no Ministério da Solidariedade Social, o que retira a independência delas e traz consigo o monitoramento por parte do Estado.

A União Feminista Egípcia, ou as membras da União atuando fora de sua esfera, estavam presentes nas lutas por todas as categorias que aqui apresentamos no primeiro subcapítulo, quais sejam: reforma das leis de status pessoal, busca por educação e participação política, busca por saúde sexual e reprodutiva, e a luta pelo bem social comum. Esses dois últimos, defendidos pessoalmente por Huda Sha’arawi e que apresentamos melhormente no capítulo 1. Todos esses cinco fatores geraram fomento ao pensamento crítico e emancipação, e por essa razão, mesmo a EFU tendo deixado de existir, seu legado permaneceu ecoando ao longo das décadas seguintes.

A busca independente e ativa das mulheres é insustentável nos regimes egípcios, conforme discutimos no segundo subcapítulo sobre o primeiro entrave às mulheres – o de desmobilização. De Nasser a Sisi, sempre houve algum tipo de cerceamento do ativismo autônomo, e com Mubarak, por exemplo, embora ele tivesse incentivado o surgimento de organizações de mulheres, isso logo foi descaracterizado – e foi o período em que houve um *boom* de surgimento de ONGs, como a Associação de Solidariedade das Mulheres Árabes, que foi impedida de dar continuidade aos seus trabalhos. Isso nos permite denotar, uma vez mais, que as organizações poderiam até existir, desde que respeitassem as regras impostas pelo governo. Além disso, seu governo foi marcado pela ambivalência de, por um lado ter permitido a existência das ONGs, mas por outro ter criado o Conselho Nacional para Mulheres e cooptado membras dessas mesmas ONGs para fazer parte do NCW. Nesse sentido, essas mulheres teriam maior controle do Estado sobre os princípios, atividades e projetos desenvolvidos.

Quando os movimentos e organizações de mulheres, ao longo da história, lutaram ativamente pelos cinco fatores aqui trazidos, pouco a pouco eles foram sendo implementados pelos governos. De maneira espaçada e sendo implementados de acordo com o momento oportuno, notamos que a busca por educação, empregabilidade e sufrágio marcou a luta das

mulheres no século XX. Nasser, então, ao assumir a presidência, promove a ampliação do acesso ao ensino e emprego para as mulheres. As leis de status pessoal, que há longa data eram solicitadas reformas, teve sua primeira grande alteração a partir das Leis de Jehan, com Sadat. Mubarak promoveu direitos políticos e reformas também nas leis de status pessoal, e com Sisi, houve maior atenção à questão da violência contra mulher e direitos políticos.

As pautas dos movimentos de mulheres, então, foram aos poucos sendo adotadas pelo Estado, esse que passou a representar as mulheres de modo geral. Assim, o feminismo de Estado no contexto egípcio manifesta-se como uma ferramenta instrumental, limitando a natureza capacitadora dos movimentos de mulheres, visto que a viabilidade de um pensamento independente prosperar é dificultada na ausência da interação entre as mulheres dentro das organizações.

Kantola (2012) levanta uma indagação pertinente que aqui resgatamos: qual é a extensão em que as iniciativas do Estado relacionadas às mulheres podem ser caracterizadas como “feminismo de Estado”? No contexto egípcio, é perceptível que o Estado adota políticas que abordam questões de importância significativa para as mulheres, sendo tanto demandas recentes quanto pautas historicamente relevantes para elas, como discutido nos parágrafos anteriores. A exemplo, citamos o aumento significativo do número de casos de violência contra a mulher a partir do despoite da Revolução Egípcia de 2011, informações que condensamos no Quadro 1 e que foi a quarta agenda dos governos egípcios, que elencamos no segundo subcapítulo.

Sisi, por sua vez, capitalizou a questão ao criar estratégias como o Comitê de combate à violência à mulher e a implementação de um departamento policial dedicado a conter a violência contra as egípcias. Além disso, em 2016 houve o aumento da pena de prisão para os perpetradores da mutilação genital feminina. Este conjunto de medidas é ilustrativo da resposta do Estado às questões críticas que afetam as mulheres e que se enquadra no que colocamos acima como “momento oportuno” para se implementar e debater medidas que afetam as egípcias. Essa questão, embora abordada pelo Estado no período contemporâneo, já havia sido trazida há longa data pelas ativistas Huda Sha’arawi e Nawal El-Saadawi, e que, em suas épocas (década de 1920 e década de 1970, respectivamente), tentaram o seu silenciamento em relação a uma pauta que já era latente na sociedade egípcia.

As políticas adotadas pelos governos egípcios não apenas visaram estabelecer uma representação para as mulheres, mas também desempenharam um papel fundamental na definição e consolidação das identidades de gênero. Essas práticas governamentais não se limitaram apenas à criação de leis específicas para mulheres, elas influenciaram de maneira

significativa as percepções sociais sobre papéis e identidades de gênero. Através da implementação das políticas aqui mencionadas destinadas às egípcias, os governos moldaram ativamente as noções culturais e sociais em torno do que significa ser uma mulher na sociedade egípcia, impactando as representações e as percepções coletivas sobre identidades de gênero.

A problemática associada ao feminismo de Estado reside na tendência de homogeneizar as demandas das mulheres, pressupondo que todas compartilham as mesmas necessidades e aspirações. No entanto, essa uniformização ignora a sua diversidade de perspectivas e demandas, como evidenciado pelo mapeamento apresentado no Quadro 1, que embora tivessem demandas em comum entre algumas organizações, não significa que sempre foi assim, especialmente quando notamos a atuação da Sociedade de Mulheres Muçulmanas e sua associação com a Irmandade Muçulmana anos depois.

Cada movimento apresentava objetivos e atividades singulares, refletindo uma gama diversificada de reivindicações e prioridades. Tal diversidade de agendas demonstra a complexidade e a multiplicidade de preocupações que perpassavam e perpassam as organizações e ativismos das mulheres, destacando a importância de se reconhecer e abordar as necessidades específicas delas de maneira mais abrangente e inclusiva.

Por meio do trabalho de Zaki (2015), compreendemos discursivamente sobre a questão da homogeneização das mulheres a partir de Sisi, quando ele se autoproclama “o presidente das mulheres” (Rogowska, 2018). Ao se autointitular dessa forma, Sisi coloca as demandas das mulheres como iguais para todas elas, mas não apenas isso, como se todas o apoiassem, usando especificamente a imagem das egípcias para demonstrar o suposto apoio unânime.

A partir do enaltecimento das mulheres por meio do discurso, Sisi também busca trazê-las/mantê-las em sua base de apoio, o que notamos a partir da fala de Fatma (2023): “É verdade que agora o presidente fala que a gente tem que tratar as mulheres bem porque elas são o motor da sociedade; mas aquilo é o problema do povo que não quer reagir, não quer mudar”. O “aquilo” ao qual ela se refere é ao preconceito direcionado às mulheres. Ou seja, de acordo com Fatma, está fora dos limites do Estado conscientizar a população sobre o patriarcado, e que Sisi, enquanto presidente, faz o que está ao seu alcance para trazer segurança e valorização às mulheres.

Esse se torna um exemplo prático não só da homogeneização das mulheres, mas do que discutimos há pouco: a construção do que é ser uma mulher egípcia. No caso de Sisi, as mulheres são atreladas à ideia de que o apoiam, apoiam suas políticas, e são a favor de sua

permanência no governo. Ele faz isso de maneira discursiva, não apenas as enaltecendo e afirmando serem fundamentais para o país, mas a partir de sua autoproclamação enquanto Presidente das egípcias. Por meio disso, o governo também silencia as vozes alternativas, independentes e críticas ao governo, o que é evidenciado especialmente nos protestos ocorridos em setembro de 2019, em que trouxemos no capítulo 2 a insatisfação de uma mulher com a administração de Sisi, e que aqui a resgatamos:

“Por que nós passamos fome e ele vive em palácios? Por que uma mulher da idade da minha mãe tem que comer do lixo? Nós o elegemos e somos nós quem temos que removê-lo. Ele nos enganou. Disse que o Egito iria florescer, mas ficou pior do que nunca” (TRT World, 2019c, tradução livre, online).

Adentramos, assim, na reflexão acerca das figuras que estão vinculadas às políticas direcionadas às mulheres – o segundo obstáculo que foi delineado no capítulo 3 –, Jehan Sadat e Suzanne Mubarak emergem como representantes que, de certa forma, distanciam-se das verdadeiras necessidades das mulheres, refletindo um viés elitista em suas abordagens. Suas atuações em políticas voltadas para as egípcias, embora tenham trazido certos avanços, não estavam completamente alinhadas às reais necessidades e experiências das demais, especialmente aquelas pertencentes a camadas sociais menos privilegiadas.

Já líderes como Nasser e Sisi, ainda que tenham implementado políticas importantes em relação às mulheres para que houvesse avanços em seus direitos, por serem homens, encontram-se, em certa medida, desconectados das experiências e demandas das mulheres, principalmente no que diz respeito à vida privada delas, já que na esfera pública houve avanços importantes em ambas administrações. No entanto, esse distanciamento resulta em políticas que não captam de forma abrangente os anseios e desafios enfrentados por mulheres na sociedade egípcia. Essa separação entre as lideranças e a realidade vivenciada pelas egípcias suscita a necessidade de um entendimento mais profundo e empático das questões de gênero, a fim de moldar políticas mais inclusivas e eficazes para abordar as demandas multifacetadas das mulheres egípcias.

Diante disso, em conformidade com o que aqui foi apresentado, é possível traçar correlações com o que o Feminismo Pós-colonial propõe. Mohanty (1988) afirma que as mulheres do Terceiro Mundo não podem ser homogeneizadas, e consideradas como se vivessem em realidades iguais e condições de vida similares. No caso do Egito, é perceptível a sua especificidade. Os primeiros relatos pelo movimento de independência no país contaram

com forte presença das mulheres, somadas à população que ansiava pela desocupação britânica.

O histórico de regimes autoritários desde sua independência também nos remete à sua particularidade e isso se dá, em grande medida, pelo comportamento da sociedade durante as primeiras manifestações já no de 1919 (que deram início à luta anticolonial), os protestos que irromperam no início do ano de 2011, mas, também, pelo seu contexto anterior que contribuiu para que fossem os grupos marginalizados – como mulheres e jovens – que tivessem protagonismo em todo o processo. Além disso, os protestos que irromperam em 2019, os quais também iniciaram a partir de grupos marginalizados, também evidenciou o contexto de desigualdade socioeconômica que o país estava inserido.

Mohanty (1988) chama a atenção para que não se observe as mulheres como dominadas, ignorantes e vitimizadas, como o Ocidente pressupõe. No caso egípcio, aquilo que categorizamos como quinto fator no subcapítulo 3.1 – o bem social comum – evidencia isso. Em 1919, organizaram-se em busca da independência do país, além disso, as constantes mobilizações organizadas pelas mulheres no período de crise política, entre 2011-2013, demonstraram resistência às imposições do Conselho Supremo das Forças Armadas e do governo de Mohammed Morsi.

Muito embora tenham existido pontos de inflexão no período em questão, as mulheres não só resistiram como agiram. Lemas por elas utilizados, como nos protestos de dezembro de 2011, “nossa dignidade, liberdade não deveriam ser tocadas” (Morsy, 2014, pp. 211), bem como em 2013, “a voz das mulheres egípcias é a revolução” (Morsy, 2014, p. 212), permitiram inferir que elas enfrentavam os sistemas e buscavam ser vistas não só por eles, mas pelo mundo.

Entre os pontos de inflexão que aqui podem ser destacados estão as diferentes violências sofridas pelas mulheres nos protestos de 2011-2013. Mas mesmo antes disso, recordamos o isolamento por elas sofrido pós-Revolução de 1919 por parte dos homens, as agressões verbais e físicas (violência sexual, mutilação genital, testes de virgindade forçados, etc.) ao longo da história egípcia, além de falta de oportunidade econômica e política adequadas (Al-Ali, 2004; Hatem, 1992, 1994; Mooney, 1998; Pratt, 2020).

Destacamos, ainda, que o ano de 2012 foi crítico nesse sentido, uma vez que os relatórios aqui trazidos, como os do Centro Egípcio para os Direitos das Mulheres (2012) e Thomson Reuters Foundation (2013), evidenciam a condição delicada que as mulheres viviam - assédio sexual e verbal, violência doméstica, casamento precoce, analfabetismo, entre outras. Contudo, não foram apenas essas formas de violência que as egípcias enfrentaram.

Violência, sendo aqui considerada as distintas formas de suprimir e silenciar as mulheres, também pode ser percebida no fato de elas terem sido desmobilizadas desde os anos 1950. Desde então, elas têm tido suas atividades monitoradas pelo governo, o que se configura como forma de mantê-las sob o guarda-chuva do Estado e sem liberdade de expressão.

Apreendemos a partir disso, então, as formas de cerceamento e as tentativas de silenciamento das mulheres. Assim, as violências enfrentadas pelas egípcias, portanto, podem ser tidas como formas de busca pelo seu silenciamento, conforme Spivak (2010) apresenta o argumento de que as mulheres são silenciadas por uma cultura patriarcal, em que elas não são consideradas sujeitos autônomos e independentes.

Observa-se, também, que as movimentações das mulheres e suas organizações, como elucidado no Quadro 1, não foram impulsionadas apenas pelo sentido religioso – no caso, o Islã. Al-Ali (2003) oferece esse recurso analítico ao dizer que o Islã não deve ser considerado a única referência para se compreender as articulações dos movimentos, ativismo das mulheres e construção de suas agendas.

Um dos momentos em que é possível notarmos nitidamente a religião no debate público, foi quando o Partido Liberdade e Justiça conquistou maiores assentos na Assembleia e Mohammed Morsi se tornou presidente em 2012. O ponto em si não era a religião, mas a forma rígida em que ela era interpretada pelos membros do governo, conectada à busca pela implantação de papéis tradicionais para mulheres.

A questão religiosa deve ser observada com cautela, uma vez que, para todos os efeitos, o Islã não é uma religião patriarcal e opressora, conforme estudos de mulheres intelectuais, como Leila Ahmed. Ademais, Fatma (2023) corrobora com isso a partir do momento em que ela nos relata que “a religião não fala que a gente tem que discriminar uma mulher. Nada disso. Tudo ao contrário. A religião muçulmana sempre fala que a mulher tem que estar no lugar mais digno”.

No caso que trouxemos, então, a religião não se coloca como obstáculo, mas na realidade são as interpretações intransigentes e literais dos escritos sagrados que, em sua maioria, são realizadas por homens. Dessa forma, o patriarcado passa a ser reproduzido dentro e por meio do Islã (El Hajjami, 2008; Salem, 2013). Contudo, também podemos recorrer à Nawal El-Saadawi neste ponto. Quando a feminista afirma que o Islã é utilizado como justificativa para diversos pontos envolvendo, por exemplo, a posição das mulheres, mas que na realidade é a masculinização dos sistemas econômicos e políticos que estão por detrás das ações misóginas. Por extensão, conseguimos perceber a manifestação da cultura patriarcal no país.

Dessa maneira, ao se considerar as configurações políticas, normas sociais, cultura local e condições econômicas das mulheres ao longo do recorte temporal aqui estabelecido, conforme Al-Ali (2003) sugere, as possibilidades para se analisar a historicidade egípcia para além do Islã, são ampliadas. Especialmente quando se tem um Ocidente que tende a associar as mulheres da região automaticamente à religião e a consequente ideia de submissão.

Além disso, Charrad (2011) salienta que observar o papel do Estado também é fulcral para analisar as demandas e comportamento das mulheres. Citamos, para fins de exemplificação, a crise política do Egito pós-Revolução de 2011, em que houve inoperância do Estado em garantir direitos plenos às mulheres, criminalizar a violência contra elas, buscar políticas públicas de inclusão social, econômica e política.

Quando da deposição de Morsi e a instituição da Declaração Constitucional de 8 de julho de 2013, o governo interino pouco fez para garantir que as mulheres fossem incluídas, de maneira prática, no meio político. Além disso, apesar da criminalização da violência sexual por meio da Declaração Constitucional, as poucas punições àqueles que praticavam o crime faziam com que as mulheres fossem desencorajadas a denunciarem a violência e, por consequência, diminuía as estatísticas para o Estado, contribuindo para se perpetuar a cultura da violência sexual no país.

O fato de as mulheres resistirem ao sistema e persistirem em suas mobilizações, mesmo sofrendo diferentes formas de violência e marginalização, resultou em uma constituição - a de 2014 - mais inclusiva, abrangente e que respondia às suas demandas, especialmente com os artigos 11 (sobre o lugar das mulheres, maternidade e infância), 180 (que trata da eleição dos conselhos locais e assento para mulheres) e 214 (sobre conselhos nacionais, onde faz referência o Conselho Nacional para Mulheres) aqui mencionados (Egypt, 2014). As mobilizações das mulheres ao longo dos três anos anteriores ao da promulgação da constituição parece ter surtido efeito positivo para elas, agora que o texto constitucional passou a garantir uma maior vigilância e a prática de seus direitos. Desse modo, ao contrário do que pressupõe o Ocidente, as mulheres desse dito Terceiro Mundo não são passivas, conforme demonstrado em suas manifestações nas ruas e consequentes conquistas - mas não só nesse período, já que elas também se mobilizaram, também, ao longo do século XX.

Isto posto, as discussões deste capítulo permearam questões do feminismo de Estado e sua interlocução com os movimentos de mulheres. Conforme indicado por Hatem (1992), esse feminismo se configura como uma estratégia multifacetada, abarcando dimensões legais, econômicas e ideológicas. O Estado, ao buscar a integração das mulheres nas esferas econômica e política, empreende esforços para desafiar a noção arraigada de que as mulheres

se restringem ao âmbito “privado” e não possuem participação no âmbito “público”. Contudo, essa iniciativa encontra obstáculos nas leis de status pessoal, a qual limita a autonomia e atuação das mulheres no contexto familiar.

Essa limitação se torna evidente ao analisarmos o período de Nasser, no qual houve um estímulo à educação e à inserção das mulheres no mercado de trabalho, porém esses avanços permaneceram circunscritos à esfera pública. No âmbito privado, por outro lado, elas ainda eram submetidas às condições estabelecidas por seus maridos, refletindo as normas e práticas que restringiam a plena autonomia das mulheres dentro da esfera doméstica.

Com Sadat, observou-se uma atualização das leis de família, resultando em mudanças legislativas significativas para as mulheres, embora essa fase tenha sido acompanhada pela marginalização das mulheres no setor econômico. Paralelamente, houve a concessão de cotas para a participação das mulheres nos conselhos locais, representando um avanço no reconhecimento da importância da presença delas na esfera política.

Durante o governo de Mubarak, as leis de status pessoal também foram objeto de alterações, notadamente a partir dos anos 2000 com a Lei Khul'. Entretanto, no contexto econômico as mulheres enfrentaram limitadas oportunidades de emprego e ascensão econômica. A gestão de Sisi, embora não tenha introduzido modificações nessas leis, concentrou-se em promover uma maior inclusão das mulheres no cenário político, buscando ampliar suas participações e influências nesse contexto específico.

Diante desse contexto, observamos uma dicotomia marcante nos papéis que são atribuídos às mulheres na sociedade egípcia, abrangendo tanto as esferas públicas quanto as privadas. Essa dicotomia reflete a complexidade das políticas governamentais, as quais ainda deixam lacunas, embora tenham apresentado mudanças legislativas e políticas com a finalidade de ampliar a presença das mulheres no cenário político e a reformar determinados aspectos legais.

As egípcias continuam a enfrentar desafios nessas esferas (públicas e privadas). Nas esferas públicas, apesar dos esforços para a inclusão política, persistem desigualdades de representação e acesso a cargos de liderança. Enquanto isso, no âmbito privado, os entraves são evidenciados pelas limitações impostas por questões legais, culturais e sociais que restringem a autonomia plena e participação das mulheres em assuntos familiares, como o casamento, divórcio e custódia dos filhos. Essa dicotomia reflete a necessidade de uma abordagem mais holística e abrangente por parte dos governos, a fim de superar as barreiras que impedem o alcance da igualdade de gênero.

Já no que se refere às barreiras para se atingir o avanço social das mulheres, elas variavam conforme o período, de acordo com o que vimos nos Quadros 1 e 2. Contudo, o patriarcalismo/conservadorismo, grupos extremistas religiosos e ações dos governantes são os principais atores/elementos que aqui destacamos. Diante do cenário de desigualdade, repressão e cerceamento de liberdades, as mulheres foram força pujante no que se denominou por Revolução Egípcia, ocorrida em 2011, em busca de – dentre tantas coisas – justiça social, bem como nos protestos do ano de 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Como coexistiram os movimentos de mulheres e o feminismo de Estado no Egito, a partir do século XX?” Para responder a esta pergunta que norteou a presente pesquisa, a nossa interpretação é a de que os movimentos de mulheres e o feminismo de Estado no Egito coexistem a partir da interdependência um do outro, oscilando entre harmonia e conflito. Convém explicitarmos que, aqui, interdependência é compreendida a partir do ponto de vista das dinâmicas interativas entre as políticas dos governantes e os movimentos de mulheres. Por meio dessa interdependência observamos a presença de um jogo de interações sociais entre esses mesmos agentes: governantes e mulheres.

Chegamos a este entendimento dado que esses agentes se afetam mutuamente, isto é, existe uma dependência mútua entre eles e por isso se co-constituem. Na prática, isso ocorre quando as mulheres constroem suas agendas de requisições com base em suas realidades. O governo, por sua vez, baseia-se nestas mesmas agendas para elaborar e promulgar políticas com recorte de gênero. Assim, os governantes são vistos como os “benfeitores” ao promulgar políticas para mulheres, quando, na realidade, já era uma demanda antiga das egípcias. A interdependência entre esses agentes acontece, desse modo, quando as mulheres dependem dos governantes para implementar políticas voltadas a elas, e eles dependem delas para construir as políticas que os tornarão protagonistas. Os governantes estão sujeitados à cooptação das pautas das mulheres. Daí o jogo de interação social ao qual fizemos referência acima.

Nesse sentido, nossa leitura da existência da interdependência e de que ela oscilou entre harmonia e conflito se dá após termos explorado os movimentos de mulheres do Egito e suas agendas; apresentado os governos no Egito de Nasser a Sisi; e realizado o exercício analítico de compreender os fatores em comum entre os movimentos de mulheres, suas pautas, principais barreiras, e a interação dos governantes com a agenda delas. Ter oscilado entre harmonia e conflito, de acordo com nossa interpretação, dá-se porque ora o Estado garantia direitos requisitados pelas mulheres, e ora reprimiam suas articulações, as cerceando.

Até os anos 1950 as egípcias conseguiram se articular de forma independente e desafiando as estruturas de poder, trazendo em suas agendas os cinco fatores discutidos: reforma das leis de status pessoal; acesso à educação; participação política; busca por saúde sexual e reprodutiva; e a luta pelo bem social comum. Contudo, lembramos que esses fatores de forma alguma eram os mesmos para todas, ou uma busca comum de todas. No entanto, o movimento que percebemos a partir da chegada de Gamal Abdel Nasser ao poder, em 1956, é

o início de uma cooptação das agendas das mulheres, e que assim seguiu até Abdel Fattah El-Sisi, mas cada governante priorizando a pauta que fosse mais conveniente ao momento.

Fator em comum entre eles, ainda, é o de limitarem a organização independente das mulheres para que não conseguissem se articular e construir suas próprias agendas de requisições e, assim, as tornem dependentes dos governos para lograr mobilização e atuação. Portanto, é por essas razões aqui expostas que entendemos que movimentos de mulheres e os governos egípcios têm coexistido a partir da interdependência. Um, que coopta as agendas das mulheres, e o outro, que consegue se articular apenas sob o guarda-chuva do Estado, isso desde o governo de Nasser.

Ao estudarmos os governos egípcios compreendemos que persistem as discussões sobre obstáculos, oportunidades e progressos ocasionais alcançados no que tange à ampliação dos direitos e o papel das mulheres. No governo de Nasser, por exemplo, percebemos a ênfase atribuída à modernização do país, e a promoção da educação e da participação das mulheres na força de trabalho como parte integrante desse processo. Sob Sadat, houve um período de maior liberalização política, o que permitiu uma participação das mulheres nesse campo, embora tenha sido limitada. Já durante o regime de Mubarak, apesar de algumas reformas legislativas em prol das mulheres, houve uma influência significativa de forças conservadoras, o que resultou em episódios de assédio sexual e testes de virgindade forçados. E, com Sisi, houve avanços quanto à questão da violência sexual e inserção das mulheres na política. Por outro lado, ele cerceou ainda mais as organizações independentes, instituindo que todas se registrassem no Ministério da Solidariedade Social.

A estrutura do feminismo de Estado no contexto egípcio se fundamenta na dicotomia entre esfera pública e privada. Esta estrutura valoriza a presença da participação das mulheres na vida pública – a partir da participação política, acesso à educação e emprego –, enquanto ao mesmo tempo reforça um papel para as mulheres como mães e esposas na esfera privada. Deparamo-nos, ainda, com as normas culturais e sociais que acabam por perpetuar tal estrutura, especialmente no que diz respeito à vida privada, com preconceito arraigado na sociedade como percebemos a partir dos testemunhos de Fatma aqui trazidos. Citamos como exemplo as mulheres que sofrem preconceito por serem divorciadas, por dirigirem, ou as questões que envolvem independência financeira.

Aprendemos, ainda, que se mostraram falhas as abordagens adotadas pelo feminismo de Estado para solucionar a questão da integração das mulheres na vida pública, mas principalmente em proporcionar às mulheres um ambiente seguro nessa mesma esfera. Desse modo, isso se coloca como contradição, visto que o espaço público muitas vezes se apresenta

como aquele onde elas percebem ter alguma oportunidade real e prática de concretizar a equidade.

Ao examinarmos o recorte temporal aqui proposto, do século XX ao XXI (especificamente, até o ano de 2019), compreendemos, ademais, como as políticas para as mulheres não apenas refletiam os valores e as agendas dos governantes, mas também como eram afetadas por fatores econômicos, sociais e culturais no Egito. Essa análise nos ajuda a traçar um panorama mais amplo para entender as mudanças e desafios enfrentados pelas egípcias ao longo das décadas.

Dentro das discussões realizadas, depreendemos que as restrições legislativas, regulatórias e práticas autoritárias prejudicaram a capacidade das organizações de mulheres de atuarem livremente, o que afetou sua capacidade de advogar e mobilizar em prol de suas próprias requisições. Essa contenção – não só – das mulheres reflete precisamente o controle estatal à participação cívica, evidenciando o desafio do ativismo no país ao longo das décadas.

Enfatizamos que o Estado não conseguiu proporcionar oportunidades plenas, inserir as mulheres no espaço público de maneira adequada, e que na esfera privada houve reformas insuficientes quanto aos papéis das egípcias. Não indica, no entanto, que a autonomia das mulheres signifique a depreciação/desimportância do papel do Estado.

A autonomia das mulheres e as ações do Estado, decerto, devem caminhar de maneira harmoniosa e complementar. A busca por autonomia – ou a existência dela – não exclui a relevância do Estado, mas enfatiza a necessidade de uma colaboração entre as mulheres que buscam suas agendas na sociedade. O Estado desempenha um papel importante na formulação de políticas, na criação de um ambiente propício e na implementação de medidas que promovam a equidade.

É neste ponto que reside nosso olhar crítico em relação ao feminismo de Estado no contexto egípcio. As agendas construídas pelos movimentos de mulheres são tidas como êxito político, sendo utilizadas pelos governantes para projeção nacional e internacional, uma vez que o Estado se apropriou de alguns pontos dessas agendas. As egípcias têm, assim, seus direitos instrumentalizados em favor dos interesses governamentais, sendo integradas sob o guarda-chuva estatal. Esta instrumentalização de suas demandas pelo Estado não apenas compromete a eficácia das políticas para mulheres, mas também perpetua estruturas de poder desiguais e reforça sua marginalização, ao invés de promover sua emancipação e autonomia.

À vista do exposto ao longo deste trabalho, entendemos que o Estado egípcio tem sido ativo na questão dos direitos das mulheres ao conceder direitos a elas, mas, em contrapartida, as egípcias também tiveram presença por suas próprias demandas. Nossa pesquisa, então,

coaduna com Nicola Pratt (2020) ao notabilizarmos que a mobilização das egípcias vai além do discurso hegemônico de que foi a partir da Revolução Egípcia de 2011 que seu ativismo iniciou, e que antes disso as mulheres não se articulavam e não construíam suas próprias agendas de requisições.

Com efeito, esse discurso reflete uma visão restrita e orientalista que, ao longo do tempo, desconsiderou a capacidade de articulação, ativismos e a influência das mulheres dentro da cultura árabe-muçulmana. Aqui, revelamos que essa narrativa é simplista e reducionista, em que pudemos explicar a contribuição delas na transformação sociopolítica do Egito.

Este trabalho pretendeu oferecer uma perspectiva a partir das vozes e experiências das egípcias, com o intuito de ampliar e enriquecer o campo das Relações Internacionais. Para isso, buscamos traçar um panorama abrangente dos movimentos de mulheres no país em questão, analisando as dinâmicas dos diversos governos do Egito e suas políticas relacionadas às mulheres.

Ao considerarmos as limitações inerentes à metodologia adotada, ao espaço temporal delimitado (do século XX ao XXI, pontualmente o ano de 2019), e o período disponível para realização desta dissertação de mestrado, surge a oportunidade de propormos direções para novos estudos por meio de alguns questionamentos:

Fundamentando-se nas discussões trazidas por Pratt (2020), sobre corporificar a geopolítica e trazer as questões de gênero para dentro dela, quais são as consequências geopolíticas do ativismo das mulheres observado desde o século XX no Egito? Como ele contribui para a reconceituar a política internacional, considerando a inclusão do pessoal e do cotidiano como importantes no exercício e na resistência ao poder geopolítico? De que maneira a atuação das mulheres egípcias ativistas impacta, ou remodela, a estrutura geopolítica regional, especialmente no tocante à participação das mulheres em processos decisórios e na transformação das visões sobre poder e política internacional?

Posto isto, ao final desta dissertação trazemos a reflexão da dinâmica histórica do Egito do século XX ao XXI, explicitando a relação entre os movimentos de mulheres e os governos egípcios, esta marcada pela interdependência. Assim, enquanto tais movimentos buscavam avanços nos direitos, muitas vezes eles também colaboraram com os governos em iniciativas de melhoria social e legal. Os governos, por sua vez, implementavam muitas reformas voltadas a elas. No entanto, essa cooperação era limitada pelo comportamento autoritário dos governantes, os quais suprimiram esses movimentos em vistas de buscar manter a estabilidade política. Apesar das conquistas e resistências das egípcias, a relação

entre seus movimentos e os governos no Egito refletiu o embate entre a busca pela emancipação das egípcias e a manutenção do poder político por parte dos governantes.

REFERÊNCIAS

- ABDELGAWAD, Hala; HASSAN, Mazen. Women in the Egyptian parliament: a different agenda? *Review of Economics and Political Science*, 2019.
- ABDELATY, Amr. Are Egypt's women really better off under Sisi? *Al-Monitor*, 26 fev. 2015. Disponível em: <<https://www.al-monitor.com/originals/2015/02/egypt-women-status-sisi-rule-muslim-brotherhood.html>>. Acesso em: 25 abr. 2023.
- ABOUELNAGA, Shereen. *Women in Revolutionary Egypt: Gender and the New Geographics of Identity*. Cairo: The American University in Cairo Press, 2016.
- ABU-LUGHOD, Lila. "Orientalism" and Middle East Feminist Studies. *Feminist Studies*, v. 27, n. 1, p. 101-113, 2001.
- ABU-LUGHOD, Lila. *Do Muslim Women Need Saving?* Harvard University Press: Cambridge, Massachusetts e Londres, 2013.
- AHMED, Leila. Feminism and Feminist Movements in the Middle East, a preliminary exploration: Turkey, Egypt, Algeria, People's Democratic Republic of Yemen. *Women's Studies International Forum*, v. 5, n. 2, p. 153-168, 1982.
- AL-ALI, Nadjé. Gender and civil society in the Middle East. *International Feminist Journal of Politics*, v. 5, n. 2, p. 216-232, 2003.
- AL-ALI, Nadjé. *Secularism, Gender and the State in the Middle East: the Egyptian Women's Movement*. Cambridge University Press: Cambridge, 2004.
- AL-ALI, Nadjé. *Women's Movements in the Middle East: Case Studies of Egypt and Turkey*. Geneva: United Nations Research Institute for Social Development, 2002.
- ALHAMSHARY, Yousreya. A Discursive Analysis of Persuasive Linguistic Strategies in President Abd El-Fattah El-Sisi's Speech in the Ceremony of Woman Appreciation. *Journal of Scientific Research in Arts*, n. 20, 2019.
- ALJAZEERA. Egypt election: a look at Sisi unfulfilled promises. *Youtube*, 26 de março de 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HCoDp-SNIec>>. Acesso em: 14 de mar. 2023.
- ALJAZEERA. *Egypt still has a sexual assault problem*. 17 de julho de 2014a. Disponível em: <<http://america.aljazeera.com/articles/2014/7/17/egypt-still-has-asexualassaultproblem.html>>. Acesso em: 10 de out. 2023.
- ALJAZEERA. *Sexual harassment made a crime in Egypt*. 6 de junho de 2014b. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2014/6/6/sexual-harassment-made-a-crime-in-egypt>>. Acesso em: 10 out. 2023.
- ALJAZEERA. *Who is Mohamed Ali, the man calling for el-Sisi's removal?* 21 de setembro de 2019. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2019/9/21/who-is-mohamed-ali-the-man-calling-for-el-sisis-removal>>. Acesso em: 20 de set. de 2023.

- ALJAZEERA ENGLISH. Egypt In rare protests, Egyptians demand President el-Sisi's removal. *Youtube*, 21 de setembro de 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pMTMr9bq7BY>>. Acesso em: 15 de out. de 2023.
- ALSHERIF, Sara. *Egypt: Spaces under Attack*. 2017. Disponível em: <<https://sur.conectas.org/en/egypt-spaces-under-attack/>>. Acesso em: 14 mar. 2023.
- ALI, Fatuma Ahmed; MACHARIA, Hannah Muthoni. Women, Youth, and the Egyptian Arab Spring. *Peace Review: A Journal of Social Justice*, v. 25, n. 3, p. 359-366, 2013.
- ALI, Kecia; LEAMAN, Oliver. *Islam: The Key Concepts*. London & New York: Routledge, 2008.
- ALY, Abdel Monem Said. Deciphering Abdel Fattah el-Sisi: President of Egypt's Third Republic. *Crown Center for Middle East Studies*, 2014.
- AMNESTY. *Egyptian women protesters forced to take 'virginity tests'*. 2011. Disponível em: <<https://www.amnesty.org/en/latest/press-release/2011/03/egyptian-women-protesters-forced-to-take-e28098virginity-testse28099/>>. Acesso em: 11 set. 2022.
- ANISTIA INTERNACIONAL. Amnesty International Report 2016/17 – Egypt. Disponível em: <<https://www.refworld.org/docid/58b0340313.html>> Acesso em: 01 de nov. 2023.
- AP ARCHIVE. Women queue to vote in presidential election. *Youtube*, 3 de agosto de 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=43QRkEB7vF0>>. Acesso em: 15 de out. 2023.
- ARAB DEVELOPMENT PORTAL. Statistical Yearbook 2019 – population. Disponível em: <<https://www.arabdevelopmentportal.com/publication/statistical-yearbook-2019>>. Acesso em: 26 de out. 2023.
- ASAD, Talal. *Introduction: Thinking about Secularism*. In: Formations of the Secular: Christianity, Islam, Modernity. Stanford University Press Stanford: California, 2003.
- BAHRI, Deepika. Feminismo e/no pós-colonialismo. *Revista Estudos Feministas*, v 21, n. 2, maio-agosto 2013.
- BALLESTRIN, Luciana. Feminismos subalternos. *Revista Estudos Feministas*, v. 25, n. 3, p. 1035-1054, 2017.
- BARTKOWIAK, Jaqueline Zandona; et. al. A Primavera Árabe e as redes sociais: o uso das redes sociais nas manifestações da Primavera Árabe nos países da Tunísia, Egito e Líbano. *Caderno de Relações Internacionais*, v. 10, n. 1, 2017.
- BIER, Laura. *Revolutionary womanhood: feminisms, modernity, and state in Nasser's Egypt*. Stanford University Press: California, 2011.
- BRAYTON, Jennifer, et al. Introduction to Feminist Research (s.d). *PAR-L*. Disponível em: <<https://www2.unb.ca/parl/research.htm#:~:text=Methodologically%2C%20feminist%20research%20differs%20from,standpoints%20and%20experiences%20of%20women>>. Acesso em: 02 set. 2022.

BADRAN, Margot. *Competing Agenda: Feminists, Islam and the State in Nineteenth- and Twentieth- Century Egypt*. In: *Women, Islam and the State*, pp. 201-236. Temple University Press: Pensilvania, 1991.

BURSTEIN, Stanley. *The Reign of Cleopatra*. Connecticut: Greenwood Press, 2004.

CBS EVENING NEWS. Egypt's two-day presidential election begins. *Youtube*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BFAkv2U8TDM>>. Acesso em: 13 de mar. de 2023.

CENTER FOR EGYPTIAN WOMEN LEGAL ASSISTANCE. Disponível em: <<http://www.cewla.org/en/>>. Acesso em: 05 set. 2022.

CGTN AFRICA. Women Show Support for Abdel Fattah El-Sisi. *Youtube*, 27 de maio de 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Yp11c2FblIc>>. Acesso em: 25 de abril de 2023.

CHARRAD, Mounira. Gender in the Middle East: Islam, State, Agency. *Annual Review of Sociology*, v. 37, p. 417-437, 2011.

CHUGRANIS, Anthony. *After rentierism? Examining the rentier states of Egypt and Tunisia in light of the Arab Spring and its awake*. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Assuntos Internacionais). Departamento de Ciência Política, Universidade de Nova Jersey. Nova Jersey, 2016. Disponível em: <<https://www.proquest.com/openview/a894b2feddd9a9c52439fa7e23a966a2/1?pq-origsite=gscholar&cbl=18750&diss=y>>. Acesso em: 20 de jul. de 2021.

CRAVINHO, João Gomes. *Visões do Mundo*. 2 ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

DAVISON, John; TOLBA, Ahmed. Egypt's Sisi wins 97 percent in election with no real opposition. *Reuters*, 2 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/egypt-election-result-idINKCN1H9161/>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

DIAS, Mónica. Uma visão intempestiva, um legado intemporal: Woodrow Wilson e a irresistível tentação da paz democrática. *R: I Relações Internacionais*, n. 4, 2004.

EGYPT. Constitution (1971). *Egypt's Constitution of 1971*. Cairo, 1971.

EGYPT. Constitution (2012). *Egypt's Constitution of 2012*. Cairo, 2012.

EGYPT. Constitutional Declaration (2013). *Egypt's Constitutional Declaration of 8 July 2013*. Cairo, 2013.

EGYPT. Constitution (2014). *Constitution of the Arab Republic of Egypt of 2014*. Cairo, 2014.

EGYPTIAN CENTER FOR WOMEN'S RIGHTS. Disponível em: <https://ecwronline.org/?page_id=8651>. Acesso em: 08 de fev. 2022.

EL BARADEI, Laila. Are Egyptian Women Empowered? The achievements and challenges ahead for Egyptian women to gain more political and social power. *Cairo Review*, n. 29, 2018.

EL HAJJAMI, Aïcha. A condição das mulheres no Islã: a questão da igualdade. *Cadernos Pagu*, v. 30, p. 107-120, 2008.

EL-SAADAWI, Nawal. *The Hidden Face of Eve: Women in the Arab World*. Zed Press: Londres, 1980.

ELSADDA, Hoda. Against All Odds: A Legacy of Appropriation, Contestation, and Negotiation of Arab Feminisms in Postcolonial States. *Journal of Feminist Scholarship*, Vol. 16, No. 16, 2020.

FERNANDES, Márcia; ALMEIDA, Frederico. O Egito entre o Islã e o liberalismo: a trajetória constitucional de um Estado híbrido. *Sociedade e Cultura*, v. 21, n. 1, pp. 197-218, 2018.

FORD FOUNDATION. Disponível em: <<https://www.fordfoundation.org/about/about-ford/mission/>>. Acesso em: 05 de set. 2022.

GENELL, Aimee M. *Empire by Law: Ottoman Sovereignty and the British Occupation of Egypt, 1882-1923*. 2013. Tese (Doutorado pela Faculdade de Artes e Ciências) – Columbia University, Nova Iorque, 2013

GOLDSCHMIDT, Arthur. *Modern Egypt: the formation of a nation-state*. 2 ed. Colorado: Westview Press, 2004.

GURPINAR, Aydin Baran. *Egyptian Secular Feminism After the Egyptian Revolution of 2011: an analysis of transformation of the patriarchal bargain between Egyptian secular female feminists and political leaderships*. Dissertação (Master of Science in Global Studies), Lund University, 2015.

HALLIDAY, Fred. *The Middle East in International Relations: power, politics and ideology*. New York: Cambridge University Press, 2005.

HASSOUNA, Mary Taylor. Assessment of Family Planning Service Delivery in Egypt. *Studies in Family Planning*, Vol. 11, No. 5, pp. 159-166, 1980.

HATEM, Mervat. Economic and Political Liberation in Egypt and the Demise of State Feminism. *International Journal of Middle East Studies*, v. 24, n. 2, p. 231-251, 1992.

HATEM, Mervat. Egyptian discourses on gender and political liberalization: do secularist and islamist views really differ? *Middle East Journal*, v. 48, n. 4, p. 661-676, 1994.

HATEM, Mervat. The enduring alliance of nationalism and patriarchy in muslim personal status laws: the case of modern Egypt. *Feminist Issues*, p. 19-43, 1986.

HATEM, Mervat. What do women want? A critical mapping of future directions for Arab Feminists. *Contemporary Arab Affairs*, v.6 n.1, pp. 91-101, 2013.

HOOKS, Bell. Linguagem: ensinar novas paisagens. *Estudos Feministas*, v. 16, n. 3, p. 857-864, 2008.

HUMAN RIGHTS WATCH. World Report 2012: Egypt. *Human Rights Watch*. Disponível em: <<https://www.hrw.org/world-report/2012/country-chapters/egypt>>. Acesso em: 13 set. 2022.

HUMAN RIGHTS WATCH. World Report 2013: Egypt. *Human Rights Watch*. <<https://www.hrw.org/world-report/2013/country-chapters/egypt>>. Acesso em: 20 set. 2022.

- ISLAMI, Islam. Political history of modern Egypt. *ILIRIA International Review*, v. 6, n. 1, p. 189-206, 2016.
- JACKSON, Kenneth; MONK-TURNER, Elizabeth. The Meaning of Hijab: Voices of Muslim Women in Egypt and Yemen. *Journal of International Women's Studies*, vol. 16, n. 2, pp. 30-48, 2015.
- JOHNSON, Toni; ALY SERGIE, Mohammed. Islam: governing under Sharia. *Center for Security Studies*, 2014. Disponível em: <<https://css.ethz.ch/en/services/digital-library/publications/publication.html/182296>>. Acesso em: 20 ago. de 2022.
- KAHANA, Ephraim; STIVI-KERBIS, Sagit. The Assassination of Anwar al-Sadat: An Intelligence Failure. *International Journal Of Intelligence And Counterintelligence*, [s.l.], v. 27, n. 1, p.178-192, nov. 2013.
- KAHN, Peggy. The Politics of State Feminism: Innovation in Comparative Research edited by Dorothy E. McBride and Amy G. Mazur. *Journal of Women, Politics & Policy*, 2012.
- KAMAL, Hala. *A Century of Egyptian Women's Demands: The Four Waves of the Egyptian Feminist Movement*. In: Gender and Race Matter: Global Perspectives on Being a Woman. Bingley: Emerald Publishing, 2016.
- KAMAL, Hala. Inserting women's rights in the Egyptian constitution: personal reflections. Faculty of Arts, Department of English. *Cairo*, v. 19, n. 2, p. 150-161, 2014.
- KANTOLA, Johanna. The Gendered Reproduction of the State in International Relations. *Political Studies Association*, vol. 9, p. 270-283, 2007.
- KANTOLA, Johanna; OUTSHOORN, Joyce. *Changing State Feminism*. Londres: Palgrave Macmillan, 2007.
- KANTOLA, Johanna; SQUIRES, Judith. From state feminism to market feminism? *International Political Science Review*, n. 33, v. 4, pp. 382-400, 2012.
- KATO, Miwa. Women of Egypt: why empowerment requires changes in social norms as well as laws. *Cairo Review*, v. 24, pp. 42-51, 2017.
- MACIEL, Lucas. *Spivak, pós-colonialismo e antropologia: pensar o pensamento e o colonialismo-em-branco dos nossos conceitos*. 2021. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/186659/174797#info>>. Acesso em: 01 de jul. 2021.
- MACLAREN, Malcolm. *Projecting 'World Government': The creation of the League of Nations as a case study in international policy-making*. Disponível em: <<https://historyofknowledge.net/2019/05/28/projecting-world-government-the-creation-of-the-league-of-nations-as-a-case-study/>>. Acesso em: 20 de jun. de 2021.
- MAHMOOD, Saba. *Politics of Piety: The Islamic Revival and the Feminist Subject*. Nova Jersey: Princeton University Press, 2005.
- MAMA, Amina. Feminism or Femocracy? State Feminism and Democratisation in Nigeria. *Africa Development*, vol. XX, no. 1, pp 37-58, 1995.

- MATA, Maria Jesús Rubiera. La mujer en el Corán como fuente de la xaria: posibilidad de nuevas interpretaciones. *Aneles de Historia Contemporánea*, 1998.
- MAZUR, Amy G.; MCBRIDE, Dorothy E. *State Feminism*. In: Politics, Gender, and Concepts: theory and methodology. Goertz, Gary; Mazur, Amy. pp. 244-269. New York: Cambridge University Press, 2008.
- MAZUR, Amy G.; MCBRIDE, Dorothy E. *Women's Movements, feminism, and feminist movements*. In: Politics, Gender, and Concepts: theory and methodology. Goertz, Gary; Mazur, Amy. p. 217-243. New York: Cambridge University Press, 2008.
- MCLARNEY, Ellen. Women's Equality: Constitutions and Revolutions in Egypt. In: *Women's Movements in Post-“Arab Spring” North Africa*. Sadiqi, Fatima. Londres: Palgrave Macmillan, 2016.
- MCROBIE, Heather. Sexual violence and state violence against women in Egypt, 2011-2014. *CMI Insight*, no. 7, pp. 1-6, 2014.
- MERNISSI, Fatema. *Beyond the Veil: Male-Female Dynamics in Muslim Society*. Londres: Saqi Essentials, 2011.
- MOGHADAM, Valentine. Gender, National Identity and Citizenship: reflections on the Middle East and North Africa. *Comparative Studies of South Asia, Africa and the Middle East*, v. XIX, n. 1, p. 137-157, 1999.
- MOHANTY, Chandra. Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. *Feminist Review*, n. 30, 1988.
- MOHANTY, Chandra Talpade; RUSSO, Ann; TORRES, Lourdes (org.). *Third World Women and the Politics of Feminism*. Bloomington: Indiana University Press, 1991.
- MOHSEN, Habiba. What made her go there? Samira Ibrahim and Egypt's virginity test trial. *Aljazeera*, 16 mar. 2012. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/opinions/2012/3/16/what-made-her-go-there-samira-ibrahim-and-egypts-virginity-test-trial>>. Acesso em: 05 out. 2022.
- MONQID, Safaa. Mouvements féminins et féministes en Égypte: rétrospective et histoire d'une évolution (fin XIXème siècle à nos jours). *OpenEdition Journals*, n. 74, p. 49-73, 2016.
- MOONEY, Shannon. *Women's Activism: a case study of Egypt*. Dissertação de mestrado, (Departamento de Ciência Política), Edmonton, Alberta, 1998.
- MORSY, Maya. Egyptian women and the 25th of January Revolution: presence and absence. *The Journal of North African Studies*, v. 2, n. 19, p. 211-229, 2014.
- NAIB, Fatma. Women of the revolution. *Aljazeera*, 19 fev. 2011. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/features/2011/2/19/women-of-the-revolution>>. Acesso em: 05 out. 2022.
- NAJIAR, Fauzi. Mubarak's constitutional reforms. *British Journal of Middle Eastern Studies*, v. 38, n. 1, p. 7-22, 2011.
- NATIONAL COUNCIL FOR WOMEN. 2017. National Strategy for the Empowerment of Egyptian Women 2030. Disponível em: <<http://ncw.gov.eg/wp->

[content/uploads/2018/02/final-version-national-strategy-for-the-empowerment-of-egyptian-women-2030.pdf](#)>. Acesso em: 02 nov. 2023.

OBIETA, Joseph. *The International Status of the Suez Canal*. The Hague: Martinus Nijhoff., 2 ed, 1970.

OKEKE-IHEJIRIKA, Philomina E.; FRANCESCHET, Susan. Democratization and State Feminism: Gender Politics in Africa and Latin America. *Development and Change*, n. 33, v. 3, pp. 439–466, 2002.

OYĚWÚMÍ, Oyèrónké. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Tradução: NASCIMENTO, W. F. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PERI, Oded. Ottoman Symbolism in British-Occupied Egypt, 1882–1909. *Middle Eastern Studies*, v. 41, n. 1, p. 103-120, 2006.

PHILIPS, Daisy. The awakening of Egypt's womanhood. *The Muslim World*, v. 18, n. 4, p. 402-408, 1928.

PHILIPS, Daisy. The growth of the feminist movement in Egypt. *The Muslim World*, v. 16, n. 3, p. 277-285, 1926.

POLJAREVIC, Emin. Egypt, Revolution of 1952. *International Encyclopedia of Revolution and Protest*, ed. Immanuel Ness, Blackwell Publishing, pp. 1076–1079, 2009.

PRATT, Nicola. *Embodying geopolitics: generations of women's activism in Egypt, Jordan, and Lebanon*. California: University of California Press, 2020.

RAMDANI, Nabila. Women in the 1919 Egyptian Revolution: from feminist awakening to nationalist political activism. *Journal of International Women's Studies*, v. 14, n. 2, p. 39-52, 2013.

REIMER, Michael. Egyptians views of Ottoman Rule: five historians and their Works, 1820-1920. *Comparative Studies of South Asia, Africa and the Middle East*, v. 31, n. 1, p. 149-163, 2011.

ROGOWSKA, Blanka. Did Egyptian women win or lose by overthrowing the regime of Hosni Mubarak? *International Studies - Interdisciplinary Political and Cultural Journal*, v. 21, n. 1, p. 113-126, 2018.

RUBY, Tabassum F. Listening to the voices of hijab. *Women's Studies International Forum*. N. 29, p. 54-66. 2006

SAID, Edward. 1990. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.

SALEM, Sara. Feminist critique and Islamic feminism: the question of intersectionality. *The Postcolonialist*, v. 1, n. 1, 2013.

SANYAL, Paulami. Egypt: Presidential Elections, 2014. *Contemporary Review of the Middle East*, v. 2, n. 3, p. 289–307, 2015.

SEAPACE. Map of Suez Canal. s.d. Disponível em: https://www.seapace.com/maps/full/m_sc.htm>. Acesso em: 05 de set. 2023.

SHA'RAWI, Huda. *Harem Years: The Memoirs of an Egyptian Feminist (1879-1924)*. New York: The Feminist Press, 1987.

SHEHATA, Dina. Sixty Years of Egyptian Politics: What Has Changed? *Cairo Review*, n. 29, pp. 100-109, 2018.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o Subalterno Falar?* Editora UFMG, Belo Horizonte, 2010.

SILVA, Ana Paula; et al. Por uma virada pós-secular: o feminismo islâmico e os desafios aos feminismos (seculares) em Relações Internacionais. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, Dourados, v. 6, n.11, jan./jun 2017.

SILVA, Grazielle; et al. Entrevista como técnica de pesquisa qualitativa (2006). *Online Brazilian Journal of Nursing*. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3614/361453972028.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2022.

SJOBERG, Laura; WHOOLEY, Jonathon. The Arab Spring for Women? Representations of Women in Middle East Politics in 2011. *Journal of Women, Politics & Policy*, v. 36, n. 3, p. 261-284, 2015.

SORBERA, Lucia. Challenges of thinking feminism and Revolution in Egypt between 2011 and 2014. *Postcolonial Studies*, v. 17, n. 1, p. 63-75, 2014.

SOUZA, Sophia; MOREIRA, Julia. Feminismo Árabe-Muçulmano à Luz da Teoria Feminista das Relações Internacionais. *Revista Conjuntura Austral*, v. 12, n. 59, 2021, p. 170-182.

SPRINGBORG, Robert. *Abdel Fattah El-Sisi: the one and only Egyptian dictator (born 1954)*. In: *Dictators and Autocrats: Securing Power across Global Politics*. London and New York: Routledge, 2022.

SUEZ CANAL. *Suez Canal: a historical evolution*. Disponível em: <<https://www.suezcanal.gov.eg/English/About/SuezCanal/Pages/CanalHistory.aspx>>. Acesso em: 25 set. 2023.

THE EGYPTIAN CENTER FOR WOMEN'S RIGHTS. *Report on Egyptian woman conditions in 2012*. Cairo, Egito, 2012.

THOMSON REUTERS FOUNDATION. Women's Rights in the Arab World: The Worst and Best States for Women – 2013. Disponível em: <<https://news.trust.org/application/velocity/spotlight-extensions/womens-rights-in-the-arab-world/english/documents/infographics.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2022.

TRT WORLD. Egyptian woman expresses frustration with Sisi's regime. *Youtube*, 2019c. Disponível em: <<https://www.youtube.com/shorts/bYtiT9iU8Z8>>. Acesso em: 23 de setembro de 2023.

TRT WORLD. Women no exception in Egypt's war against dissent. *Youtube*, 1 de setembro de 2019a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bn3nT24_yk> Acesso em: 23 de set. de 2023.

TRT WORLD. Egypt Protests: Crackdown in Cairo after september 20 protests. *Youtube*, 30 de setembro de 2019b. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=Po79pZQ-Vus>>. Acesso em: 23 de set. de 2023.

TRT WORLD. Egypt Protests: Demonstrators call for resignation of president. *Youtube*, 21 set 2019d. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=xiMPYsAiBOw>>. Acesso em 23 de setembro de 2023.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. s.d. “Egypt 2013 Human Rights Report.” *United States Department of State*. Disponível em: <<https://2009-2017.state.gov/documents/organization/220562.pdf>>. Acesso em: 20 de set. 2022.

UN WOMEN. What Egyptian Women Want from the Next President. *Youtube*, 17 de maio 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kvIhLPIZxiE>> Acesso em: 20 de mar. de 2023.

VOILLIARD, Odette; et al. *Documentos de História*. In: FREITAS, Gustavo de. 900 textos e Documentos de História. Lisboa: Plátano, 1976, v. III, p. 273.

YACOUB, Imen. Sovereignty from below: state feminism and politics of women against women in Tunisia. *The Arab Studies Journal*, v. 24, n. 1, p. 254-274, 2016.

YEFET, Bosmat; LAVIE, Limor. Legitimation in post-revolutionary Egypt: Al-Sisi and the renewal of authoritarianism. *Digest of Middle East Studies*, v. 30, n. 3, p. 1 – 16, 2021.

YOUSEF, Hoda. Malak Hifni Nasif: Negotiations of a Feminist Agenda between the European and the Colonial. *Journal of Middle East Women's Studies*, v. 7, n. 1, p. 70–89, 2011.

ZAKI, Hind Ahmed. El-Sissi’s Women? Shifting gender discourses and the limits of state feminism. *Égypte/Monde arabe*, v. 13, 2015.

ZINSSER, Judith P. The United Nations Decade for Women: A Quiet Revolution. *The History Teacher*, v. 24, n. 1, 1990.